



VARGINHA/MG

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



**Pesquisa de Percepção com crianças e
adolescentes e Grupos Focais**



VARGINHA/MG

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**Pesquisa de Percepção com crianças e
adolescentes e Grupos Focais**



VARGINHA/MG

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Pesquisa de Percepção com crianças e
adolescentes e Grupos Focais

Idealização:



Realização:



Financiamento:



Apoio:



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diagnóstico situacional da criança e do
adolescente Varginha/MG : pesquisa de percepção
com crianças e adolescentes e grupos focais /
[coordenação geral Ermelinda Maria Uber Januário,
Maria Helena Provenzano, Rodolfo Uber
Januário]. -- 1. ed. -- Joinville, SC : Painel
Pesquisas e Consultoria, 2022.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-93177-30-9

1. Ciências sociais 2. Crianças e adolescentes -
Brasil - Condições sociais 3. Direitos fundamentais -
Brasil 4. Estatísticas sociais 5. Estatuto da Criança
e do Adolescente (ECA) 6. Indicadores sociais -
Varginha (MG) 7. Pesquisa social - Metodologia
8. Políticas públicas - Varginha (MG) I. Januário,
Ermelinda Maria Uber. II. Provenzano, Maria Helena.
III. Januário, Rodolfo Uber.

22-116508

CDD-304.6098151

Índices para catálogo sistemático:

1. Indicadores socioeconômicos : Varginha : Minas
Gerais : Estado : Políticas públicas :
Ciências sociais 304.6098151

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CPI)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Diagnóstico da Situacional da Criança e do Adolescente do município de Varginha/MG
Volume 02

1ª Edição, Varginha, MG – Núcleo Criativo Paineis – 2022

22-116508

CDD-304.6098151

Painel Pesquisas e Consultoria
Ficha Técnica

Coordenação Geral do Diagnóstico

Ermelinda Maria Uber Januário – Economista (CORECON nº 2.556-9)
Maria Helena Provenzano – Assistente Social (CRESS/SC nº 8886)
Rodolfo Uber Januário – Administrador (CRA/SC nº 32.547)

Coordenação da Coleta dos Dados

Deise Fátima B. de Souza Barros – Assistente de Pesquisa
William Spiess – Analista de Dados

Grupos Focais e Abordagens Qualitativas da Pesquisa

João Jeronymo de Aquino Neto – Sociólogo e Cientista Político
Samira Heidy da Silveira Nagib – Socióloga e Educadora Social

Análise Estatística

Alan Patrick Xavier dos Santos – graduando de matemática
Emanuel Alves – Analista de Dados
Felipe de Avila – Engenheiro de Software
William Spiess – Analista de Dados

Apoio Técnico

Alan Patrick Xavier dos Santos – Assistente de Pesquisas
Deise Fátima B. de Souza Barros – Assistente de Pesquisas
Lohane Renata de Castro Pereira – Assistente de pesquisas
Luciano de Oliveira Junior – Assistente de Pesquisas

Pesquisadores de Campo

André Guilherme Louzada Azevedo
Anelise Valério Candido
Brenno Moraes Fernandes
Hadassa Bruna Zanateli
Luana da Silva Ferreira
Luíza Marques Rivail
Márcia Bernadete de Almeida Teixeira.
Maria Amélia Machado Colacino
Maria Júlia Lemos Veloso
Milena Correa

Revisão Estatística e Análise

Ermelinda Maria Uber Januário – Economista (CORECON nº 2.556-9)
Maria Helena Provenzano – Assistente Social (CRESS/SC nº 8886)

Gestão Administrativa e Logística

Diana Maria Garbin
Paula Fin

Identidade Visual e Diagramação

Isabela Bortoletto Bozzola – Designer Gráfico
Rafael Uber – Diretor de Arte e Diretor Cinematográfico (DRT n. 11048/48) 8886 12ª Região

Revisão Textual e Ortográfica

Franciane Paterno – Bacharel em Publicidade e Propaganda

Município de Varginha - MG

Gestores municipais

Vérdi Lúcio Melo

Prefeito Municipal

Leonardo Vinhas Ciacci

Vice Prefeito

Carlos Honório Ottoni Júnior

Secretário Municipal de Governo

José Manoel Magalhães Ferreira

Secretário Municipal de Habitação e
Desenvolvimento social

Comissão do Diagnóstico

Marcela Reis e Silva Zaiden

Coordenação da Vigilância Socioassistencial

Maria Fernanda Thiago da Cunha

Assistente Social do Programa Casa Lar e
Presidente COMDEDICA

Maria Efigênia Neves de Souza

Coordenação da Proteção Social Básica

Yara Aparecida Teixeira Dias

Coordenação CAPSi

Dunia Ferreira Maia

Comissária da Infância e Juventude do TJMG

Lissandra Silva Chiste Julidori

Escola Marista

PREFÁCIO I

O Conselho Municipal da Criança e Adolescente de Varginha (COMDEDICA) tomou a iniciativa de providenciar um diagnóstico da situação de crianças e adolescentes em nosso município.

1. Não precisamos falar de relevância do mesmo, no entanto cabe destacar;
2. Podemos a partir dele identificar nossas vulnerabilidades;
3. Podemos conhecer melhor quem são nossas crianças e adolescentes;
4. Conhecer seus anseios e perspectivas;
5. Direcionar as políticas públicas de maneira mais eficaz para que essas crianças e adolescentes cresçam dentro de padrões de vida condizente com suas situações;
6. Propiciar ambiente mais acolhedor e familiar em nossa sociedade;
7. Escolher com mais propriedade os instrumentos e serviços dos quais tem necessidade;
8. Criar oportunidades as mais universais possíveis com respectivos meios de acesso para que vivam plenamente essa fase de vida;
9. Tornar sua participação mais efetiva nos processos de elaboração das políticas públicas;
10. Envolver todos os interessados (pais, comunidades, agentes públicos) nos projetos e programas destinados a eles.

Enfim, ter uma cidade amiga, acolhedora e educadora para crianças e adolescentes.

Felicitó o COMDEDICA pela iniciativa e conto com seu costumeiro protagonismo para que este diagnóstico produza muitos frutos.

“A busca da verdade e da beleza são domínios em que nos é consentido ficar crianças a vida toda” (Albert Einstein).

Atenciosamente,

José Manoel Magalhães Ferreira

Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social

PREFÁCIO II

O princípio da absoluta prioridade da criança e do adolescente, trazido no artigo 227 da nossa Constituição Federal de 1988 foi reiterado e especificado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dando forma à Doutrina da Proteção Integral, através da qual são assegurados além dos direitos básicos, aqueles que atendem às necessidades específicas dessas fases da vida. Em seu art. 4º, o ECA define que esta prioridade se dará através da primazia de “proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; e destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. Ou seja, precisamos conhecer a realidade em que se encontram as crianças e adolescentes em nosso município, compreender as possibilidades e desafios encontrados pela rede de promoção, proteção e defesa e fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos, visando a proposição de políticas públicas e sociais eficazes.

Com este objetivo, o Diagnóstico Situacional da Criança e do Adolescente de Varginha foi idealizado e construído a muitas mãos, contando com o apoio da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Social e a parceria fundamental de Furnas Centrais Elétricas S/A.

Trata-se de um sonho antigo, planejado e iniciado por conselheiros que vieram antes de nós e tratado com a responsabilidade devida por todos que compõem esta gestão do COMDEDICA. Também foi sonhado pelos trabalhadores que atuam na ponta das políticas públicas da infância e adolescência, que estão cotidianamente frente a frente com as mazelas, consequências da desigualdade que esse modelo de sociedade nos impõe.

Através do Diagnóstico, o COMDEDICA identificará as principais demandas das crianças e adolescentes em Varginha, poderá priorizar iniciativas e territórios que mais necessitam de investimento, qualificando assim a aplicação financeira do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) com vistas à integralidade no atendimento da infância e adolescência.

Os dados estão prontos e nosso trabalho está apenas começando. Que façamos deste diagnóstico um documento vivo que norteará a construção de uma cidade melhor!

Maria Fernanda Thiago da Cunha

COMDEDICA Gestão 2020/2022

EPÍGRAFE

O Direito das Crianças

*Toda criança no mundo, deve ser bem protegida
Contra os rigores do tempo, contra os rigores da vida.*

*Criança tem que ter nome, criança tem que ter lar
Ter saúde e não ter fome, ter segurança e estudar.*

*Não é questão de querer, nem questão de concordar
Os direitos das crianças, todos têm de respeitar.*

*Tem direito à atenção, direito de não ter medos
Direito a livros e a pão, direito de ter brinquedos.*

*Mas criança também tem, o direito de sorrir.
Correr na beira do mar, ter lápis de colorir...*

*Ver uma estrela cadente, filme que tenha robô,
Ganhar um lindo presente, ouvir histórias do avô.*

*Descer do escorregador, fazer bolha de sabão,
Sorvete, se faz calor, brincar de adivinhação.*

*Morango com chantilly, ver mágico de cartola,
O canto do bem-te-vi, bola, bola, bola, bola!*

*Lamber fundo da panela, ser tratada com afeição
Ser alegre e tagarela, poder também dizer não!*

*Carrinho, jogos, bonecas, montar um jogo de armar,
Amarelinha, petecas, e uma corda de pular.*

Ruth Rocha

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COMDEDECA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMHDS	Conselho Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social
CNAS	Conselho Nacional da Assistência Social
CONAETI	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CT	Conselho Tutelar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MC	Ministério da Cidadania
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MP	Ministério Público
MP-MG	Ministério Público de Minas Gerais
MPT	Ministério Público do Trabalho
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RDJ	Razão de Dependência Jovem
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SGDCA	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
SEMAS	Secretaria Municipal da Assistência Social
SSP-MG	Secretaria de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
TJ-MG	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TI	Trabalho Infantil

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	13
2. INTRODUÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	15
3. NOTAS METODOLÓGICAS	19
3.1. DIVISÃO TERRITORIAL.....	19
3.2. IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO	22
3.3. COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS.....	22
3.4. PESQUISA QUANTITATIVA DE PERCEPÇÃO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES	23
3.5. PESQUISA QUALITATIVA – GRUPO FOCAL.....	24
3.6. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	24
4. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE VARGINHA	26
5. RESULTADOS DA PESQUISA DE PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	30
5.1. PERFIL DOS ENTREVISTADOS	31
5.2. EIXO DE DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.....	33
5.3. EIXO DE DIREITO À EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER	38
5.4. EIXO DE DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO	46
5.5. EIXO DE DIREITO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	54
5.6. EIXO DE DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E A LIBERDADE	63
5.7. MAPA SOCIAL DA PESQUISA DE PERCEPÇÃO COM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ...	81
5.8. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA DE PERCEPÇÃO COM AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES.....	83
6. PESQUISA QUALITATIVA COM GRUPOS FOCALIS.....	86
6.1. METODOLOGIA	86
6.1.1. Processo de execução.....	87
6.2. GRUPO FOCAL QUALITATIVO COM PAIS E/OU RESPONSÁVEIS	88
6.3. GRUPO FOCAL QUALITATIVO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 10 A 17 ANOS ...	92
6.4. GRUPO FOCAL QUALITATIVO COM O COMDEDECA	95
6.5. GRUPO FOCAL QUALITATIVO COM A REDE DE ORIENTAÇÃO SOCIAL E SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS	98

6.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PESQUISA QUALITATIVA.....	106
6.7. SUGESTÕES DE ENCAMINHAMENTOS.....	111
6.7.1. Estratégia de comunicação	111
6.7.2. Estratégia para as relações intersetoriais	111
6.7.3. Estratégia para a formação com crianças e adolescentes.....	112
6.7.4. Estratégia para a escuta qualificada	112
7.PLANO	113
8.CONCLUSÃO.....	125
9.REFERÊNCIAS	127

1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Situacional da Criança e do Adolescente do município de Varginha - MG é realizado pela primeira vez e representa um marco na efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes residentes no Município. Fruto de iniciativa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDEDECA) e da Secretária Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social, tem como principal objetivo subsidiar as instâncias governamentais e não governamentais na formulação e execução assertiva das políticas públicas direcionadas para a infância e adolescência, oferecendo aos gestores públicos e à sociedade, informações sobre a realidade em que as crianças e os adolescentes residentes no Município estão inseridas.

Este projeto foi idealizado com a finalidade de retratar o panorama situacional com indicadores por região geográfica e estatísticas complementares, para mostrar a realidade em que vivem aqueles que estão sujeitos às situações das violações do Direito Fundamental previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como, os aspectos relacionados à promoção do direito, como acesso a atividades culturais, esportivas, educacionais e profissionalizantes.

Seu conteúdo foi elaborado a partir da coleta e análise de dados de bases primárias e secundárias sistematizadas, da rede de atendimento e dos resultados das pesquisas de percepção quantitativas e qualitativas, realizadas com as crianças e os adolescentes, pais e /ou responsáveis e rede de atendimento do SGDCA.

Cabe destacar que o ano de 2021 foi um período atípico, em função da Covid-19, que afetou diretamente milhões de pessoas no território nacional. Aqui destaca-se que, mesmo em meio a esse momento delicado, foram realizadas todas as etapas previstas no Edital 08/2020. Durante a aplicação das pesquisas, apesar dos desafios, todas foram concluídas com êxito, respeitando todos os protocolos de segurança na coleta dos dados.

Durante a execução do projeto foram realizadas reuniões de planejamento e articulação, das quais participaram membros da Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico Situacional, conjuntamente com a Painel Pesquisas e Consultoria, conferindo à sua elaboração um caráter construtivo e integrativo na concepção e estruturação das diretrizes para sua execução e finalização. Os resultados deste importante projeto de pesquisa social estão apresentados em dois volumes, sendo:

O **Volume 1** contempla os dados gerais do município, o perfil demográfico e socioeconômico, o mapeamento da rede de atendimento, os indicadores e estatísticas complementares por direito fundamental do ECA, o mapa social de indicadores e os projetos de iniciativa governamental e não governamental no tema da criança e do adolescente.

No **Volume 2** estão inseridos os resultados da pesquisa de percepção realizada com as crianças e os adolescentes com idade de 10 a 17 anos e as pesquisas em profundidade realizadas com criança e adolescentes e seus pais e/ou responsáveis, Conselho Tutelar e atores do SG DCA.



Ter conhecimento estruturado e científico da realidade social e econômica, das potencialidades e fragilidades das políticas públicas e das problemáticas sociais a nível de território é o ponto de partida para mensurar se os programas e outras ações públicas estão ajustadas e adequadas às necessidades de seus públicos-alvo. Para tanto, é importante planejar e o diagnóstico compõe esta etapa, pois revela a situação da população estudada e sua região, especialmente com indicadores sociais específicos sobre vários aspectos da realidade local e regional e das áreas setoriais da política pública.

Nas palavras de Jannuzzi (2004, p. 15), indicador social pode ser definido como:

[...] uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Na concepção de Soligo (2012), o crescimento da visibilidade de inúmeras questões sociais - como distribuição de renda, miséria, mortalidade, criminalidade, qualidade da educação, violação de direitos entre outras - reforça a importância e a necessidade dos dados estatísticos fazerem parte do monitoramento e do planejamento como subsídio para as ações governamentais e da sociedade civil, o que justifica a necessidade da produção das informações pertinentes neste estudo, além de ser uma forma de acompanhar as mudanças da realidade social da população.

2. INTRODUÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A positivação dos direitos humanos no ordenamento jurídico é fruto de uma trajetória de conquistas históricas. Para José de Farias Tavares (2001), no contexto dos direitos da criança e do adolescente esse movimento não é diferente, tendo como marco a Declaração dos Direitos da Criança (ONU, 1959), que tratou de explicitamente reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e, por sua condição peculiar de desenvolvimento, merecerem proteção e atenção especializada e prioritária, ao que ficou conhecida como a doutrina da proteção integral.

A trajetória evolutiva para tal conquista teve seus primeiros indícios no contexto internacional ainda com a Liga das Nações¹, na Declaração de Genebra de 1924 e de 1933. Outros marcos ainda foram importantes, como a criação da primeira organização internacional voltada especificamente para os cuidados com a infância, a *United Nations Internacional Child Emergency Fund* (UNICEF) em 1946; a Declaração dos Direitos e Deveres do Homem em 1948; a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em 1969.

Esta trajetória culminou com um tratado de monumental importância, a Convenção dos Direitos da Criança subscrita de 1989 - mas que iniciou em 1979, declarado o Ano Internacional da Criança - a qual é fundada em três princípios basilares: I) a proteção especial e integral como ser em desenvolvimento, II) a prioridade em preservar a convivência familiar, por ser este lugar ideal para seu desenvolvimento III) o comprometimento das nações subscritoras da convenção em assegurar tais direitos com prioridade absoluta.

É neste cenário que se inicia a trajetória do reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeito de direitos no Brasil. A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco no ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo por preocupar-se em assegurar direitos fundamentais e essenciais a todos e estabelecer mecanismos para garantir o cumprimento de tais direitos (Machado, 2003). No mesmo espírito de inovação, foram introduzidos ao corpo constitucional aspectos próprios do princípio da proteção integral, através do artigo 227, que os reconhece como sujeitos de direito e como indivíduos em processo de formação, atribuindo como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar seus direitos, “além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

¹ Organização Internacional criada em 1919 no contexto pós-guerra destinado à preservação da paz e à resolução dos conflitos internacionais. A liga se dissolveu no ano seguinte a criação da Organização das Nações Unidas em 1945, transferindo a ela suas responsabilidades e competências.

O doutrinador Paulo Afonso Garrido de Paula (2002) organiza a evolução do tratamento da criança e do adolescente no ordenamento jurídico brasileiro em quatro fases distintas. A primeira fase é caracterizada pela absoluta ausência de normas jurídicas específicas que tratam dos interesses de crianças e adolescentes. Já na segunda fase, a de imputação criminal, as legislações passam a mencionar as crianças e adolescentes, porém apenas para tratar de sua responsabilização pela prática de infração penal. Na terceira fase, a do sistema tutelar, há a preocupação com a integração sociofamiliar, em que é concedido ao juiz ampla discricionariedade de atuação, com tutela reflexa de seus interesses pessoais para atuar enquanto representante e no papel de “pai de família”. E por fim, na quarta fase, denominada de fase da proteção integral, é incorporado a legislação nacional um novo modelo de atenção e proteção às crianças e adolescentes, em oposição ao que vigia até então, através da introdução de aspectos próprios da Doutrina de Proteção Integral. É nesta última fase, e dois anos após a promulgação da Constituição Federal, que surge o Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da Lei nº 8.069/1990.

De forma inovadora o Estatuto rompeu obstáculos e se tornou um instrumento de quebra e mudança de paradigma na realidade das crianças e adolescentes perante a sociedade, rompendo com concepção de serem “simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processos de desenvolvimento”. (Curry; Garrido de Paula; Marçura; 2002, p. 21).

A criação do ECA representa um marco legal e regulatório dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, reafirmando o compromisso assumido com a inserção do Artigo 227 na Constituição Federal de 1988 de proteção especial e integral, oferecendo-lhes um novo “status”, a de serem reconhecidos como sujeitos e protagonistas de seus direitos e deveres. Portanto, este instrumento normativo veio para colocar em prática as garantias e direitos positivados, reafirmando o compromisso da família, comunidade, da sociedade em geral e do poder público em garantir com prioridade absoluta “a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.” (Artigo 4º do ECA).

Em seu bojo, fundamenta-se em dois princípios norteadores, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente e o de sua prioridade absoluta na defesa, garantia e promoção de seus direitos fundamentais. Em vários artigos do Estatuto a presença do princípio da proteção integral se mostra visível, como a criação do Conselho Tutelar; a implantação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), com objetivo de efetivar e assegurar a operacionalização de seus direitos; o direito a dignidade e ao respeito, protegendo o direito de imagem, a identidade, intimidade e vida privada da criança e do adolescente envolvidos na prática de ato infracional; a tratativa das medidas de proteção e medidas socioeducativas; e inúmeros outros dispositivos.

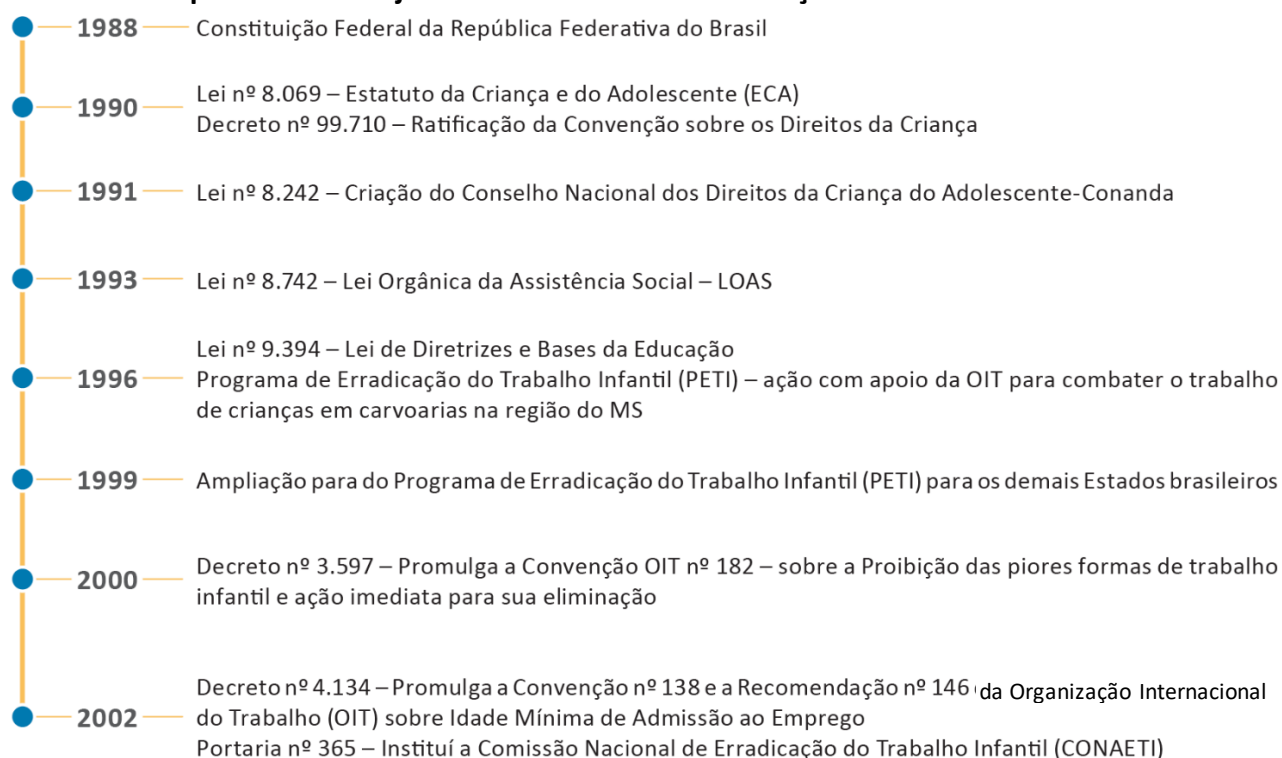
Além disso, ao longo do Estatuto são estruturados dispositivos para tratar da operacionalização de ações e políticas públicas a partir de cinco eixos de direitos – o qual serviu para estruturar a organização

dos capítulos e apresentação deste Diagnóstico – quais sejam: I) vida e saúde; II) educação, à cultura, esporte e lazer; III) dignidade, respeito e liberdade; IV) convivência familiar e comunitária; V) profissionalização e a proteção no trabalho.

A atribuição, o compromisso e a responsabilidade do poder público em garantir tais direitos vai além do seu reconhecimento e positivação no âmbito jurídico, pois sua efetivação compreende a elaboração e execução de políticas públicas assertivas. Neste intento, em 1991 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança do Adolescente (CONANDA), por meio da Lei nº 8.242/91. Os Conselhos de Direito - seja no âmbito nacional, estadual ou municipal – são órgãos paritários, ou seja, são formados por representantes do governo e da sociedade civil, e ocupam um lugar fundamental na materialização dos direitos via políticas públicas (CNJ, 2016).

A igualdade de todos, princípio este fundamental positivado no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, é efetivada através do olhar para as diferenças de forma equitativa. Assim, leis e políticas públicas não podem estar alheias à realidade das crianças e adolescentes – atentando-se principalmente para as diferenças individuais, culturais e sociais dentro do território - razão pelo qual a realização deste Diagnóstico é de suma importância, e portanto, sociedade civil e Estado devem empregar esforços para que as informações aqui produzidas gerem resultados, através da articulação e o do desdobramento de ações capazes de oportunizar a transformação da realidade social das crianças e adolescentes de modo a intentar minimizar os contrastes e desigualdades econômicas e sociais progressivamente.

Linha do tempo dos marcos jurídicos de direitos das crianças e dos adolescentes



- **2004** — Lei nº 10.836 – Criação do Programa Bolsa Família
Decreto nº 5.007 – Protocolo Facultativo a Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de criança, a prostituição infantil e a pornografia infantil
Decreto nº 5.015 – Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional
Decreto nº 5.017 – Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças
- **2005** — Instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
Portaria GM/MDS nº 666 – Integração entre o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
- **2006** — Resolução Conanda nº 113 – Institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
Decreto nº 5.948 – Aprova a Política Nacional de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas
- **2008** — Lei nº 11.829 – Combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil e pedofilia na internet
Lei nº 11.692 – Projovem
Decreto nº 6.481 – Trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e da ação imediata para sua eliminação
- **2009** — Res. CIT nº 7 – Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda
- **2011** — Sem Miséria
Lei nº 12.513 – Pronatec
Lei nº 12.435 – Regulamenta o Sistema Único de Assistência Social, com a integração do PETI na Política de Assistência Social
Res. Conanda nº 148 – Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador
- **2013** — Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) incluindo o atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho
Res. Conanda nº 159 – Participação de crianças e adolescente em espaços de discussão sobre os seus direitos
Lei nº 12.933 – Benefício de meia-entrada em espetáculos artístico-culturais e esportivos
- **2014** — Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
Lei nº 13.010 – Estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou tratamento cruel ou degradante
- **2015** — Dec. nº 8.537 – Estatuto da Juventude: meia-entrada em eventos culturais e esportivos para estudantes e jovens de baixa renda e a reserva de vagas no transporte interestadual para jovens de baixa renda
- **2019** — III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador

3. NOTAS METODOLÓGICAS

Este é o segundo de dois volumes que integram a coletânea do O Diagnóstico Situacional da Criança e do Adolescente do município de Varginha/MG, em que serão apresentados o perfil demográfico, socioeconômico, o mapeamento da rede de atendimento e os indicadores das demandas sociais que compõem o SGDCA por direito fundamental do ECA.

Adiante serão apresentadas e detalhadas as notas metodológicas de cada etapa que embasaram este volume, a partir da composição do território, a identificação e mapeamento da rede de atendimento, a coleta, o tratamento e a padronização dos dados utilizados e as técnicas estatísticas utilizadas na análise.

3.1. DIVISÃO TERRITORIAL

A composição territorial das regiões geográficas consiste na primeira etapa deste importante projeto de pesquisa social, sendo imprescindível que se observe as suas características socioeconômicas para que os resultados retratem com maior fidedignidade as diferentes realidades existentes no Município, e identifique as prioridades, potencialidades e oportunidades de cada região ou espaço geográfico.

O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS *apud* SAQUET; SILVA, 2008, p.10-11).

A importância do conceito de território na perspectiva de Santos (*apud* SAQUET; SILVA, 2008) coaduna com a notoriedade do conceito para a Política Pública da Assistência Social, que objetiva tanto observar e conhecer o território ou os territórios (e microterritórios) geográficos em que atua, atentando para as especificidades de cada “chão”, quanto às relações vivenciadas nesses espaços. Isso equivale a dizer que a perspectiva, sob a qual o conceito de território foi utilizado neste diagnóstico, alternará entre as características do município e as vivências estabelecidas entre os indivíduos e todo o universo coexistente.

Ressalta-se que um diagnóstico sério, conciso e capaz de produzir resultados transformadores para o subsídio e direcionamento assertivo de políticas públicas, requer uma metodologia de execução que contemple a territorialização pautada na realidade social do município, já que os dados obtidos apenas pela média municipal mascaram as diferenças sociais e econômicas existentes entre os bairros e áreas, limitando e engessando as ações do poder público.

Considerando que a principal fonte para estudos e pesquisas estatísticas e geográficas do Brasil é o IBGE, órgão público responsável pela gestão de geociências, estatísticas sociais, demográficas e econômicas do país, cuja sistematização e divulgação de seus dados oficiais é organizada por setor

censitário²; a divisão territorial deste diagnóstico, foi estruturada a partir dos bairros e localidades, respeitando a delimitação geográfica dos setores censitários do IBGE.

Com o apoio da comissão de acompanhamento do diagnóstico e técnicos da Secretária Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social, a divisão territorial resultou em dezesseis (16) regiões geográficas descritas no quadro que segue.

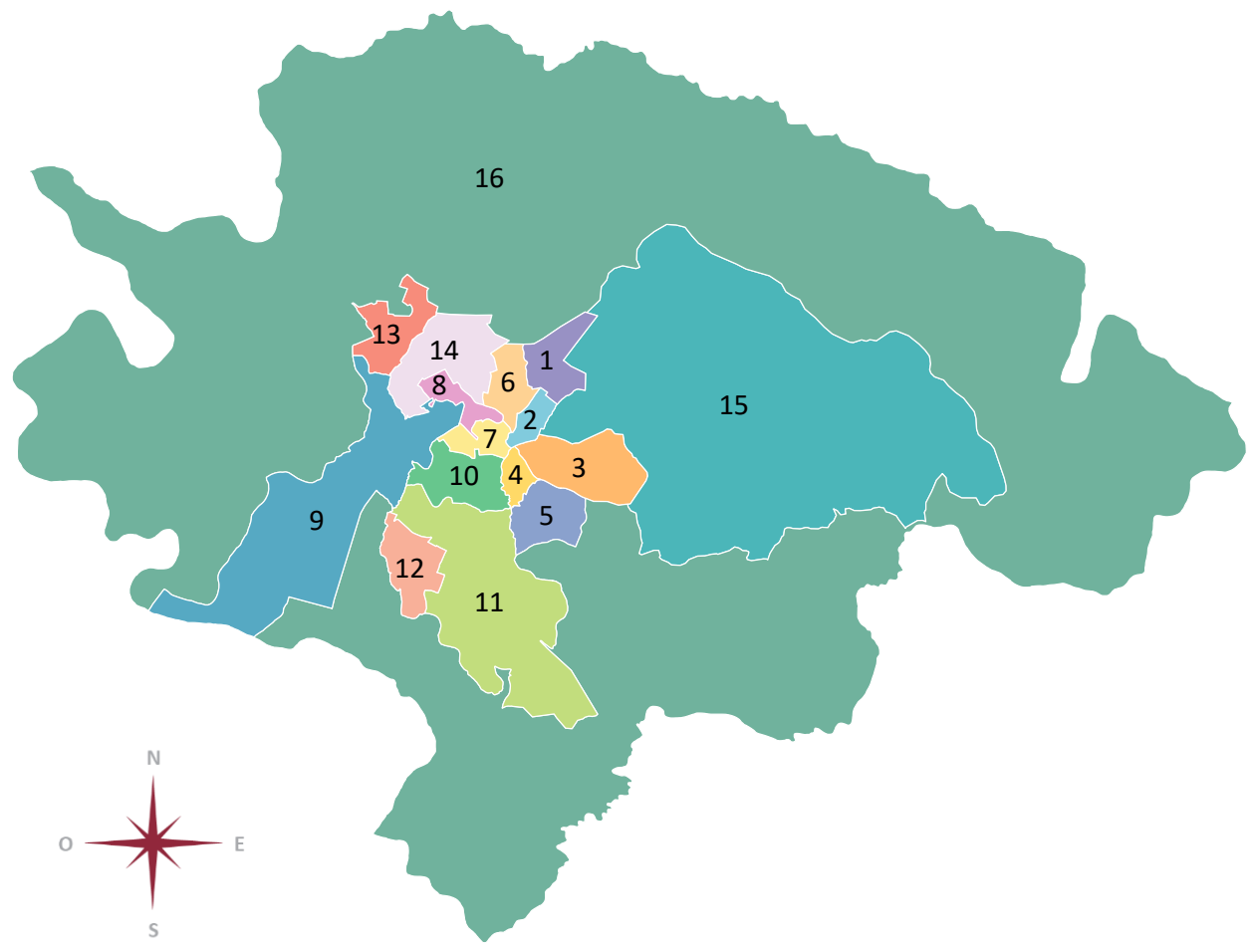
Classificação das unidades geográficas do município

Regiões Geográfica		Principais Bairros ou Localidades	Situação
Código	Nome		
1	Sion	Jardim das Oliveiras; Jardim Panorama; Loteamento Sete de outubro; Vargem.	Urbano
2	Sion 1	Jardim Cidade Nova; Jardim Colonial; Jardim Itália; Jardim Renata; Nossa Senhora Aparecida; Parque das Acácias; São Sebastião.	Urbano
3	Sion 2	Conjunto Sion; Conjunto Sion II; Padre Vitor; São Francisco; Vila Avelar; Vila Monteiro.	Urbano
4	Sion 3	Parque Nossa Senhora das Graças; Santana; Vila do Pontal.	Urbano
5	Sion 4	Conjunto Habitacional Centenário; Damasco; Jardim Santa Mônica; Nossa Senhora das Graças III.	Urbano
6	Centro	Parque Ileana; Santa Maria; Vila Barcelona; Vila Belmiro; Vila Dona Josefina; Vila Ipiranga; Vila Maristela; Vila Monte Castelo; Vila Registânea.	Urbano
7	Centro 1	Vila Moraes; Jardim Alvorada; Nossa Senhora de Lourdes; Parque Catanduvás; Parque Ozanan; Três Bicas; Vila Bueno; Vila Floresta; Vila Nogueira.	Urbano
8	Centro 2	Bom Pastor; Centro; Vila Nossa Senhora dos Anjos.	Urbano
9	Centro 3	Vila Verde; Vila Santa Cruz; Vila Pinto; Vila Murad; Vila Martins; Vila Adelaide; Parque Mariela; Parque das Américas; Nossa Senhora de Fátima; Jardim Orlândia; Jardim Morada do Sol; Alta Villa; Aeroporto.	Urbano
10	Urupês	Vila Isabel; Santa Luiza; Parque Residencial Ágape; Novo Horizonte; Jardim Vale dos Ipês; Jardim Petrópolis; Jardim dos Pássaros; Jardim Canaã; Jardim Andere; Industrial Reinaldo Foresti; Condomínio Pássaro II.	Urbano
11	Urupês 1	Vila Verônica; Santa Terezinha; Rio Verde; Rezende; Princesa do Sul; Parque Urupês; Parque Residencial Rio Verde; Parque de Exposições; Nova Varginha; Jardim Vale Verde; Jardim Simões; Jardim Santa Tereza; Jardim Ribeiro; Jardim Mariana; Jardim Atlântico; Industrial JK; Eldorado; Distrito Industrial Galvão Nogueira; Condomínio Residencial Urupês.	Urbano
12	Urupês 2	Imaculada Conceição; Distrito Industrial Miguel de Luca.	Urbano
13	Corcetti	São José; San Marino; Residencial Parque Imperador; Residencial Alto dos Pinheiros I e II; Parque Rinaldi; Parque Rinaldi II; Jardim Oriente; Jardim Mont Serrat; Jardim Indaiá; Jardim Estrela I; Jardim Estrela II; Jardim Corcetti; Jardim Áurea.	Urbano
14	Corcetti 1	Vila São Geraldo Vila Paiva; Vila Mendes; Vila Flamengo; São Lucas; Pinheiros; Parque São José; Parque Retiro; Parque Boa Vista; Jardim Zinoca; Jardim São Joaquim; Jardim Europa; Conjunto Residencial JETCOM; Campos Elíseos; Bela Vista.	Urbano
15	Novo Tempo	Sagrado Coração II; Sagrado Coração; Parque Alto da Figueira; Park Imperial; Novo tempo; Imperial; Cruzeiro do Sul; Carvalhos.	Urbano
16	Zona Rural ³	Riviera do Lago; Residencial Belo Horizonte; Jardim Lagamar; Jardim Bouganville; Condomínio Lagamar; Cachos; Tacho; Martins; Cava.	Rural

² Setor Censitário é unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil (IBGE, 2019).

³ Optou-se por reunir toda a zona rural do município em apenas uma Região Geográfica (Região 16) com o objetivo de obter-se uma geolocalização mais assertiva, uma vez que, em muitos dos casos, moradores de diversas localidades referem-se ao seu local de moradia apenas como “zona rural”, impossibilitando uma divisão territorial mais específica. Importante salientar o caráter heterogêneo desta região porque nela estão localizados também, chácaras de famílias de baixo risco social.

Mapa 1: Visão geral da divisão territorial das regiões do município



Legenda das Regiões Geográficas

1	Sion	5	Sion 4	9	Centro 3	13	Corcetti
2	Sion 1	6	Centro	10	Urupês	14	Corcetti 1
3	Sion 2	7	Centro 1	11	Urupês 1	15	Novo Tempo
4	Sion 3	8	Centro 2	12	Urupês 2	16	Rural

3.2. IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO

Nesta etapa foi realizado, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico, o mapeamento de toda a rede que presta atendimento à criança e ao adolescente no município, incluindo os programas e projetos existentes nas secretarias municipais, e demais instituições governamentais ou não governamentais. É por meio do mapeamento da rede que a coleta de dados primários é dirigida e seu corpo estrutural está detalhadamente apresentado no capítulo que trata deste assunto.

3.3. COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Para a construção deste Volume foram coletados dados primários e secundários⁴ do período de 2019 e 2020. Ressalta-se que o ano de informação, assim como a fonte de dados, estará sempre referenciado ao final de cada tabela. O quadro abaixo mostra a catalogação dos dados utilizados.

Quadro 1: Catalogação dos dados utilizados no diagnóstico situacional

Pesquisa documental de dados primários	<i>Registros dos atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar;</i>
	<i>Registros de acompanhamento do PAIF, prestados pelo CRAS;</i>
	<i>Registros de acompanhamento do PAEFI, prestados pelo CREAS;</i>
	<i>Registros de acompanhamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);</i>
	<i>Informações de atendimento dos projetos/programas de esporte ofertados pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;</i>
	<i>Informações das instituições não governamentais vinculadas ou inscritas no COMDEDICA;</i>
	<i>Informações sobre a saúde mental da Secretaria Municipal de Saúde.</i>
Pesquisa documental de dados secundários	<i>Censo demográfico 2010 (IBGE) – Microdados e Agregados;</i>
	<i>CadÚnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Longevidade</i>
	<i>Censo Escolar do Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP);</i>
	<i>Bases de dados do DATASUS (SIM, SINASC, SINAN) do Ministério da Saúde;</i>
	<i>RAIS - Ministério da Economia;</i>
	<i>Quantitativos das Fichas de comunicação de aluno infrequente (FICAI) do Ministério Público</i>
Pesquisa quantitativa de percepção	<i>Pesquisa quantitativa de percepção aplicada com crianças e adolescentes com idade de 10 a 17 anos residentes no município, sobre temas do ECA</i>
Pesquisa qualitativa de percepção	<i>Pesquisa na modalidade Grupo Focal com pais e/ou responsáveis de crianças e de adolescentes</i>
	<i>Pesquisa na modalidade Grupo Focal com crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade.</i>
	<i>Pesquisa qualitativa modalidade grupo focal, com conselheiros do COMDEDICA</i>
	<i>Pesquisa qualitativa modalidade grupo focal com a rede de orientação social e sistema de garantia de direitos do município de Varginha.</i>

⁴ Primários são dados brutos obtidos coletados pela Painei Pesquisas junto aos entes públicos e instituições que compõem o mapeamento da rede de atendimento do município, sendo que muitas delas encontram-se em fichas físicas. E secundários são dados já coletados, organizados, sistematizados e disponibilizados por órgãos e entidades oficiais, como o IBGE, DATASUS, entre outros.

3.4. PESQUISA QUANTITATIVA DE PERCEPÇÃO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A pesquisa de percepção de caráter quantitativo compreende dados coletados pela Paine! Pesquisas e Consultoria para explorar o perfil, e percepções de vida das crianças e dos adolescentes com base nos direitos fundamentais do ECA. A estruturação do questionário foi realizada em conjunto com a Comissão de Acompanhamento Municipal do Diagnóstico, conforme as diretrizes do termo de referência do edital e das discricionariedades do contrato. O plano amostral, detalhado no quadro abaixo, priorizou a estratificação da população residente por região geográfica e amostragem aleatória, método sugerido para investigar as características e percepções da população alvo da pesquisa, em que se pressupõe a presença de diferentes características por estrato amostral.

Quadro 2: Plano amostral da Pesquisa de Percepção

Pesquisa	Descrição
Método	Quantitativo
Universo	Residentes na faixa etária de 10 a 17 anos
Unidade amostral	Pessoa com idade 10 a 17 anos
Amostragem	Aleatória
Estratificação	Região e faixa etária
Tamanho da amostra realizada	1.115
Erro amostral	2,8%
Confiança	95%

O questionário com 92 perguntas foi desenvolvido pela Paine! Pesquisas e Consultoria em blocos inicia com o perfil dos entrevistados, seguido por temas do ECA como convívio familiar; vida e saúde; educação, esporte, cultura e lazer; dignidade; perspectiva de futuro; trabalho; entre outros. Após o teste do questionário, revisão e validação da Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico, iniciou-se a pesquisa definitiva.

A pesquisa foi aplicada no período de 19 outubro até 29 de novembro de 2021, nas escolas da rede pública estadual e municipal, em locais públicos como praças, parques e logradouros, respeitando os critérios de estratificação da amostra por região geográfica. Os adolescentes foram abordados diretamente pelos 10 (dez) pesquisadores previamente capacitados e devidamente identificados e treinados para atuar com base nos princípios de neutralidade, confidencialidade e sigilo das informações. Para a coleta dos dados, os pesquisadores utilizaram Tablet, identificação – como crachá e colete – álcool gel, máscara e distanciamento recomendado devido à pandemia COVID-19

Previamente à análise, foi realizada a validação dos dados coletados de modo a excluir pesquisas com registros incompletos, com erros ou com qualquer outro tipo de inconsistência ou viés que pudessem comprometer a qualidade dos resultados da pesquisa. O tratamento e a padronização foram realizados a partir da *expertise* de trabalho desenvolvido pela Paine! Pesquisas e Consultoria.

Todas as fases da pesquisa, desde a estruturação do questionário, supervisão da coleta dos dados, padronização e análise, foram realizadas por especialistas com conhecimento na área de pesquisas.

3.5. PESQUISA QUALITATIVA – GRUPO FOCAL

Foram realizados 12 grupos focais cinco (5) com crianças e adolescentes de 10 a 17 anos, cinco (5) com pais e/ou responsáveis, um com os conselheiros do COMDEDICA e um com os profissionais da rede de orientação social e Sistema de Garantia de Direitos do município de Varginha.

A abordagem qualitativa por meio de grupos focais aprofunda temas já abordados na pesquisa de percepção e inclui outros de interesse, além de estimular o diálogo colaborativo dos participantes. A escolha deste critério de investigação fundamenta-se no objetivo proposto, o de conhecer a realidade do município sem limitar-se ou contrapor nos números quantitativos apresentados, mas como forma de complementar e enriquecer este estudo.

Segundo Minayo (2004) em função do cunho essencialmente valorativo desta abordagem, a amostra em relação ao número de grupos ou de entrevistados não é o foco principal, já que este método se preocupa em estudar e compreender de modo subjetivo as particularidades e experiências individuais - os sentimentos, valores, ideologias e motivações – que permeiam os entrevistados e traçam a sua visão de mundo em relação aos pontos pesquisados.

3.6. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Todos os dados coletados foram tratados e processados a partir de técnicas estatísticas para e traduzir e mensurar em números e representações gráficas os aspectos da realidade social do município. Serão apresentados no formato de indicadores sociais, análises estatísticas descritivas, associadas a tabelas, gráficos e infográficos entre outras representações gráficas, para facilitar a visualização e compreensão dos resultados.

Os indicadores são proporcionalmente calculados com base no total da população residente em cada região geográfica, que permite compará-las de forma equalizada em taxas por cem ou mil habitantes. Sua classificação será apresentada em *Quantil - separatriz que divide o intervalo de frequência de uma população, ou de uma amostra, em partes iguais*. As classificações mais comuns têm nomes conforme o número de partes em que são divididos:

- *Percentil* para 100 grupos ou partes, cada uma com 1% dos dados;
- *Quintil* para 5 grupos ou partes, cada uma com 20% dos dados;
- *Quartil* para 4 grupos ou partes, cada uma com 25% dos dados;
- *Tercil* para 3 grupos ou partes, cada uma com 33,3% dos dados.

Neste diagnóstico considerando a quantidade de regiões geográficas, priorizou-se a utilização do *Quintil*⁵ com agrupamentos conforme ilustrado no quadro que segue. Todavia, nas situações em que

⁵ TRIOLA, MARIO FERREIRA. Introdução à Estatística. 7ª Edição. 1999 – Versão traduzida para a língua portuguesa.

houver taxas ou percentuais iguais a "zero", os dados serão apresentados em divisões menores, para maior uniformidade na classificação dos grupos.

Quadro 3: Ilustração do método Quintil.

Primeiro Quintil	Segundo Quintil	Terceiro Quintil	Quarto Quintil	Quinto Quintil
É o agrupamento de até 20% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento de 20% a 40% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento de 40% a 60% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento de 60% a 80% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento dos valores acima de 80% da amostra ordenada
Muito Baixo Indicadores na extremidade inferior da mediana (Até 20%)	Baixo (De 21% até 40%)	Médio Indicadores em torno da mediana (De 41% até 60%)	Alto (De 61% até 80%)	Muito Alto Indicadores na extremidade superior da mediana (De 81% até 100%)
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

O cálculo da razão é o resultado entre o maior e menor valor do indicador da região geográfica. Para este cálculo são desprezados os indicadores iguais a 0 (zero), portanto, será considerado como menor indicador aquele que apresentar o menor número diferente de 0 (zero).

Fórmula para cálculo da Razão entre o maior e menor valor das regiões

$$\frac{\text{Maior indicador}}{\text{Menor indicador}} = \text{Razão}$$

Na análise estatística dos indicadores demográficos, socioeconômicos e dos direitos da população de crianças e de adolescentes, foi utilizado como denominador para o cálculo da taxa por região geográfica, a população residente em domicílios particulares ocupados do último censo demográfico disponível (IBGE de 2010). O aumento da população ocorridas no período 2010 a 2021, terão pouco ou nenhum impacto no agrupamento *Quartil*⁶, o impacto será apenas no valor da taxa tendo em vista que, quanto maior for a populacional menor será o valor da taxa da região. Portanto, apesar da população não está atualizada o resultado não irá alterar a finalidade da informação que é a de mostrar as regiões que mais precisam de atenção do gestor público.

Outro aspecto a ser considerado com a defasagem do censo são os *outlier* – valores discrepantes ou ponto fora da curva normal - para as regiões com aumento significativo de população (verticalização de condomínios ou novos loteamentos urbanos), quando for observada esta situação nos resultados deste diagnóstico, o valor da taxa que caracteriza *outlier*, não será considerada no cálculo da razão.

⁶ A série de dados do indicador por região geográfica aplicada neste diagnóstico, constitui cinco agrupamentos: muito baixo – baixo – média – alta e muito.

4. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE VARGINHA

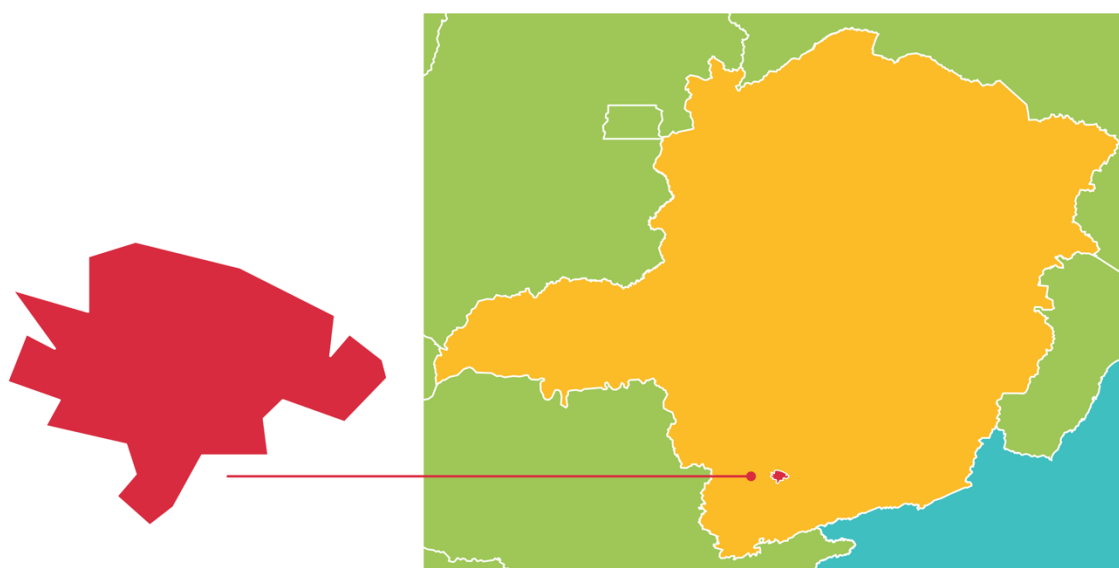
Em 1807 é criado o arraial Espírito Santo das Catanduvras, um povoado com cerca de 1.000 habitantes, localizado no Sul de Minas Gerais e regido pelas pela religiosidade e costumes portugueses. A igreja adquiriu as áreas no centro da futura cidade e durante 43 anos o povoado foi um Curato (zo na geográfica da igreja católica sob a dependência de uma paróquia).

Em 1850 o então Curato do Espírito Santo da Varginha é elevado à categoria de paróquia, anexada ao município de Três Pontas. O marco desencadeou o primeiro surto de desenvolvimento na região e foram construídos os primeiros prédios públicos, como as duas primeiras escolas e a cadeia. Varginha recebe a denominação de Cidade em 7 de outubro de 1882, data que marca sua emancipação político-administrativa.

O segundo surto desenvolvimentista advém do fim da escravidão, em 1888, quando, para substituir a mão-de-obra escrava, é firmado um acordo com a Itália e a recém-criada cidade de Varginha recebe 1.020 imigrantes, sendo 806 italianos, além de portugueses, espanhóis, turcos e alemães. O principal impulso dos imigrantes ocorreu inicialmente na agricultura. As duas culturas significativas eram a cana-de-açúcar e o café.

O terceiro momento relevante do desenvolvimento de Varginha acontece com o início do funcionamento da linha férrea, em 1892 (no mesmo local onde está o prédio atual da estação ferroviária). A cidade recebia suas primeiras empresas e o movimento era intenso. Com o aumento da população, surgem opções de cultura e lazer, como a inauguração do *Theatro* Municipal, em 1904.

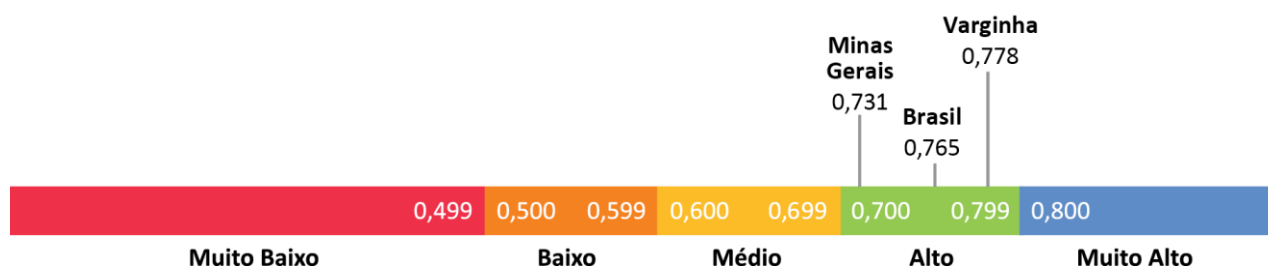
Figura 2: Mapa da localização do município



Atualmente o município conta com área territorial de 395,4 km², população estimada de 136.602 habitantes (IBGE, 2020) e densidade demográfica de 345,5 hab/km². Oferece segurança, oportunidades de emprego, educação, lazer e serviços sociais à população, possui um parque industrial, uma rede de saúde de destaque e a principal rede de serviços públicos no Sul de Minas.

Varginha alcança a nota de 0,778 para o IDHM⁷, ocupando a 7ª posição no ranking entre os 853 municípios do Estado de Minas Gerais e a 145ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros. O IDH é uma unidade de medida criada a partir de uma referência numérica que varia de 0 (zero) a 1 (um), com faixas de desenvolvimento pré-estabelecidas, sendo que quanto mais próxima do 1 (um) maior o índice de desenvolvimento humano. A nota de Varginha é considerada “Alta” conforme representado na Figura abaixo.

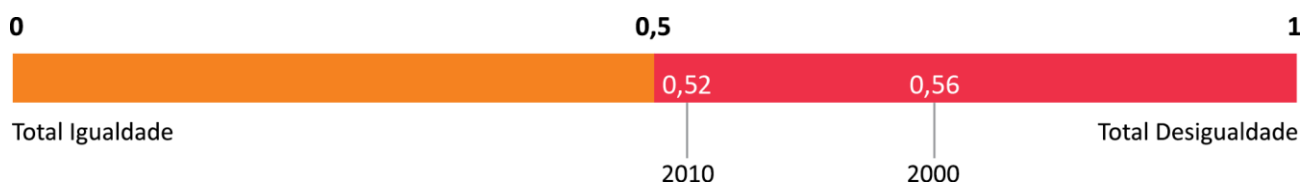
Representação em faixas de desenvolvimento do IDHM do município



Fonte: Atlas Brasil, 2010

Outro índice comumente utilizado, principalmente na investigação sobre a distribuição de renda entre a população, é o índice de Gini⁸, que consiste em um número entre 0 (zero) a 1 (um), em que quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. Historicamente, Varginha apresentava em 1991 índice de 0,6, em 2000 passou para 0,56 e em 2010 para 0,52, indicando, portanto, uma redução na desigualdade de renda.

Representação em escala de 0 a 1 do índice de Gini do município



Fonte: Atlas Brasil, 2010

⁷ Calculado pela Fundação João Pinheiro, IPEA e PNUD Brasil, considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda - mas sua metodologia foi adaptada ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais.

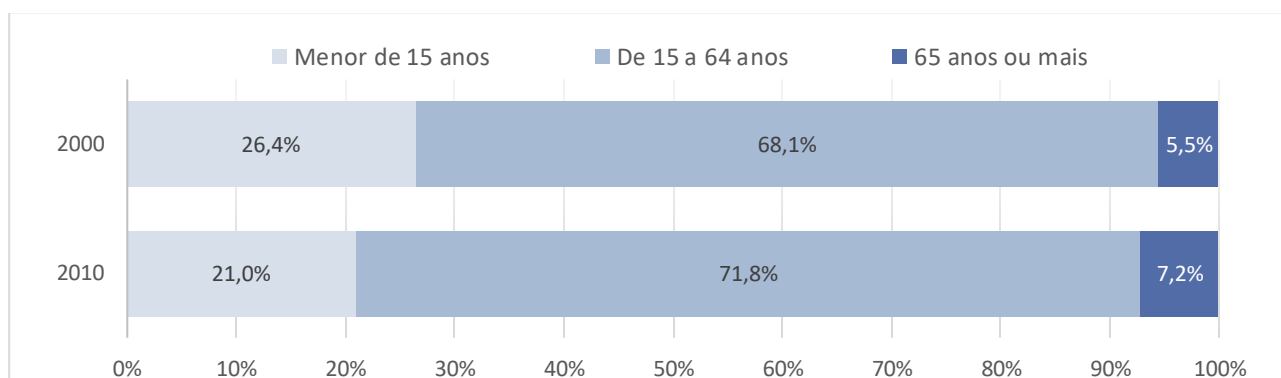
⁸ Índice usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

Segundo as informações do Censo Demográfico, a razão de dependência da população economicamente inativa (menor de 15 anos + a população de 65 anos e mais) em relação à população econômica ativa (16 a 59 anos) no município passou de 46,7%, em 2000, para 39,2% em 2010, e a proporção de idosos, de 5,41% para 7,17%, no mesmo período.

Tabela 1: Distribuição etária de 2000 a 2010

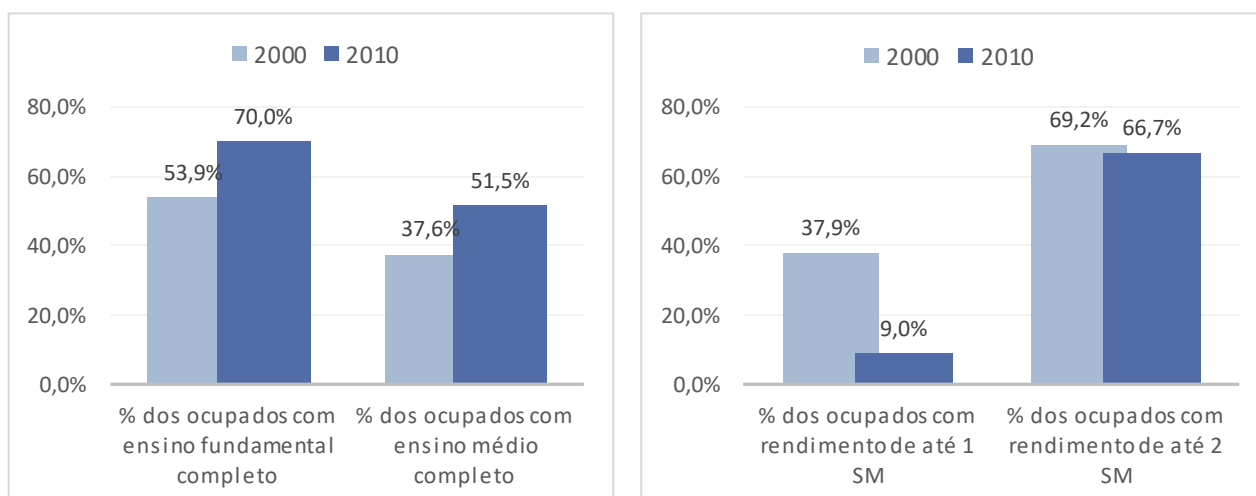
Faixa etária	2000		2010	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Menos de 15 anos	28.777	26,4%	25.824	21,0%
De 15 a 64 anos	74.261	68,1%	88.430	71,8%
65 anos ou mais	5.960	5,5%	8.827	7,2%
Total	108.998	100,0%	123.081	100,0%

Fonte: Atlas Brasil, 2010



A taxa de atividade subiu passando de 70,3%, em 2000, para 70,4%, em 2010, acrescida de queda na taxa de desocupação, de 11,6% para 6,6%, no mesmo período. A renda média da população ocupada também evoluiu no período, com redução nos ocupados com até 1 SM.

Perfil de ocupados por condição, nos anos de 2000 e 2010



Fonte: Atlas Brasil, 2010

Imagens do Município



5. RESULTADOS DA PESQUISA DE PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Este capítulo contempla os resultados da Pesquisa Quantitativa de Percepção, e conforme metodologia já descrita no subcapítulo 3.4. Pode-se afirmar que os resultados aqui apresentados, retratam com confiança de 95% e erro amostral de 2,8% para mais ou para menos, o perfil, modo de vida e expectativas das crianças e dos adolescentes com idade de 10 a 17 anos que residentes no município.

A análise está dividida em blocos: perfil dos entrevistados; convivência familiar e comunitária; trabalho e profissionalização; respeito e dignidade; cultura e lazer; saúde e outros temas.

Em algumas variáveis considerou-se a avaliação em dois momentos: **Antes** e **Durante** a pandemia, para mapear o impacto da COVID 19 nos resultados da pesquisa. Os entrevistados foram estimulados a avaliar os serviços e atendimentos nos dois momentos.

A pesquisa foi aplicada com base na população de crianças e de adolescentes residentes e estimada para o 2021. Com base no critério de proporcionalidade, a amostra mostra a Região 3 com o maior percentual (11,0%), e a Região 1 com o menor percentual (1,7%) de entrevistados.

Tabela 1: Entrevistados por região

Regiões geográficas	Amostras	(%)	
Região 1	19	1,7%	
Região 2	62	5,6%	
Região 3	123	11,0%	
Região 4	43	3,9%	
Região 5	86	7,7%	
Região 6	97	8,7%	
Região 7	54	4,8%	
Região 8	53	4,8%	
Região 9	67	6,0%	
Região 10	70	6,3%	
Região 11	76	6,8%	
Região 12	53	4,8%	
Região 13	92	8,3%	
Região 14	100	9,0%	
Região 15	80	7,2%	
Região 16	40	3,6%	
Total Geral	1.115	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

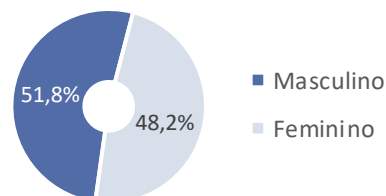
5.1. PERFIL DOS ENTREVISTADOS

No perfil dos entrevistados, não há grande diferença entre o sexo dos entrevistados. Do total da amostra, 51,8% são do sexo masculino e 48,2% são do sexo feminino.

Tabela 2: Sexo dos entrevistados

Sexo	Citações	(%)
Masculino	578	51,8%
Feminino	537	48,2%
Total Geral	1.115	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

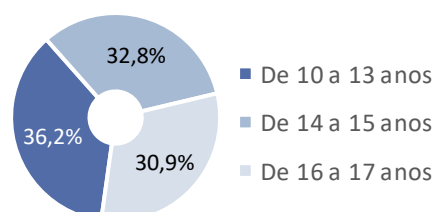


Analisando o total de entrevistados segundo a distribuição por faixas etárias se dá de forma uniforme, com percentuais que variam em torno de 30 a 36%.

Tabela 3: Faixa etária

Faixa etária	Citações	(%)
De 10 a 13 anos	404	36,2%
De 14 a 15 anos	366	32,8%
De 16 a 17 anos	345	30,9%
Total Geral	1.115	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



Ainda sobre o perfil, dos 1.115 entrevistados, 658 (59,0%) declararam a sua orientação sexual. Destes 82,1% citaram ser heterossexuais, 12,8% se declararam bissexuais e 4,4% homossexuais e 0,7% citaram outras orientações.

Tabela 4: Orientação sexual declarada

Orientação Sexual	Citações	(%)
Heterossexual	541	82,1%
Bissexual	84	12,8%
Homossexual	29	4,4%
Pansexual	3	0,5%
Assexual	1	0,1%
Outro	1	0,1%
Total Geral	658	100,0%

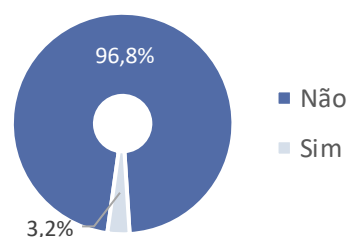
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

Do total de entrevistados 3,2% já possuem filhos.

Tabela 5: Você tem filhos?

Opções de resposta	Citações	(%)
Não	1079	96,8%
Sim	36	3,2%
Total Geral	1.115	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, 69,3% dos entrevistados declararam que nenhum professor ou palestrante já fez algum trabalho sobre o ECA. Dos lugares onde os entrevistados foram informados sobre o ECA, 88,6% citam que ouviram falar na escola, via professores ou palestrantes. Enquanto 2,4%, ao todo, tiveram ciência da existência do ECA pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Tabela 6: Algum professor ou palestrante já falou ou fez algum trabalho sobre o ECA?

Opções de resposta	Citações	(%)
Não	773	69,3%
Sim	342	30,7%
Total Geral	1.115	100,00%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

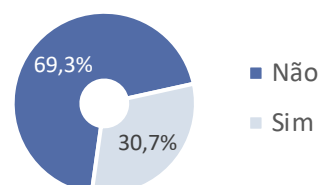
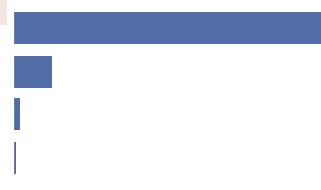


Tabela 7: Se sim, onde foi falado?

Instituição*	Citações	(%)
Escola	303	88,6%
Outras instituições	37	10,8%
CRAS	6	1,8%
CREAS	2	0,6%
Total Geral	342	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

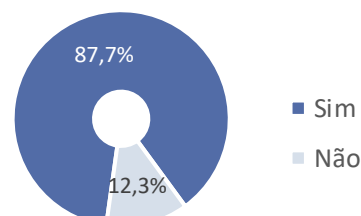


Dos 1.115 entrevistados, 12,3% (137 indivíduos), não sabem o que é o Conselho Tutelar.

Tabela 8: Você sabe o que é o Conselho Tutelar?

Opções de resposta	Citações	(%)
Sim	978	87,7%
Não	137	12,3%
Total Geral	1.115	100,00%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

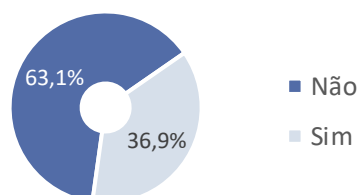


Quanto ao conhecimento sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 704 relatam que não conhecem o Conselho, representando 63,1%. Este resultado indica a necessidade de maior divulgação do COMDEDICA junto à população infante/Juvenil.

Tabela 1: Conhecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Opções de resposta	Citações	(%)
Não	704	63,1%
Sim	411	36,9%
Total Geral	1.115	100,00%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



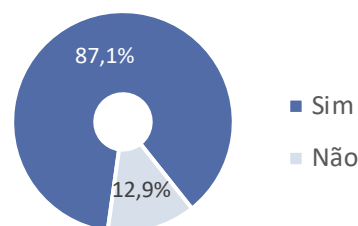
5.2. EIXO DE DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Sobre o tema Convivência Familiar e Comunitária, iniciou-se a abordagem com a pergunta “se gosta de morar no Município e a grande maioria, 87,1%, afirmou que sim.

Tabela 10: Você gosta de morar nesta cidade?

Gosta de morar no Município	Citações	(%)
Sim	971	87,1%
Não	144	12,9%
Total Geral	1.115	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



Os principais motivos alegados pelos entrevistados que não gostam de morar no município estão relacionados ao desenvolvimento profissional, lazer, segurança e sociedade: poucas oportunidades de trabalho e estudo (29,9%), poucas opções de lazer (28,5%), falta de segurança (17,4%) e muito preconceito/desigualdade (13,9%). Mais dez motivos foram citados e 11,9%.

Tabela 11: Por que não gosta de morar na cidade?

Opções de resposta*	Citações	(%)
Poucas oportunidades de trabalho e estudo	43	29,9%
Poucas opções de lazer	41	28,5%
Falta de segurança	25	17,4%
Muito preconceito/desigualdade	20	13,9%
Acabou de mudar para a cidade	5	3,5%
Não tem muitos familiares na cidade	2	1,4%
Poucas oportunidades de lazer, trabalho e estudo	2	1,4%
Prefere outras cidades/cidades grandes	2	1,4%
Algo particular	1	0,7%
Das pessoas	1	0,7%
Escola	1	0,7%
Não gosto do estilo brasileiro	1	0,7%
Não tem nada de interessante na cidade	1	0,7%
Só não gosta	1	0,7%
Total Geral	144	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Mais de 90% dos entrevistados declararam se sentir acolhido e bem cuidado pela família "sempre" ou "quase sempre". Dos motivos para os entrevistados que nunca ou quase nunca se sentem acolhidos, 38,9% citam Negligência.

Tabela 2: Avaliação do entrevistado sobre sentir-se bem cuidado e acolhido na sua casa

Frequência	Citações	(%)	
Sempre	851	76,3%	
Quase sempre	169	15,2%	
Às vezes	77	6,9%	
Quase nunca	16	1,4%	
Nunca	2	0,2%	
Total Geral	1.115	100,00%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

Tabela 3: Motivo de nunca ou quase se sentir seguro (a) ou acolhido (a) em casa

Opções de resposta	Citações	(%)	
Negligência	7	38,9%	
Não soube/quis responder	3	16,7%	
Gritaria	2	11,1%	
Orientação sexual	1	5,6%	
Outro membro familiar abusou e não teve repercussões	1	5,6%	
Pensamentos conflitantes com outros membros familiares	1	5,6%	
Problemas com outros membros familiares	1	5,6%	
Família cobra demais	1	5,6%	
Negligência após gravidez	1	5,6%	
Total Geral	18	100,00%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

Tabela 4: Assuntos conversados em família

Opções de resposta*	Citações	(%)	
Vida escolar	633	56,8%	
Projeto de vida	459	41,2%	
Outros assuntos	391	35,1%	
Drogas	310	27,8%	
Política	285	25,6%	
Preconceito	281	25,2%	
Violências	267	23,9%	
Sexualidade	263	23,6%	
Cidadania	195	17,5%	
Não é conversado sobre nenhum destes assuntos	174	15,6%	
Total Geral	1.115	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Dos entrevistados, 49,7% informaram participar de grupos sociais e comunitários, cuja maior concentração de participação está nas Regiões 14 (71,0%), 16 (62,5%), 13 (59,8%) e 6 (57,7%).

Tabela 5: Participação em grupos sociais por região

Regiões geográficas	Participa		Não participa		Total da amostra
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações
Região 1	10	52,6%	9	47,4%	19
Região 2	25	40,3%	37	59,7%	62
Região 3	55	44,7%	68	55,3%	123
Região 4	24	55,8%	19	44,2%	43
Região 5	32	37,2%	54	62,8%	86
Região 6	56	57,7%	41	42,3%	97
Região 7	31	57,4%	23	42,6%	54
Região 8	30	56,6%	23	43,4%	53
Região 9	25	37,3%	42	62,7%	67
Região 10	26	37,1%	44	62,9%	70
Região 11	30	39,5%	46	60,5%	76
Região 12	25	47,2%	28	52,8%	53
Região 13	55	59,8%	37	40,2%	92
Região 14	71	71,0%	29	29,0%	100
Região 15	34	42,5%	46	57,5%	80
Região 16	25	62,5%	15	37,5%	40
Total Geral	554	49,7%	561	50,3%	1.115

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

Observando os grupos com maior participação por tipo, destacam-se os esportivos (44,4%) e religiosos (44,2%).

Tabela 6: Qual grupo comunitário?

Opções de respostas*	Citações	(%)	
Esporte	246	44,4%	
Religioso	245	44,2%	
Cultural (CTG, dança, teatro, etc.)	96	17,3%	
Musical/Banda	55	9,9%	
Educativo	6	1,1%	
Escotismo	5	0,9%	
Projeto Educativo	4	0,7%	
Político	4	0,7%	
Projeto Bem-te-vi	3	0,5%	
Associação de animais	1	0,2%	
Conservatório	1	0,2%	
Curso de Inglês	1	0,2%	
ONG	1	0,2%	
Recanto Feliz	1	0,2%	
WhatsApp	1	0,2%	
Total	554	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

A Região 14 e Região 15 se destacam com a maior e menor genérico (%) entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 52,6% e (-) 37,7%.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 14	100	49	49,0%
Região 8	53	24	45,3%
Região 6	97	42	43,3%
Região 7	54	22	40,7%
Região 13	92	35	38,0%
Região 16	40	15	37,5%
Região 4	43	15	34,9%
Região 2	62	19	30,6%
Região 12	53	16	30,2%
Região 3	123	31	25,2%
Região 11	76	19	25,0%
Região 10	70	17	24,3%
Região 9	67	16	23,9%
Região 1	19	4	21,1%
Região 5	86	18	20,9%
Região 15	80	16	20,0%
Município	1.115	358	32,1%

Indicador 1: Adolescentes que participam de atividades culturais ou esportivas

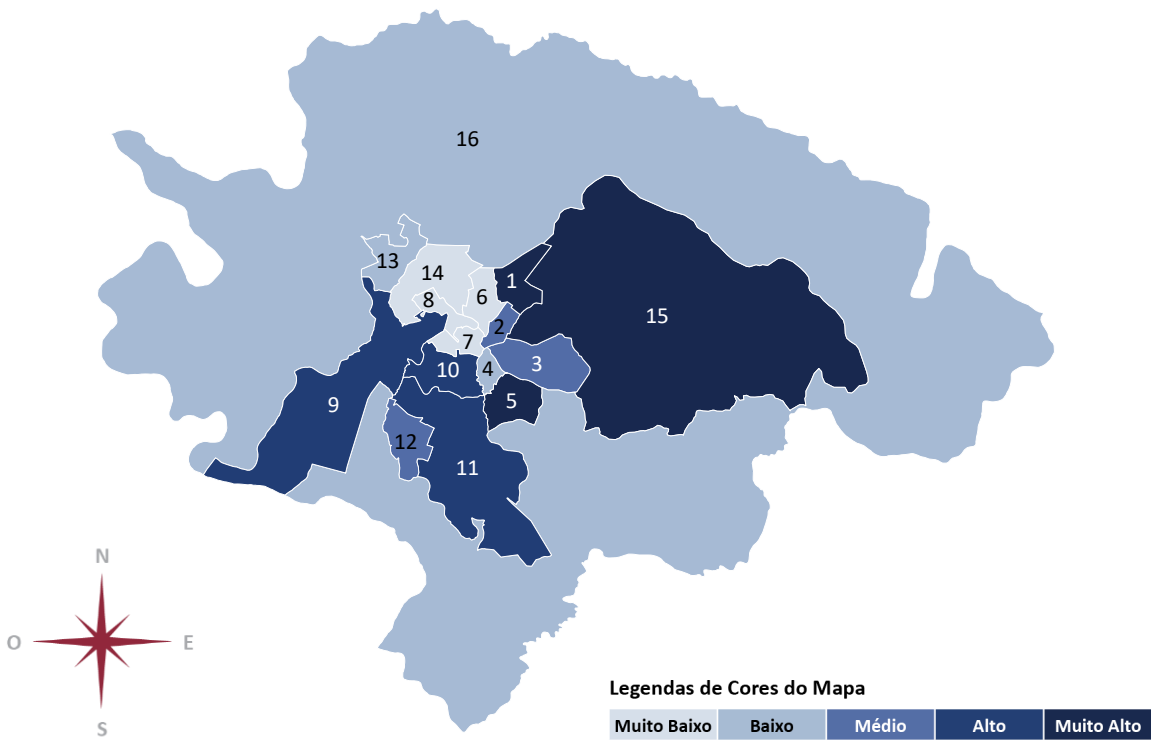
Definição: Adolescentes envolvidos com atividades esportivas e culturais dividido pelo Total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 15	20,0%
Média	Varginha	32,1%
Maior Valor	Região 14	49,0%

2,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



Legenda das Regiões Geográficas

1	Sion	5	Sion 4	9	Centro 3	13	Corcetti
2	Sion 1	6	Centro	10	Urupês	14	Corcetti 1
3	Sion 2	7	Centro 1	11	Urupês 1	15	Novo Tempo
4	Sion 3	8	Centro 2	12	Urupês 2	16	Rural

5.3. EIXO DE DIREITO À EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER

Sobre as opções para lazer e diversão que mais sentem falta na cidade a opção mais citada foi parques com 41,9%, seguida de praças com 28,5%. No terceiro grupo de mais citados estão as quadras de esporte, cinema e campo de futebol com percentuais entre 24,3% a 28,5%.

Tabela 7: O que mais sente falta na cidade

Opções de resposta*	Citações	%	
Parques	467	41,9%	
Praças	318	28,5%	
Quadra de esporte	292	26,2%	
Cinema	273	24,5%	
Campo de futebol	271	24,3%	
Pista de skate	185	16,6%	
Não sente falta de nada	28	2,5%	
Clubes	12	1,1%	
Pista para prática de esportes	9	0,8%	
Parques temáticos	7	0,6%	
Praia	7	0,6%	
Shopping	5	0,4%	
Lan house	5	0,4%	
Espaço de dança e musical	5	0,4%	
Biblioteca	4	0,4%	
Ponto de encontro de adolescentes	4	0,4%	
Não sabe responder ou informar	3	0,3%	
Mais eventos	3	0,3%	
Mais respeito aos moradores	2	0,2%	
Shows	2	0,2%	
Amigos e família	2	0,2%	
Mais escolas	2	0,2%	
Cinema fora do shopping	2	0,2%	
Brincar na rua	2	0,2%	
Entretenimento para menores	2	0,2%	
Lugares para passeio	2	0,2%	
Arte de rua	1	0,1%	
Sorveteria	1	0,1%	
Balanço	1	0,1%	
Segurança	1	0,1%	
Ciclovia	1	0,1%	
Conservatório	1	0,1%	
Competição para fora da cidade	1	0,1%	
Convenções	1	0,1%	
Hospital	1	0,1%	
Igreja	1	0,1%	
Palestras	1	0,1%	
Oficinas de artes	1	0,1%	
Áreas verdes	1	0,1%	
Total	1.115	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

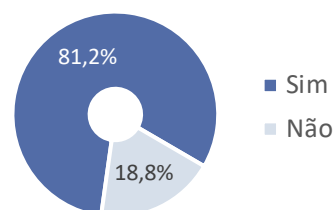
*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Os entrevistados foram abordados sobre o interesse em participar de cursos e oficina. 81,2% têm pretensão em realizar algum tipo de curso ou oficina.

Tabela 8: Pretensão em realizar cursos ou oficinas

Opções de resposta	Citações	(%)
Sim	905	81,2%
Não	210	18,8%
Total Geral	1.115	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



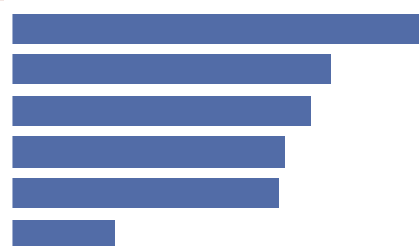
A Tabela 19 traça um panorama das áreas de interesse das crianças e dos adolescentes entrevistados, as atividades esportivas se destacam entre as demais com 60,7%. Contudo, os cursos de informática, aulas de instrumentos, cursos profissionalizantes e aulas de luta, se destacam na segunda posição de preferência com percentuais que variam entre 46,3% e 38,8%. Nas Tabelas 20 até a 27 serão detalhadas por tipo e modalidade as áreas de interesse mapeadas na pesquisa.

Tabela 9: Cursos ou oficinas por área de interesse

Área de interesse*	Citações	(%)
Atividades esportivas	549	60,7%
Cursos de informática	419	46,3%
Aulas de instrumentos	394	43,5%
Cursos profissionalizantes	358	39,6%
Aulas de luta	351	38,8%
Aulas de canto	134	14,8%
Total Geral	905	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta



Dos tipos de atividades esportivas que os entrevistados têm interesse, futebol é a mais citada (41,3%), seguida de vôlei (17,7%) e basquete (13,5%).

Tabela 10: Interesse em realizar atividades esportivas, por tipo

Opções de resposta*	Citações	%	
Futebol	227	41,3%	
Vôlei	97	17,7%	
Basquete	74	13,5%	
Natação	38	6,9%	
Dança	23	4,2%	
Não especificado ou informado	20	3,6%	
Queimada	19	3,5%	
Futsal	18	3,3%	
Handebol	13	2,4%	
Ginástica	11	2,0%	
Qualquer modalidade	11	2,0%	
Skate	11	2,0%	
Tênis De Mesa	8	1,5%	
Atletismo	8	1,5%	
Corrida	6	1,1%	
Tênis	5	0,9%	
Esportes Radicais	3	0,5%	
Rugby	2	0,4%	
Musculação	2	0,4%	
Judô	2	0,4%	
Hipismo	2	0,4%	
Academia	2	0,4%	
Ciclismo	2	0,4%	
Badminton	2	0,4%	
Ballet	2	0,4%	
Bicicleta	2	0,4%	
Luta	2	0,4%	
Grupos De Jogos	1	0,2%	
Surf	1	0,2%	
BMX	1	0,2%	
Caminhada	1	0,2%	
Crossfit	1	0,2%	
Futmesa	1	0,2%	
Peteca	1	0,2%	
Educação Física	1	0,2%	
Exercícios	1	0,2%	
Futevôlei	1	0,2%	
Yoga	1	0,2%	
Total	549	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Dos 419 entrevistados que têm interesse em realizar algum curso, 34,1% gostariam de cursar qualquer modalidade e 24,3% citaram curso de informática básica.

Tabela 11: Interesse em realizar cursos, por tipo

Opções de resposta*	Citações	%	
Qualquer modalidade	143	34,1%	
Informática básica	102	24,3%	
Programação	32	7,6%	
Não soube responder	29	6,9%	
Curso Técnico em Informática	22	5,3%	
Na escola	21	5,0%	
Pacote Office	15	3,6%	
Avançado	12	2,9%	
Tem vontade	8	1,9%	
Manutenção de computadores	7	1,7%	
Administração	6	1,4%	
Excel	6	1,4%	
Computação	6	1,4%	
Digitalização	2	0,5%	
Robótica	2	0,5%	
Senac	2	0,5%	
Marketing digital	1	0,2%	
Estudos	1	0,2%	
Profissionalizante	1	0,2%	
Programar jogos	1	0,2%	
Design	1	0,2%	
Software	1	0,2%	
Web design	1	0,2%	
Total	419	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Em relação às aulas de instrumentos musicais, o instrumento mais citado é o violão (44,9%).

Tabela 12: Interesse em realizar aulas de instrumentos musicais, por tipo

Opções de resposta*	Citações	(%)	
Violão	177	44,9%	
Piano	76	19,3%	
Bateria	47	11,9%	
Guitarra	41	10,4%	
Violino	33	8,4%	
Flauta	26	6,6%	
Teclado	15	3,8%	
Qualquer modalidade	11	2,8%	
Saxofone	6	1,5%	
Ukulele	5	1,3%	
Viola	4	1,0%	
Não especificado ou informado	2	0,5%	
Violoncelo	2	0,5%	
Tambor	2	0,5%	
Pandeiro	2	0,5%	
Atabaque	2	0,5%	
Dança	2	0,5%	
Contrabaixo	2	0,5%	
Aula Particular	1	0,3%	
Kalimba	1	0,3%	
Gaita	1	0,3%	
Funk	1	0,3%	
Flauta Transversal	1	0,3%	
Sanfona	1	0,3%	
Escaleta	1	0,3%	
Tamborim	1	0,3%	
Trompete	1	0,3%	
Cavaquinho	1	0,3%	
Canaleta	1	0,3%	
Baixo	1	0,3%	
Aulas de música para surdos	1	0,3%	
Lira	1	0,3%	
Total	394	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Nos cursos profissionalizantes se sobressai o curso de administração citado por 14,0%.

Tabela 13: Interesse em realizar cursos profissionalizantes, por tipo

Opções de resposta*	Citações	%	
Administração	50	14,0%	
Outros cursos	41	11,5%	
Não especificado ou informado	36	10,1%	
Qualquer modalidade	26	7,3%	
Inglês	26	7,3%	
Informática	22	6,1%	
Mecânico	16	4,5%	
Tecnologia Da Informação	12	3,4%	
Cabeleireiro (A)	11	3,1%	
Maquiagem	10	2,8%	
Veterinária	9	2,5%	
Engenharia	9	2,5%	
Enfermagem	8	2,2%	
Eletrônica	7	2,0%	
Medicina	7	2,0%	
Desenho	7	2,0%	
Marketing	6	1,7%	
Agronomia	5	1,4%	
Policial	5	1,4%	
Manicure	5	1,4%	
Direito	5	1,4%	
Designer	5	1,4%	
Logística	4	1,1%	
Arquitetura	4	1,1%	
Psicologia	4	1,1%	
Curso técnico	3	0,8%	
Saúde	3	0,8%	
Futebol	3	0,8%	
Biologia	3	0,8%	
Gastronomia	3	0,8%	
Programação	2	0,6%	
Tatuador	2	0,6%	
Robótica	2	0,6%	
Fotografia	2	0,6%	
Primeiros socorros	2	0,6%	
Artes	2	0,6%	
Moda	2	0,6%	
Estética	2	0,6%	
Faculdade	2	0,6%	
Contabilidade	2	0,6%	
Música	2	0,6%	
Total	358	-	

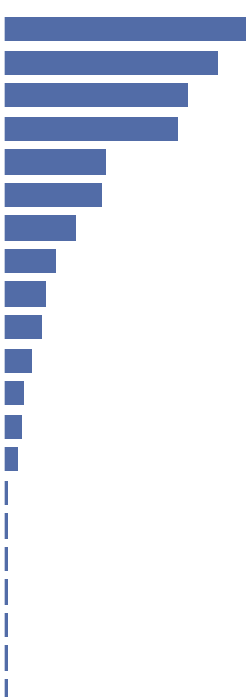
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

As aulas de luta mais pretendida pelo entrevistados é Muay Thai (20,5%) e Jiu-Jitsu (17,9%) e nas aulas de cantos predomina “qualquer modalidade” com 35,1%.

Tabela 14: Interesse em realizar aulas de luta, por tipo

Opções de resposta*	Citações	%
Muay Thai	72	20,5%
Jiu-Jitsu	63	17,9%
Judô	54	15,4%
Karatê	51	14,5%
Boxe	30	8,5%
Capoeira	29	8,3%
MMA	21	6,0%
Qualquer Modalidade	15	4,3%
Não especificado ou informado	12	3,4%
Taekwondo	11	3,1%
Defesa Pessoal	8	2,3%
Krav Maga	6	1,7%
Artes Marciais	5	1,4%
Kung Fu	4	1,1%
Luta Livre	1	0,3%
Kickboxing	1	0,3%
Projeto da escola	1	0,3%
Já fiz várias	1	0,3%
Sumô	1	0,3%
Esgrima	1	0,3%
Treinamento	1	0,3%
Total	351	-

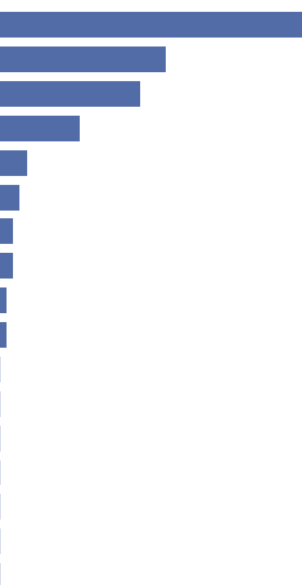


Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Tabela 15: Interesse em realizar aulas de canto, por tipo

Opções de resposta*	Citações	%
Qualquer modalidade	47	35,1%
Não especificado ou informado	26	19,4%
Canto	22	16,4%
Coral	13	9,7%
Sertanejo	6	4,4%
Gospel	4	3,0%
Funk	3	2,2%
Pop	3	2,2%
Ópera	2	1,5%
Rap	2	1,5%
Afinação	1	0,7%
Músicas que gosta	1	0,7%
MPB	1	0,7%
Lírico	1	0,7%
Internacional	1	0,7%
Eletrônica	1	0,7%
Músicas lentas	1	0,7%
Total	134	-



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Quando perguntados sobre interesse em outros cursos, não mencionados nas perguntas anteriores, 79 (7,1%) dos entrevistados demonstraram interesse a dança se destaca com 21,5%.

Tabela 16: Interesse em realizar outros cursos

Opções de resposta	Citações	(%)
Não	1036	92,9%
Sim	79	7,1%
Total Geral	1.115	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

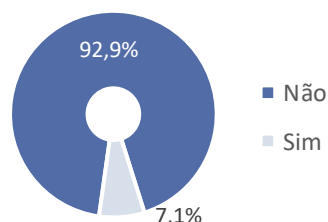


Tabela 17: Interesse em realizar outros cursos, por tipo

Opções de resposta*	Citações	%	
Dança	17	21,5%	
Artes	7	8,9%	
Aulas de inglês	5	6,3%	
Desenho	5	6,3%	
Ballet	4	5,1%	
Veterinária	3	3,8%	
Ginástica	3	3,8%	
Mecânica	3	3,8%	
Curso de matemática	2	2,5%	
Polícia	2	2,5%	
Não soube responder	2	2,5%	
Natação	2	2,5%	
Gastronomia	2	2,5%	
Artesanato	2	2,5%	
Medicina	2	2,5%	
Programar jogos	1	1,3%	
Preparatório do ENEM	1	1,3%	
Leitura	1	1,3%	
Proteção a natureza	1	1,3%	
Odontologia	1	1,3%	
Robótica	1	1,3%	
Mídia	1	1,3%	
Tricô	1	1,3%	
Pintura	1	1,3%	
Agronomia	1	1,3%	
Jovem aprendiz	1	1,3%	
Hip Hop	1	1,3%	
Faculdade	1	1,3%	
Ensino religioso	1	1,3%	
Design gráfico	1	1,3%	
Dança de salão	1	1,3%	
Cursos de saúde	1	1,3%	
Curso de pintura	1	1,3%	
Curso de ciências	1	1,3%	
Computação	1	1,3%	
Canto	1	1,3%	
Bolsa de valores	1	1,3%	
Aulas para estilistas	1	1,3%	
Filosofia	1	1,3%	
Total	79	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

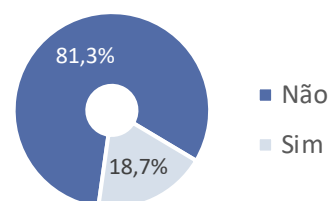
5.4. EIXO DE DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO

Quanto a entrevistados que estão em atividade de trabalho, 208 (18,7%) citam estarem trabalhando.

Tabela 18: Entrevistados que trabalham

Opções de resposta	Citações	(%)
Não	907	81,3%
Sim	208	18,7%
Total Geral	1.115	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



A Região 1 e Região 15 se destacam com a maior e menor taxas de entrevistados que trabalham entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 69% e (-) 66,8%.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 15	80	5	6,2%
Região 16	40	4	10,0%
Região 11	76	8	10,5%
Região 13	92	12	13,0%
Região 6	97	13	13,4%
Região 5	86	16	18,6%
Região 12	53	10	18,9%
Região 14	100	19	19,0%
Região 10	70	14	20,0%
Região 4	43	10	23,3%
Região 7	54	13	24,1%
Região 2	62	15	24,2%
Região 3	123	30	24,4%
Região 8	53	14	26,4%
Região 9	67	19	28,4%
Região 1	19	6	31,6%
Município	1.115	208	18,7%

Indicador 2: Entrevistados que trabalham

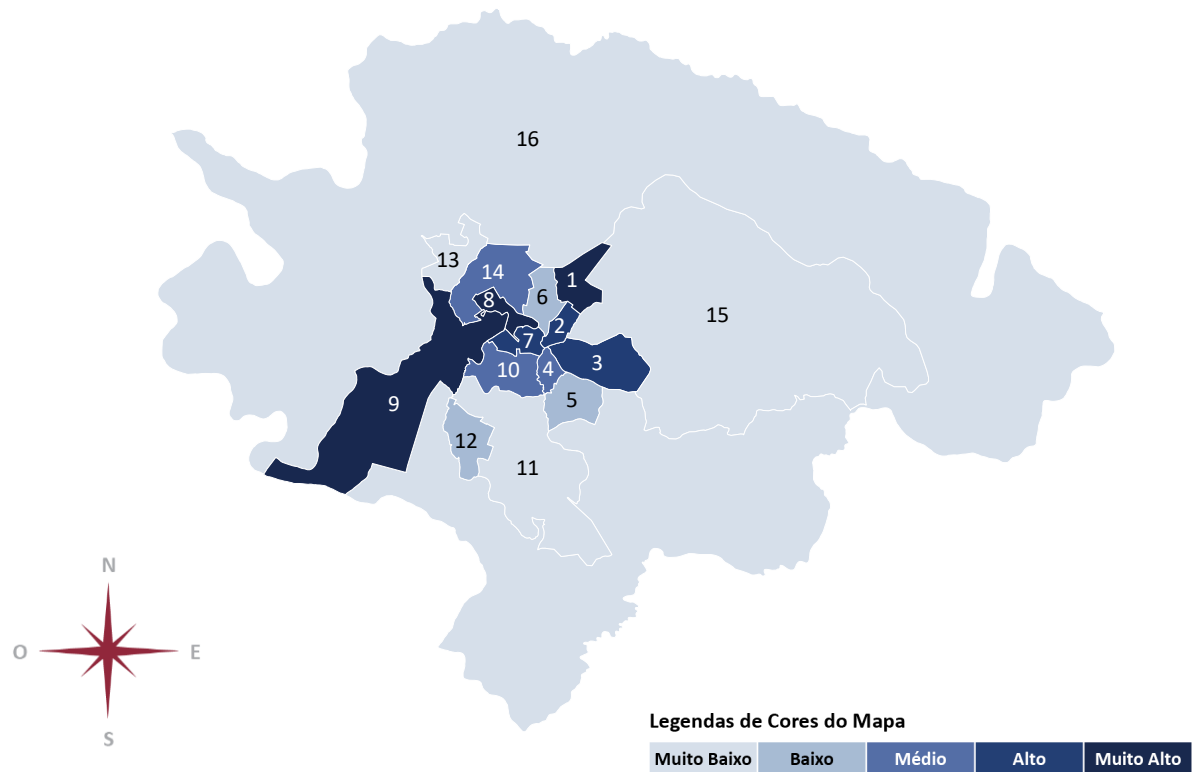
Definição: Entrevistados trabalhando dividido pelo Total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 15	6,2%
Média	Varginha	18,7%
Maior Valor	Região 1	31,6%

5,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



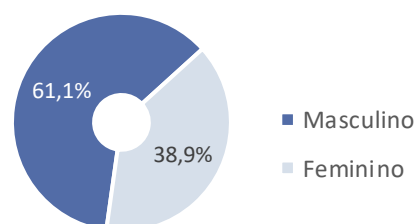
Legenda das Regiões Geográficas

1 Sion	5 Sion 4	9 Centro 3	13 Corcetti
2 Sion 1	6 Centro	10 Urupês	14 Corcetti 1
3 Sion 2	7 Centro 1	11 Urupês 1	15 Novo Tempo
4 Sion 3	8 Centro 2	12 Urupês 2	16 Rural

Dos 208 entrevistados que trabalham, 61,1% são do sexo masculino e 38,9%, têm de 16 a 17 anos. Aqui cabe aprofundar estudo sobre Trabalho Infantil, para identificar a quantidade de horas dedicadas ao trabalho doméstico, se de cunho socializador ou de situação irregular de trabalho que retira a criança e o adolescentes de seus espaços de sociabilidade e desenvolvimento.

Tabela 19: Sexo dos entrevistados que trabalham

Sexo	Citações	(%)
Masculino	127	61,1%
Feminino	81	38,9%
Total Geral	208	100,0%



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

Tabela 20: Idade dos entrevistados que trabalham

Faixa etária	Citações	(%)
De 10 a 13 anos	16	7,7%
De 14 a 15 anos	51	24,5%
De 16 a 17 anos	141	67,8%
Total Geral	208	100,0%



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

Destaca-se a predominância do contrato de aprendiz (34,6%) e trabalho sem registro formalizado (28,8%). Ainda, 6,3% estão em contratos de trabalho autônomo, caracterizando trabalho irregular. Os setores de trabalho com maior taxa de citações são serviços (28,4%), e comércios (27,9%).

Tabela 21: Forma de trabalho

Forma de trabalho	Citações	(%)
Aprendiz	72	34,6%
Sem carteira de trabalho assinada (informal ou "bicos")	60	28,8%
Com carteira de trabalho assinada	24	11,5%
Não sei responder	20	9,6%
Estagiário	19	9,1%
Contrato de trabalho autônomo	13	6,3%
Total Geral	208	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

Tabela 22: Setor do trabalho que realiza

Opções de respostas*	Citações	%
Serviços	59	28,4%
Comércio	58	27,9%
Indústria	35	16,8%
Cuida de crianças	24	11,5%
Construção Civil	12	5,8%
Serviços ambulantes	9	4,3%
Serviços domésticos	9	4,3%
Agricultura	6	2,9%
Hospedagem	4	1,9%
Total	208	-

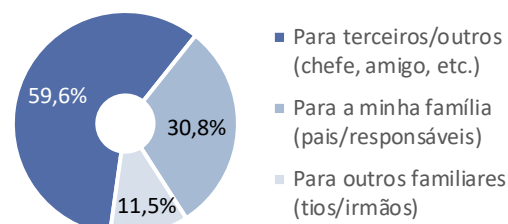
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

De todos os entrevistados que trabalham, 59,6% trabalham para terceiros, 30,8% trabalham para a própria família, e 11,5% trabalham para outros familiares.

Tabela 23: Para quem realiza o trabalho

Opções de resposta*	Citações	(%)
Para terceiros/outros	124	59,6%
Para a minha família (pais/responsáveis)	64	30,8%
Para outros familiares (tios/irmãos)	24	11,5%
Total	208	-



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

O principal motivo de trabalho citado foi “ter meu dinheiro” (64,5%) e 41,1% afirmaram que teria pretensão ou interesse de realizar outra atividade no local de trabalho. E 76 (36,5%) citaram que gostariam de estar realizando outra atividade, seja esportiva, cultural, ou um curso profissionalizante, ao invés de estar trabalhando.

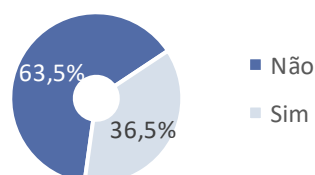
Tabela 24: Motivo de realizar o trabalho

Opções de resposta	Citações	(%)
Ter meu dinheiro	128	61,5%
Ajudar a família	67	32,2%
Ter uma ocupação	7	3,4%
Não ficar sozinho em casa	2	1,0%
Achava que estava na hora	1	0,5%
Experiência	1	0,5%
Para pagar pensão	1	0,5%
Para ter responsabilidade	1	0,5%
Total Geral	208	100%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

Tabela 25: Pretensão em realizar outra atividade no local do trabalho

Opções de resposta	Citações	(%)
Não	132	63,5%
Sim	76	36,5%
Total Geral	208	100%



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

Percebe-se que há correlação na variação do percentual de participação em grupos sociais com a realização de atividade de trabalho. Nos entrevistados que não trabalham a participação em grupo social é de 81,6%, enquanto a participação daqueles que trabalham cai para 18,4% em relação ao total dos entrevistados que participam de grupos sociais (554).

Tabela 26: Situação de trabalho por participação em grupo social

Opções de resposta	Não trabalha		Trabalha		Total Geral	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Não participa	455	81,1%	106	18,9%	561	50,3%
Participa	452	81,6%	102	18,4%	554	49,7%
Total Geral	907	81,3%	208	18,7%	1.115	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

A Região 9 e Região 15 se destacam com a maior e menor taxas de trabalho regular entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 100% e (-) 74,2%.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 15	80	2	2,5%
Região 11	76	3	3,9%
Região 1	19	1	5,3%
Região 13	92	6	6,5%
Região 14	100	7	7,0%
Região 3	123	10	8,1%
Região 7	54	5	9,3%
Região 6	97	9	9,3%
Região 4	43	4	9,3%
Região 10	70	7	10,0%
Região 16	40	4	10,0%
Região 5	86	11	12,8%
Região 12	53	8	15,1%
Região 8	53	8	15,1%
Região 2	62	10	16,1%
Região 9	67	13	19,4%
Município	1.115	108	9,7%

Indicador 3: Trabalho regular

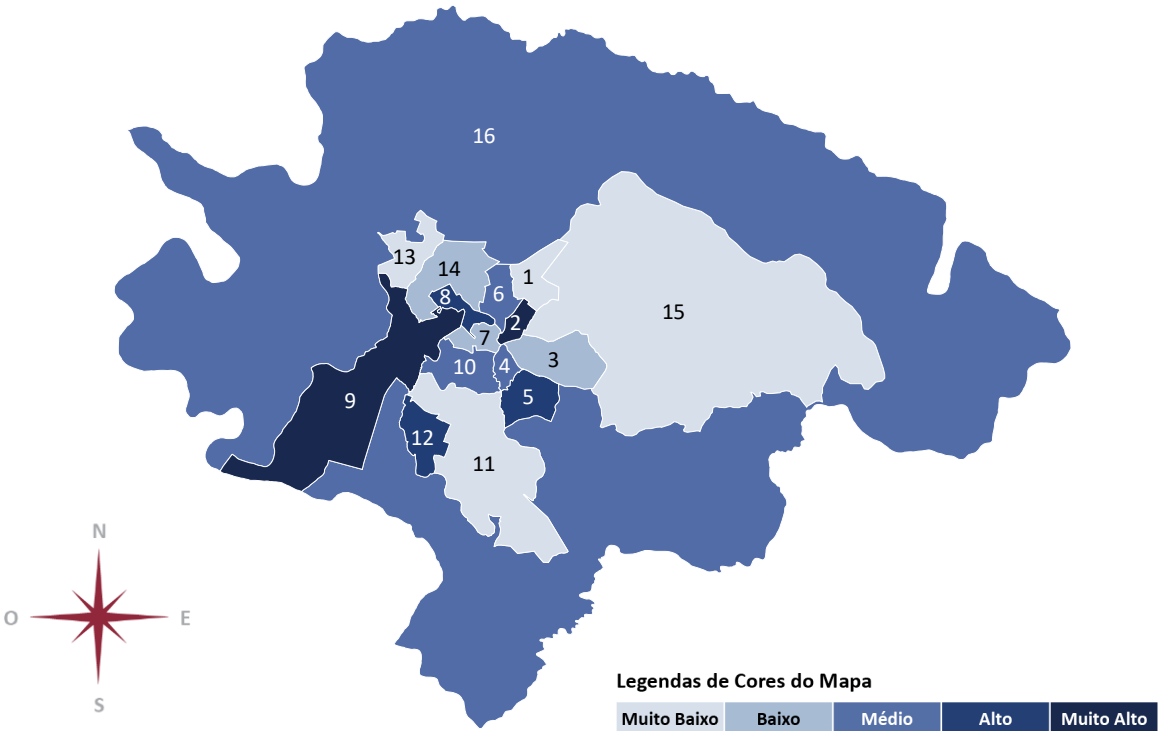
Definição: Citações de forma de trabalho igual à Aprendiz, com carteira assinada, Estagiário, e com idade maior ou igual à 14 anos dividido pelo Total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 15	2,5%
Média	Varginha	9,7%
Maior Valor	Região 9	19,4%

7,8 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



Legenda das Regiões Geográficas

1	Sion	5	Sion 4	9	Centro 3	13	Corcetti
2	Sion 1	6	Centro	10	Urupês	14	Corcetti 1
3	Sion 2	7	Centro 1	11	Urupês 1	15	Novo Tempo
4	Sion 3	8	Centro 2	12	Urupês 2	16	Rural

Quanto ao sexo dos entrevistados em situação de trabalho regular, 64,8% são do sexo masculino, e 35,2% são do sexo feminino.

Tabela 27: Sexo dos entrevistados em situação de trabalho regular

Sexo	Citações	(%)
Masculino	70	64,8%
Feminino	38	35,2%
Total Geral	108	100,0%

Fonte: Paine! Pesquisas e Consultoria, 2021

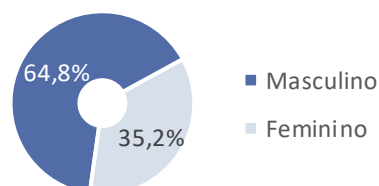
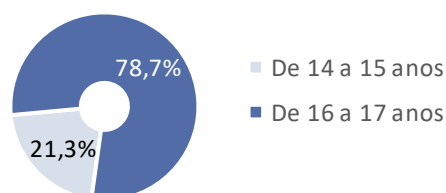


Tabela 28: Idade dos entrevistados em situação de trabalho regular

Faixa etária	Citações	(%)
De 14 a 15 anos	23	21,3%
De 16 a 17 anos	85	78,7%
Total Geral	108	100,0%

Fonte: Paine! Pesquisas e Consultoria, 2021



Os setores de trabalho com maior taxa de citações pelos entrevistados em situação de trabalho regular são serviços (37,0%), como salões de beleza e escritórios, e comércios (32,4%), como lanchonetes ou mercados.

Tabela 29: Setor do trabalho dos entrevistados em situação de trabalho regular

Opções de resposta	Citações	%
Serviços (salão de beleza, escritórios, etc)	40	37,0%
Comércio (loja, lanchonete, mercado, etc)	35	32,4%
Indústria (móveis, alimentícia, metal mecânica, etc)	22	20,4%
Agricultura (safras de uva, maçã, pêssego, e cítricas etc)	4	3,7%
Cuida de crianças	4	3,7%
Hospedagem (hotéis, pousadas)	4	3,7%
Construção Civil (ajudante, pedreiro, etc)	2	1,9%
Serviços domésticos (limpeza, cozinha, arrumação, etc)	2	1,9%
Serviços ambulantes (vendas na rua, sinais, etc)	1	0,9%
Total	108	-

Fonte: Paine! Pesquisas e Consultoria, 2021

A Região 1 e Região 15 se destacam com a maior e menor taxas de trabalho irregular entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 154,2% e (-) 69,9%.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 16	40	-	-
Região 15	80	2	2,5%
Região 12	53	2	3,8%
Região 6	97	4	4,1%
Região 5	86	4	4,7%
Região 2	62	4	6,5%
Região 13	92	6	6,5%
Região 11	76	5	6,6%
Região 9	67	6	9,0%
Região 10	70	7	10,0%
Região 7	54	6	11,1%
Região 8	53	6	11,3%
Região 14	100	12	12,0%
Região 4	43	6	14,0%
Região 3	123	19	15,4%
Região 1	19	4	21,1%
Município	1.115	93	8,3%

Indicador 4: Trabalho irregular

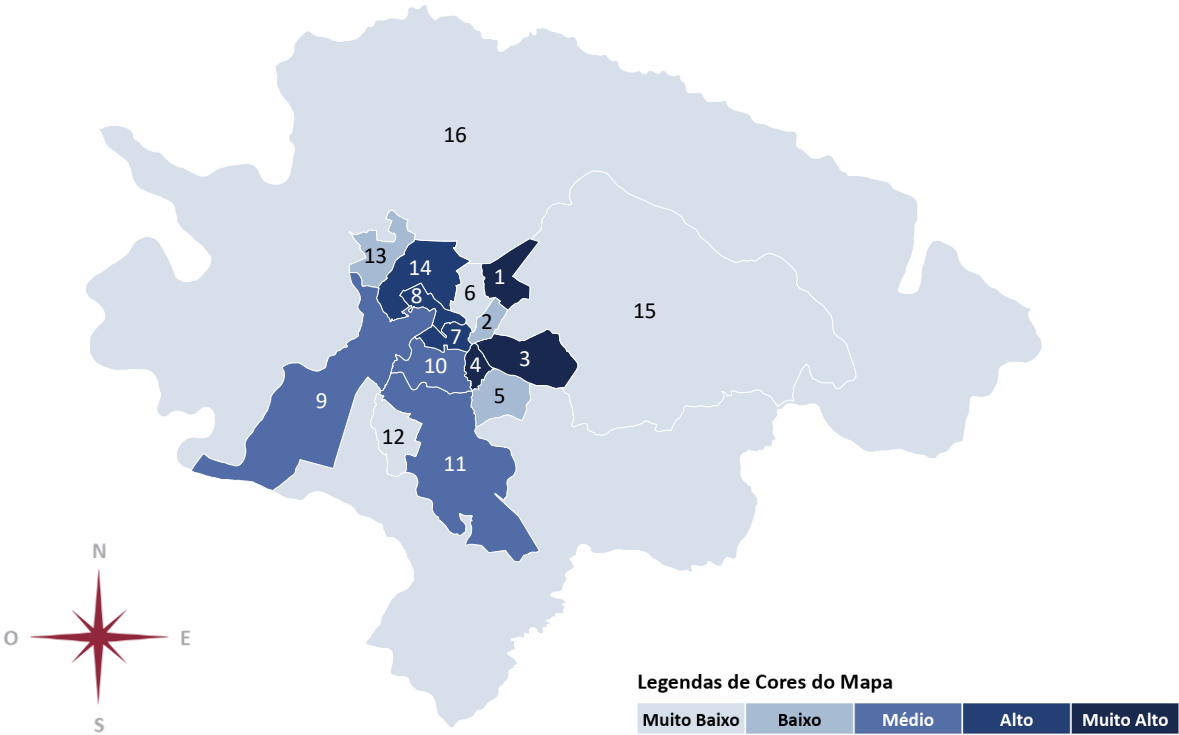
Definição: Citações dividido pelo Total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 15	2,5%
Média	Varginha	8,3%
Maior Valor	Região 1	21,1%

8,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



Legenda das Regiões Geográficas

1	Sion	5	Sion 4	9	Centro 3	13	Corcetti
2	Sion 1	6	Centro	10	Urupês	14	Corcetti 1
3	Sion 2	7	Centro 1	11	Urupês 1	15	Novo Tempo
4	Sion 3	8	Centro 2	12	Urupês 2	16	Rural

Dos entrevistados que trabalham de forma irregular, 58,1% são do sexo masculino e 41,9% têm de 16 a 17 anos.

Tabela 30: Sexo dos entrevistados em situação de trabalho irregular

Sexo	Citações	(%)
Masculino	54	58,1%
Feminino	39	41,9%
Total Geral	93	100%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

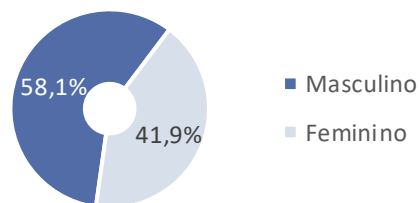
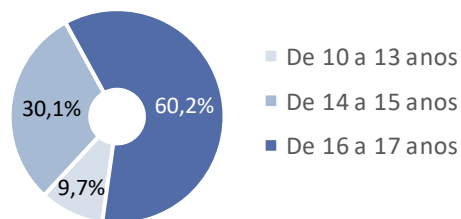


Tabela 31: Idade dos entrevistados em situação de trabalho irregular

Faixa etária	Citações	(%)
De 10 a 13 anos	9	9,7%
De 14 a 15 anos	28	30,1%
De 16 a 17 anos	56	60,2%
Total Geral	93	100%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



5.5. EIXO DE DIREITO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Inicia-se a análise do eixo vida e saúde com o tema sexualidade, com os entrevistados maiores de 13 anos, que totalizam 711. No município os amigos (42,9%) e as mães (34,3%) tiveram a maior taxa de citações sobre pessoas onde há espaço para diálogo. Por outro lado, 24,8% declararam não conversar sobre o assunto.

Tabela 32: Pessoa com quem conversa sobre sexo

Opções de resposta*	Citações	(%)	
Amigos	305	42,9%	
Mãe	244	34,3%	
Não conversa	176	24,8%	
Pai	150	21,1%	
Namorado (a)	111	15,6%	
Outros	85	12,0%	
Total	711	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Na abordagem sobre o conhecimento dos entrevistados quanto à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST), a maioria (83,8%) declarou já ter recebido alguma orientação sobre o assunto e formas de prevenção e 90,4% citaram que têm conhecimento dos métodos de prevenção.

Tabela 33: Recebeu alguma orientação sobre IST

Opções de resposta	Citações	(%)
Sim	596	83,8%
Não	115	16,2%
Total Geral	711	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

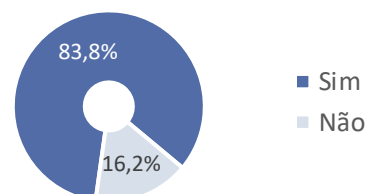
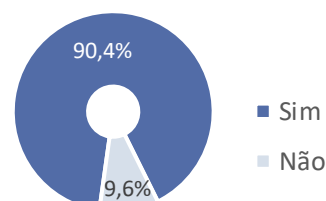


Tabela 34: Conhecimento sobre prevenção de IST

Opções de resposta	Citações	(%)
Sim	643	90,4%
Não	68	9,6%
Total Geral	711	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



Já a partir da Tabela 45 (próxima página) a pesquisa aborda temas relacionados com à qualidade de vida das crianças e dos adolescentes entrevistados, iniciando com a pergunta de “como se sente na maior parte do tempo”. A maioria (88,3%) responderam que se sentem felizes e tranquilos, no entanto, um percentual significativo, se sentem ansiosos (30,6%) e, 22% se sentem tristes, com raiva, angustiados ou com medo.

Tabela 35: Como você se sente na maior parte do tempo

Opções de resposta*	Citações	(%)	
Feliz	676	60,6%	
Ansioso	341	30,6%	
Tranquilo	309	27,7%	
Triste	82	7,4%	
Com raiva	66	5,9%	
Indiferente/apático	65	5,8%	
Angustiado	54	4,8%	
Com medo	44	3,9%	
Não sei	43	3,9%	
Eufórico	42	3,8%	
Normal	5	0,4%	
Cansada (o)	4	0,4%	
Bipolar	3	0,3%	
Preguiça	2	0,2%	
Confortável	1	0,1%	
Desanimado	1	0,1%	
Divertida	1	0,1%	
Entediada	1	0,1%	
Impaciente	1	0,1%	
Imperativo	1	0,1%	
Instável	1	0,1%	
Nervosa	1	0,1%	
Realizada	1	0,1%	
Todas as opções	1	0,1%	
Total Geral	1.115	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Foi abordado ainda sobre a prática ou vivência de situações extremas e 19,8% citaram, autolesão, tentativa de suicídio ou participação em jogos de desafio, e ainda que 39,3% dos entrevistados ficam mais de 7 horas por dia na internet ou em jogos virtuais.

Tabela 36: Situações vivenciadas

Opções de resposta*	Citações	(%)	
Nenhuma dessas ações	868	77,8%	
Autolesão	121	10,9%	
Fuga de casa	101	9,1%	
Tentativa de suicídio	66	5,9%	
Participação em jogos de desafio: baleia azul, momo, etc.	34	3,0%	
Aborto	6	0,5%	
Total	1.115	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Tabela 37: Horas por dia que passa na internet ou em jogos virtuais

Horas	Citações	(%)	
De 0 a 2 horas	256	23,0%	
De 3 a 6 horas	421	37,8%	
De 7 a 10 horas	285	25,6%	
10 ou mais horas	153	13,7%	
Total Geral	1.115	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

A Região 7 e Região 4 se destacam com a maior e menor taxa de casos de suicídio e autolesão entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 116,1% e (-) 65,7%.

Regiões	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 4	43	2	4,7%
Região 16	40	2	5,0%
Região 13	92	6	6,5%
Região 11	76	6	7,9%
Região 15	80	7	8,8%
Região 5	86	8	9,3%
Região 14	100	12	12,0%
Região 10	70	10	14,3%
Região 2	62	9	14,5%
Região 12	53	8	15,1%
Região 3	123	19	15,4%
Região 9	67	13	19,4%
Região 6	97	20	20,6%
Região 8	53	11	20,8%
Região 1	19	4	21,1%
Região 7	54	16	29,6%
Município	1.115	153	13,7%

Indicador 5: Casos de suicídio e autolesão

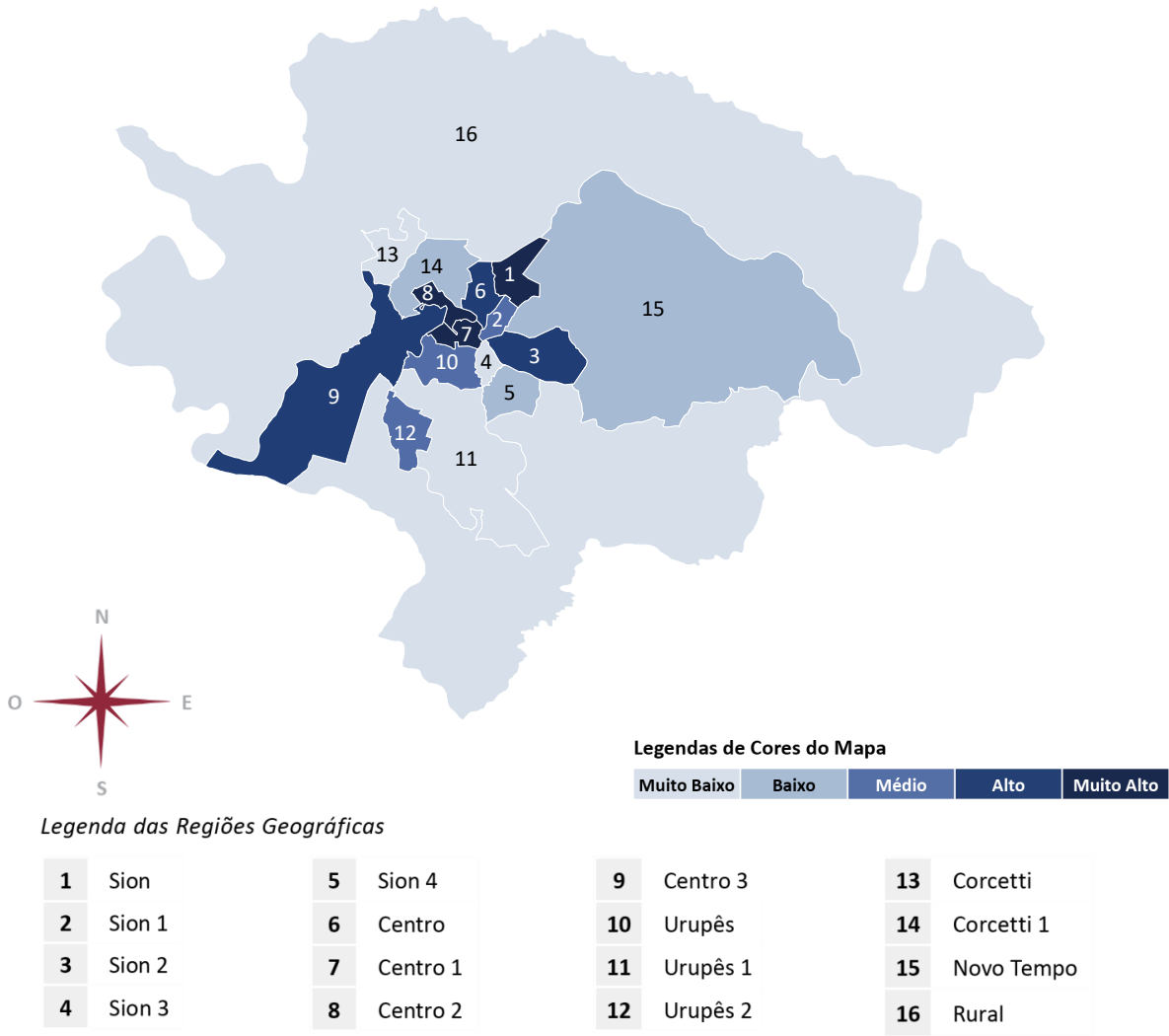
Definição: Citações de tentativas de suicídio e autolesão dividido pelo Total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 4	4,7%
Média	Varginha	13,7%
Maior Valor	Região 7	29,6%

6,3 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



Das 153 citações de casos de autolesão⁹ ou tentativa de suicídio, 69,9% são de entrevistados do sexo feminino, e em sua maioria de 14 a 17 anos (75,2%).

Tabela 38: Sexo dos entrevistados que já cometeram autolesão ou tentativa de suicídio

Sexo	Citações	(%)
Feminino	107	69,9%
Masculino	46	30,1%
Total Geral	153	100,0%

Fonte: Painei Pesquisas e Consultoria, 2021

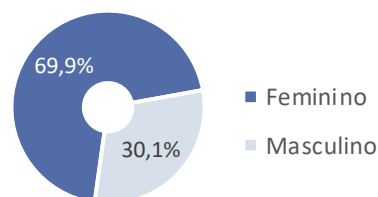
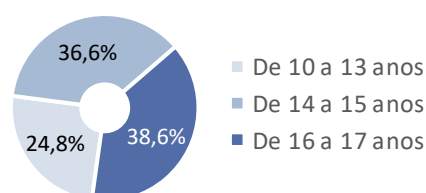


Tabela 39: Idade dos entrevistados que já cometeram autolesão ou tentativa de suicídio

Faixa etária	Citações	(%)
De 10 a 13 anos	38	24,8%
De 14 a 15 anos	56	36,6%
De 16 a 17 anos	59	38,6%
Total Geral	153	100,0%

Fonte: Painei Pesquisas e Consultoria, 2021



Entrando na temática de álcool e drogas, inicia-se a análise com a percepção dos adolescentes sobre o álcool como droga, em que 50,0% dos entrevistados afirmaram não o considerar como droga. Analisando as opções de respostas por sexo, no município não houve variação na percepção deste assunto.

Tabela 40: Percepção sobre o uso do Álcool ser uma droga

Opções de resposta	Citações	(%)
Não	558	50,0%
Sim	439	39,4%
Não sei	118	10,6%
Total Geral	1.115	100,0%

Fonte: Painei Pesquisas e Consultoria, 2021

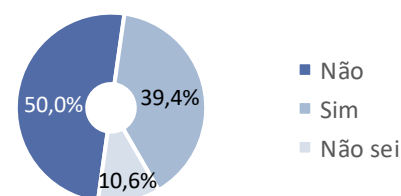


Tabela 41: Percepção sobre o uso do Álcool ser uma droga por sexo do entrevistado

Opções de resposta	Feminino		Masculino		Total Geral	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Não	269	48,21%	289	51,79%	558	50,04%
Sim	213	48,52%	226	51,48%	439	39,37%
Não sei	55	46,61%	63	53,39%	118	10,58%
Total Geral	537	48,16%	578	51,84%	1.115	100,00%

Fonte: Painei Pesquisas e Consultoria, 2021

⁹ As auto-lesões caracterizam-se por serem lesões corporais, moderadas, sobre o próprio, sem qualquer ideação suicida (Stanley, Gameroff, Michaelsen & Mann, 2001; Klonsky & Olino, 2008) ou prazer sexual, sem intervenção de outrem e que lhe causam danos físicos ou ferimentos e alívio da tensão sentida anteriormente. Não costumam ser uma tentativa falhada de suicídio, mas sim uma tentativa de manter a integridade psicológica do sujeito que não tem estratégias adequadas para lidar com todos os seus sentimentos que lhe são insuportáveis e tensões causadas por estes (Maltesberg & Lovett, 1992). Russ et al. refere que o objectivo destas é a descarga de tensão e servir para desviar a "atenção" de sentimentos muito dolorosos e sentidos como insuportáveis (citado por Millon & Davis, 2001). Alguns exemplos são a ingestão de objectos cortantes e pedaços de roupa, arrancar peles/pêlos, bater em si próprio, interferir com a cicatrização de ferimentos, inserir objectos nas feridas, auto-sufocação e morder-se. Os mais frequentes são as queimaduras e os cortes nos pulsos, pernas e braços, bem como arranhões. (internet, <http://news.medicina.ulisboa.pt/2010/09/30/auto-lesao-auto-mutilacao-e-auto-agressao-a-mesma-definicao>, setembro, 2022).

Os entrevistados que declararam ter utilizado álcool, cigarro, outros tipos de drogas e automedicação, foi indagada sobre a frequência de uso. O álcool é o mais citado, 17,4% dos respondentes utilizam às vezes e 5,9% frequentemente. A maconha entre todas as drogas foi a mais citada, 7,3% já experimentou, 4,3%, utiliza às vezes e 2,4% com frequência.

Na frequência de uso “só experimentei” destacam-se as ilícitas como maconha, drogas sintéticas e crack; e as lícitas pela nossa legislação: cigarro, cigarro eletrônico e narguilé, sinalizando a curiosidade que o público infante juvenil tem em “experimentar”. Outro destaque é o uso de “automedicação” pelos entrevistados da amostra, o que remete à necessidade de campanhas de orientação por parte do gestor da saúde pública, sobre os impactos na saúde e desenvolvimento físico e psíquico das crianças e adolescentes para minimizar esta prática.

Tabela 42: Já experimentou ou utiliza drogas lícitas e ilícitas

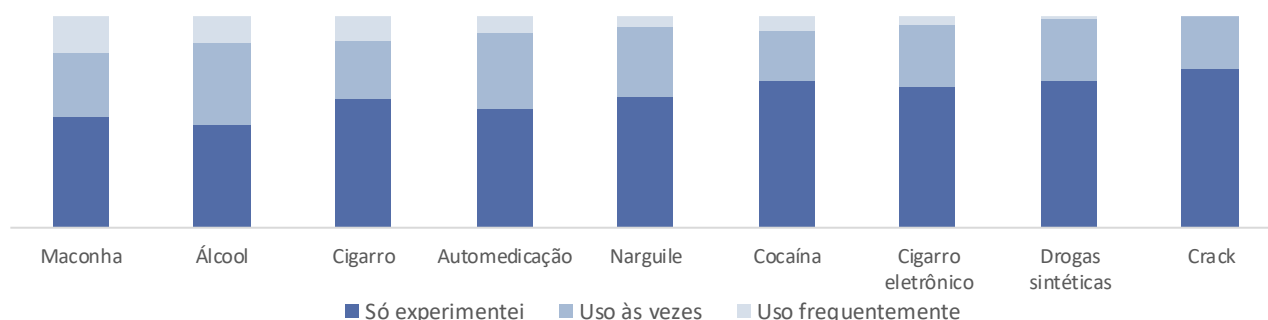
Tipo de drogas	Citações	(%)	
Álcool	506	45,4%	
Cigarro	172	15,4%	
Maconha	156	14,0%	
Narguilé	140	12,6%	
Cigarro eletrônico	106	9,5%	
Drogas sintéticas	91	8,2%	
Cocaína	72	6,5%	
Automedicação	50	4,5%	
Crack	4	0,4%	
Total Geral	1.115	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

Nota: o entrevistado poderia citar que utiliza mais de um tipo de droga lícita ou ilícita.

Tabela 43: Frequência de utilização de drogas

Tipo de Drogas	Só experimentei		Uso às vezes		Uso frequentemente		Total Geral	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Maconha	81	7,3%	48	4,3%	27	2,4%	156	14,0%
Álcool	246	22,1%	194	17,4%	66	5,9%	506	45,4%
Cigarro	104	9,3%	47	4,2%	21	1,9%	172	15,4%
Automedicação	28	2,5%	18	1,6%	4	0,4%	50	4,5%
Narguilé	86	7,7%	47	4,2%	7	0,6%	140	12,6%
Cocaína	29	2,6%	10	0,9%	3	0,3%	72	3,8%
Cigarro eletrônico	71	6,4%	31	2,8%	4	0,4%	106	9,5%
Drogas sintéticas	63	5,7%	27	2,4%	1	0,1%	91	8,2%
Crack	3	0,3%	1	0,1%	-	-	4	0,4%
Total Geral	630	56,5%	375	33,6%	106	9,5%	1.115	100,0%



A Região 9 e Região 11 se destacam com a maior e menor taxa de entrevistados com uso casual ou frequente de álcool entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 66,5% e (-) 49,4%.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 11	76	9	11,8%
Região 6	97	14	14,4%
Região 7	54	8	14,8%
Região 15	80	12	15,0%
Região 13	92	18	19,6%
Região 5	86	18	20,9%
Região 2	62	13	21,0%
Região 16	40	10	25,0%
Região 14	100	26	26,0%
Região 12	53	14	26,4%
Região 3	123	35	28,5%
Região 10	70	20	28,6%
Região 1	19	6	31,6%
Região 8	53	17	32,1%
Região 4	43	14	32,6%
Região 9	67	26	38,8%
Município	1.115	260	23,3%

Indicador 6: Entrevistados com uso casual ou frequente de álcool

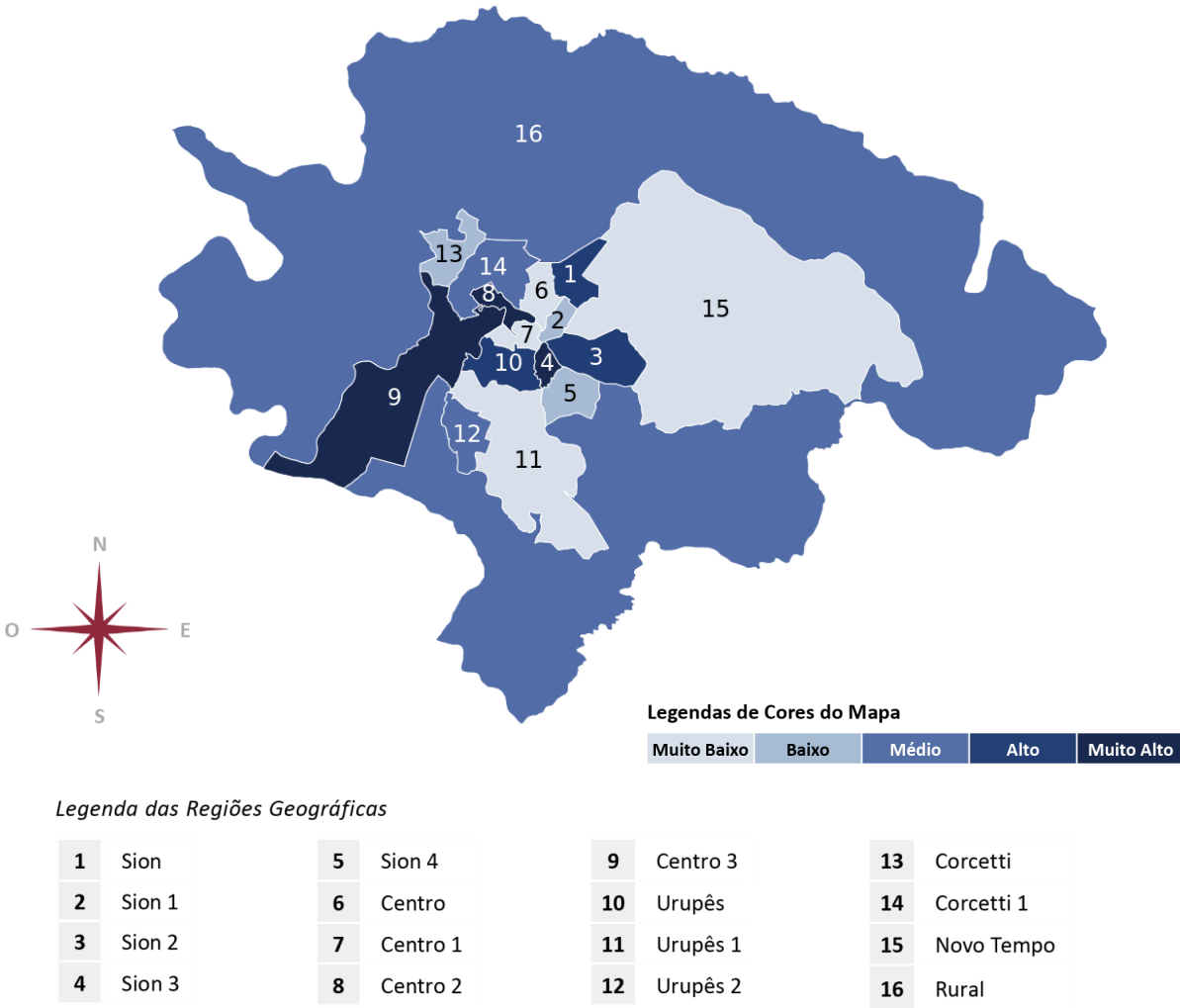
Definição: Entrevistados que usam álcool “às vezes”, ou “frequentemente” dividido pelo Total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 11	11,8%
Média	Varginha	23,3%
Maior Valor	Região 9	38,8%

3,3 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



55,0% dos entrevistados que usam álcool regularmente são do sexo masculino, e 68,8% das citações, têm de 16 a 17 anos.

Tabela 44: Sexo dos entrevistados que utilizam álcool às vezes ou frequentemente

Sexo	Citações	(%)
Masculino	143	55,0%
Feminino	117	45,0%
Total Geral	260	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

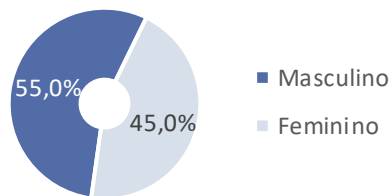
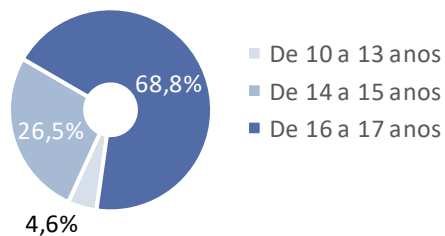


Tabela 45: Idade dos entrevistados que utilizam álcool às vezes ou frequentemente

Faixa etária	Citações	(%)
De 10 a 13 anos	12	4,6%
De 14 a 15 anos	69	26,5%
De 16 a 17 anos	179	68,8%
Total Geral	260	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



A Região 4 e Região 11 se destacam com a maior e menor taxa de entrevistados que usam drogas ilícitas entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 109% e (-) 83,3%.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 11	76	1	1,3%
Região 14	100	4	4,0%
Região 15	80	4	5,0%
Região 16	40	2	5,0%
Região 6	97	5	5,2%
Região 1	19	1	5,3%
Região 5	86	6	7,0%
Região 7	54	4	7,4%
Região 10	70	6	8,6%
Região 3	123	11	8,9%
Região 9	67	6	9,0%
Região 13	92	10	10,9%
Região 2	62	7	11,3%
Região 8	53	6	11,3%
Região 12	53	7	13,2%
Região 4	43	7	16,3%
Município	1.115	87	7,8%

Indicador 7: Entrevistados que usam drogas ilícitas

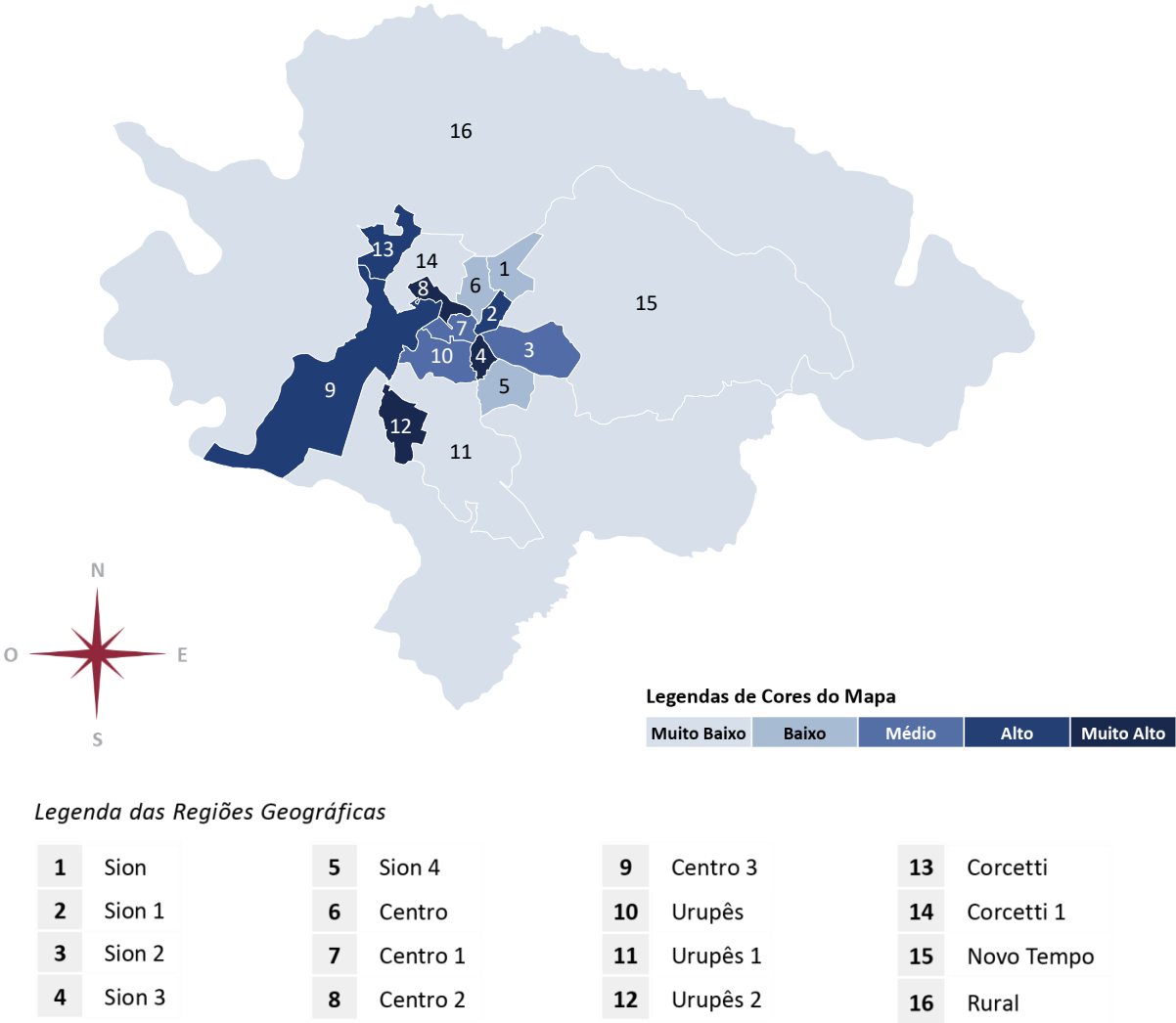
Definição: Entrevistados que utilizam drogas ilícitas frequentemente ou às vezes dividido pelo Total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 11	1,3%
Média	Varginha	7,8%
Maior Valor	Região 4	16,3%

12,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



Entrevistados do sexo masculino que usam drogas ilícitas são 59,8% das citações, e 77,0% têm de 16 a 17 anos.

Tabela 46: Sexo dos entrevistados que utilizam drogas ilícitas

Sexo	Citações	(%)
Masculino	52	59,8%
Feminino	35	40,2%
Total Geral	87	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

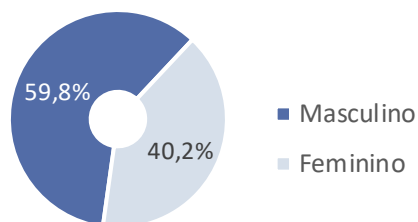
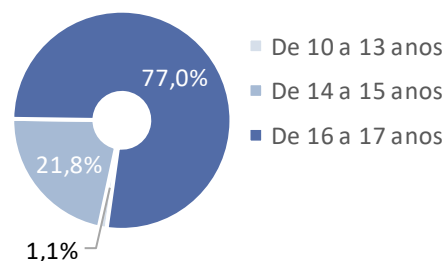


Tabela 47: Idade dos entrevistados que utilizam drogas ilícitas

Faixa etária	Citações	(%)
De 10 a 13 anos	1	1,1%
De 14 a 15 anos	19	21,8%
De 16 a 17 anos	67	77,0%
Total Geral	87	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



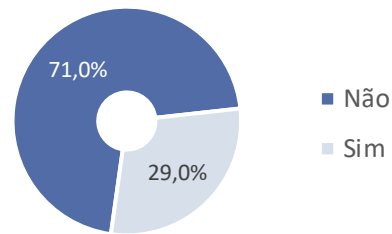
5.6. EIXO DE DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E A LIBERDADE

Quando entrevistados sobre preconceito, 29,0% dos adolescentes declararam já ter sido vítimas de preconceito.

Tabela 48: Entrevistados que já foram vítimas de preconceito

Opções de resposta	Citações	(%)
Não	792	71,0%
Sim	323	29,0%
Total Geral	1.115	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



A aparência física (37,8%), cor (20,7%), obesidade (18,6%) e orientação sexual (18,6%) foram as maiores taxas de citações de preconceitos sofridos.

Tabela 49: Tipo de preconceito sofrido

Opções de resposta*	Citações	(%)
Pela aparência física	122	37,8%
Por sua cor	67	20,7%
Por ser obeso/gordo	60	18,6%
Por sua orientação sexual	60	18,6%
Por ser magro demais	46	14,2%
Por ser tímido(a)	38	11,8%
Por opção religiosa	28	8,7%
Por sua situação social	28	8,7%
Por não ter namorado(a)	19	5,9%
Por ter alguma deficiência	5	1,5%
Cabelo	3	0,9%
Por seu tamanho	2	0,6%
Por ter filho	2	0,6%
Sotaque	2	0,6%
Depressivo	1	0,3%
Fumar	1	0,3%
Não específico	1	0,3%
Pelo meu jeito	1	0,3%
Pelo país que veio	1	0,3%
Por mancha na pele	1	0,3%
Por ser adotada	1	0,3%
Por sua fala enrolada	1	0,3%
Total Geral	323	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

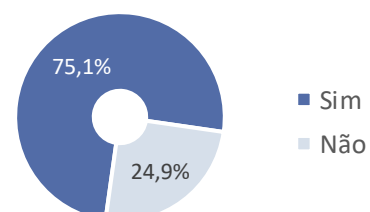
*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Entrando no tema das violências, 75,1% (837) dos entrevistados declarou que no caso de sofrer algum tipo de violência saberia onde procurar ajuda.

Tabela 50: No caso de sofrer ou ter sofrido alguma violência, você saberia onde pedir ajuda?

Opções de resposta	Citações	(%)
Sim	837	75,1%
Não	278	24,9%
Total Geral	1.115	100%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



A Região 9 e Região 7 se destacam com a maior e menor genérico (%) entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 11,3% e (-) 18,6%.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 9	67	56	83,6%
Região 14	100	83	83,0%
Região 8	53	44	83,0%
Região 4	43	35	81,4%
Região 13	92	73	79,3%
Região 11	76	60	78,9%
Região 16	40	31	77,5%
Região 10	70	53	75,7%
Região 2	62	46	74,2%
Região 6	97	71	73,2%
Região 5	86	62	72,1%
Região 15	80	57	71,2%
Região 3	123	86	69,9%
Região 1	19	13	68,4%
Região 12	53	34	64,2%
Região 7	54	33	61,1%
Município	1.115	837	75,1%

Indicador 8: Entrevistados que sabem onde pedir ajuda em caso de violência

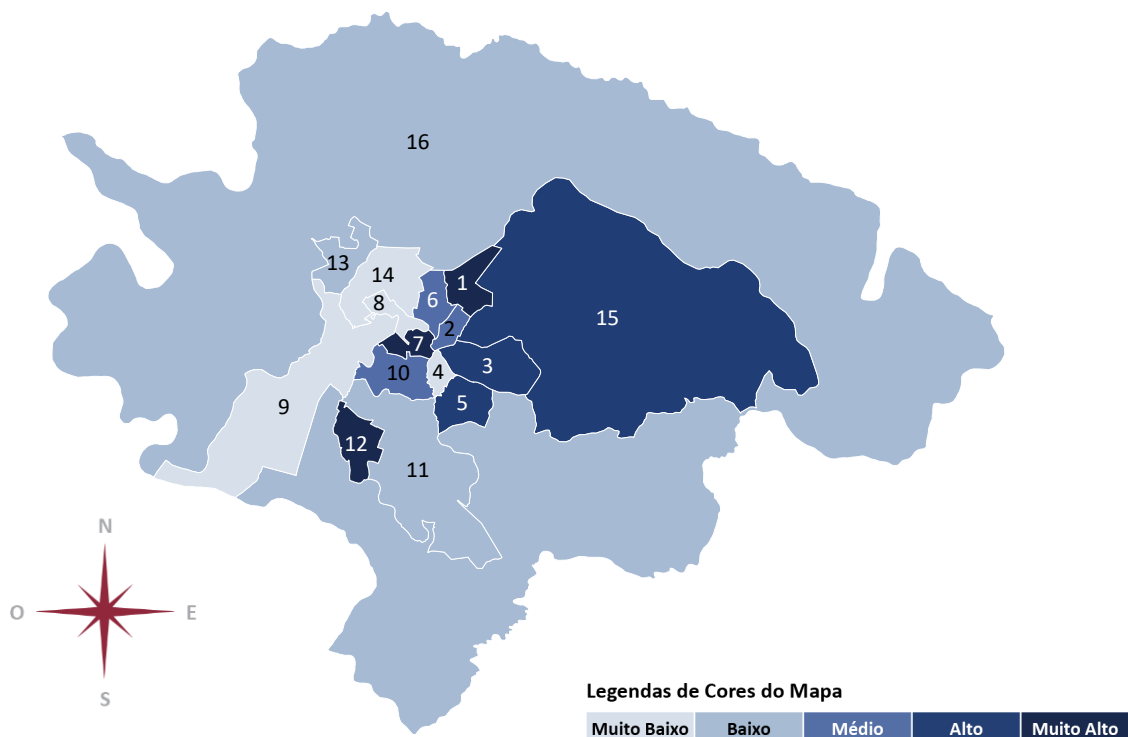
Definição: Opções de respostas positivas para a pergunta "No caso de sofrer ou ter sofrido alguma violência, você saberia onde pedir ajuda?" dividido pelo Total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 7	61,1%
Média	Varginha	75,1%
Maior Valor	Região 9	83,6%

1,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2021



Legenda das Regiões Geográficas

1	Sion	5	Sion 4	9	Centro 3	13	Corcetti
2	Sion 1	6	Centro	10	Urupês	14	Corcetti 1
3	Sion 2	7	Centro 1	11	Urupês 1	15	Novo Tempo
4	Sion 3	8	Centro 2	12	Urupês 2	16	Rural

A maioria das citações (61,4%) apontam a Polícia como lugar de denúncia e na segunda posição a família com 13,5% das citações.

Tabela 51: No caso de sofrer violência, a quem você pediria ajuda?

Opções de respostas*	Citações	(%)	
Polícia	514	61,4%	
Família	113	13,5%	
Delegacia	58	6,9%	
Pais	58	6,9%	
Mãe	52	6,2%	
Amigos	33	3,9%	
Conselho Tutelar	28	3,3%	
Não respondeu	27	3,2%	
Avô/avó	15	1,8%	
Vizinhos	10	1,2%	
Pai	9	1,1%	
Professores	9	1,1%	
Irmã/Irmão	8	1,0%	
Tias/tios	8	1,0%	
Conhecidos	7	0,8%	
Quem estiver próximo	7	0,8%	
Diretora	5	0,6%	
Médicos	5	0,6%	
Namorada/Namorado	4	0,5%	
CRAS	2	0,2%	
Delegacia da Mulher	2	0,2%	
Disque 100	2	0,2%	
Ambulância	1	0,1%	
Bombeiros	1	0,1%	
Depende da situação	1	0,1%	
Disque denúncia contra abuso de mulher	1	0,1%	
Escola	1	0,1%	
Hospital	1	0,1%	
Justiça	1	0,1%	
Posto de saúde	1	0,1%	
Projeto Bem-te-vi	1	0,1%	
Responsável	1	0,1%	
Treinador	1	0,1%	
Total	837	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

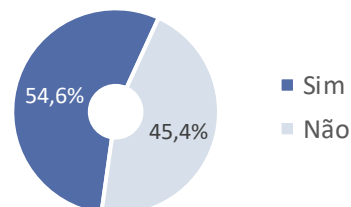
*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Dos 1.115 entrevistados, 609 (54,6%) relataram sofrer ou ter sofrido algum tipo de violência.

Tabela 52: Entrevistados que sofreram algum tipo de violência

Opções de resposta	Citações	(%)
Sim	609	54,6%
Não	506	45,4%
Total Geral	1.115	100%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



A violência psicológica/*bullying* é a mais citada pelos entrevistados que declaram já ter sofrido algum tipo de violência (73,1%), seguida da física (49,1%). Analisando os locais, a escola destaca-se como o local mais citado para violência psicológica/*bullying* (84,9%) e física (46,8%). Ruas e praças têm 44,5% das citações para a violência física e 39,2% para a sexual. Destaca-se ainda o ambiente familiar citado por 85,4% dos que sofreram negligência, violência sexual (57,9%) e física (34,4%).

Tabela 53: Situação de violência sofrida pelos entrevistados

Violência sofrida	Citações	(%)	
Violência psicológica/ <i>bullying</i>	445	73,1%	
Violência física	299	49,1%	
Violência sexual	51	8,4%	
Negligência	48	7,9%	
Total Geral	609	-	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

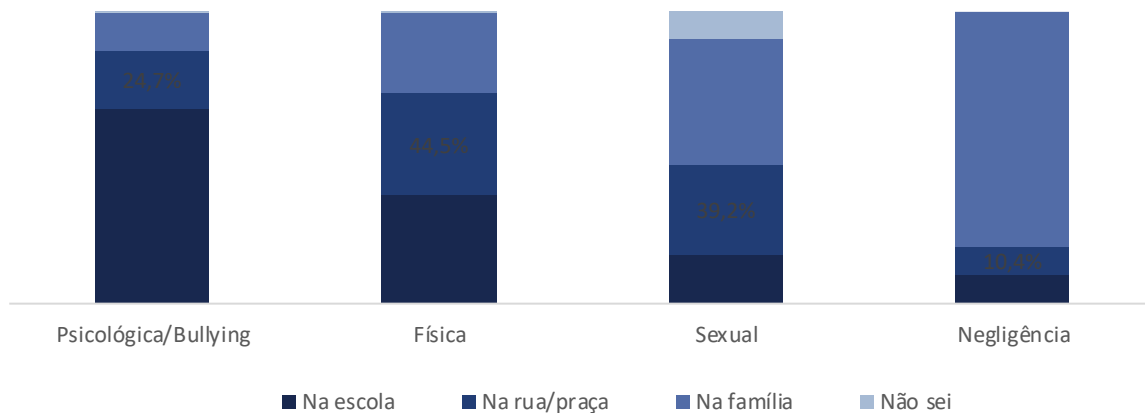
*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Tabela 54: Tipo e locais de violência sofrida pelos entrevistados

Locais	Psicológica ou bullying		Física		Sexual		Negligência	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Na escola	378	84,9%	140	46,8%	11	21,6%	5	10,4%
Na rua/prça	110	24,7%	133	44,5%	20	39,2%	5	10,4%
Na família	74	16,6%	103	34,4%	28	54,9%	41	85,4%
Não sei	2	0,4%	2	0,7%	6	11,8%	-	-
Total Geral	445	-	299	-	51	-	48	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

*Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta



A Região 7 e Região 16 se destacam com a maior e menor taxas de violência psicológica entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 53,1% e (-) 37,3%.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 16	40	10	25,0%
Região 11	76	22	28,9%
Região 2	62	19	30,6%
Região 15	80	26	32,5%
Região 12	53	19	35,8%
Região 13	92	35	38,0%
Região 9	67	26	38,8%
Região 5	86	34	39,5%
Região 3	123	50	40,7%
Região 14	100	43	43,0%
Região 6	97	42	43,3%
Região 8	53	23	43,4%
Região 10	70	31	44,3%
Região 4	43	21	48,8%
Região 1	19	11	57,9%
Região 7	54	33	61,1%
Município	1.115	445	39,9%

Indicador 9: Violência psicológica

Definição: Citações de violência psicológica dividido pelo Total da amostra, vezes 100

Menor Valor

Região 16

25%

Média

Varginha

39,9%

Maior Valor

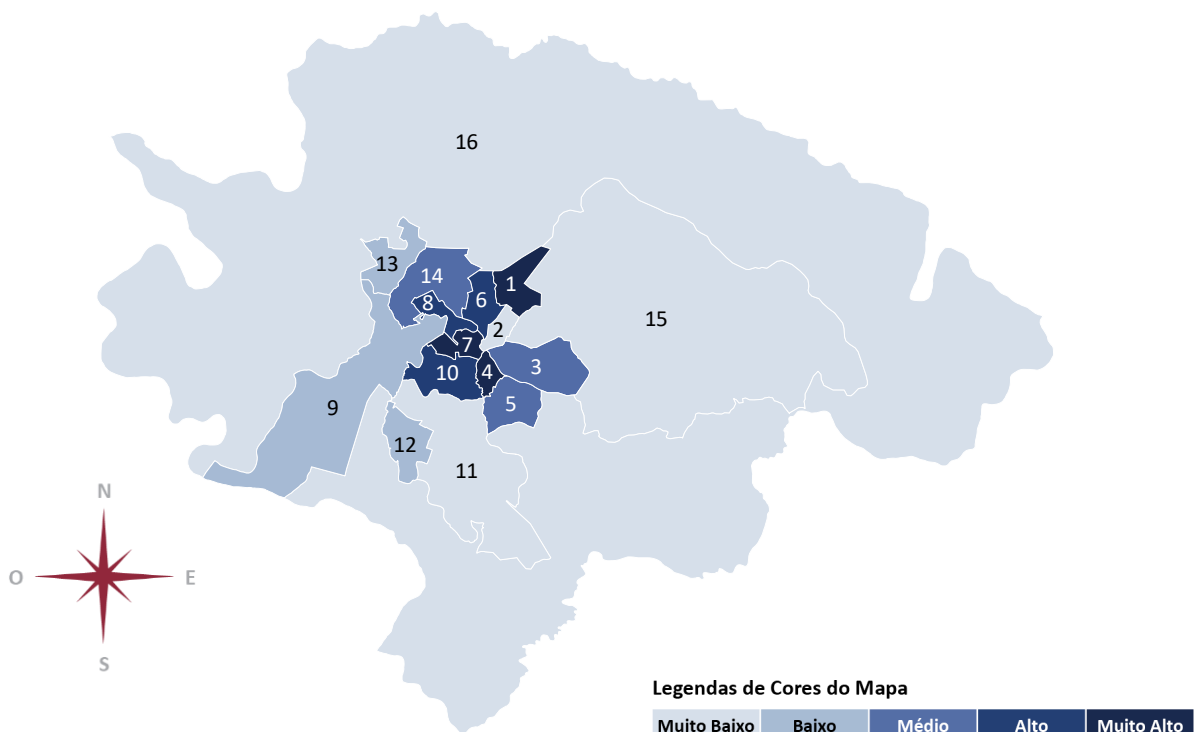
Região 7

61,1%

2,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2021



Entrevistados do sexo feminino são 56,0% nas citações de relatos de violência psicológica.

Idades de 14 a 17 anos somam 73,5% das citações.

Tabela 55: Sexo dos entrevistados que relataram violência psicológica

Sexo	Citações	(%)
Feminino	249	56,0%
Masculino	196	44,0%
Total Geral	445	100%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

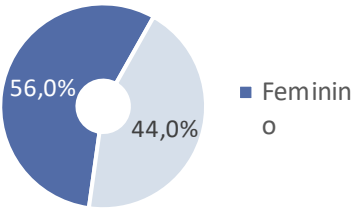
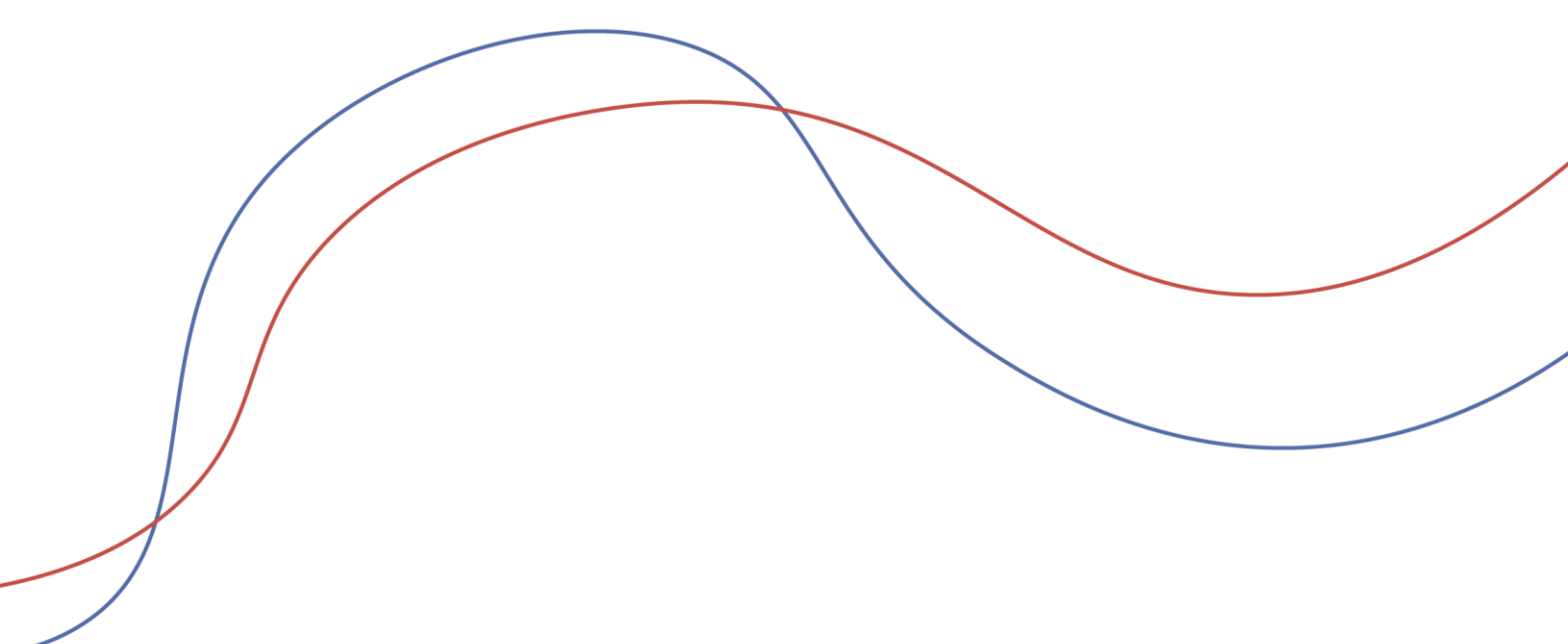
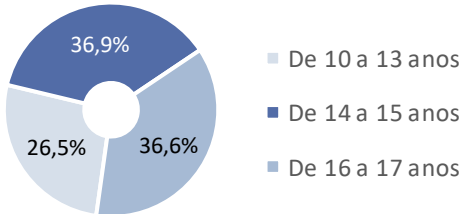


Tabela 56: Idade dos entrevistados que relataram violência psicológica

Faixa etária	Citações	(%)
De 10 a 13 anos	118	26,5%
De 14 a 15 anos	164	36,9%
De 16 a 17 anos	163	36,6%
Total Geral	445	100%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



A Região 1 e Região 15 se destacam com a maior e menor taxas de violência física entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 76,9% e (-) 62,7%.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 15	80	8	10,0%
Região 16	40	7	17,5%
Região 12	53	11	20,8%
Região 13	92	20	21,7%
Região 14	100	24	24,0%
Região 5	86	21	24,4%
Região 7	54	14	25,9%
Região 11	76	20	26,3%
Região 9	67	18	26,9%
Região 3	123	35	28,5%
Região 4	43	13	30,2%
Região 2	62	19	30,6%
Região 6	97	33	34,0%
Região 10	70	26	37,1%
Região 8	53	21	39,6%
Região 1	19	9	47,4%
Município	1.115	299	26,8%

Indicador 10: Violência física

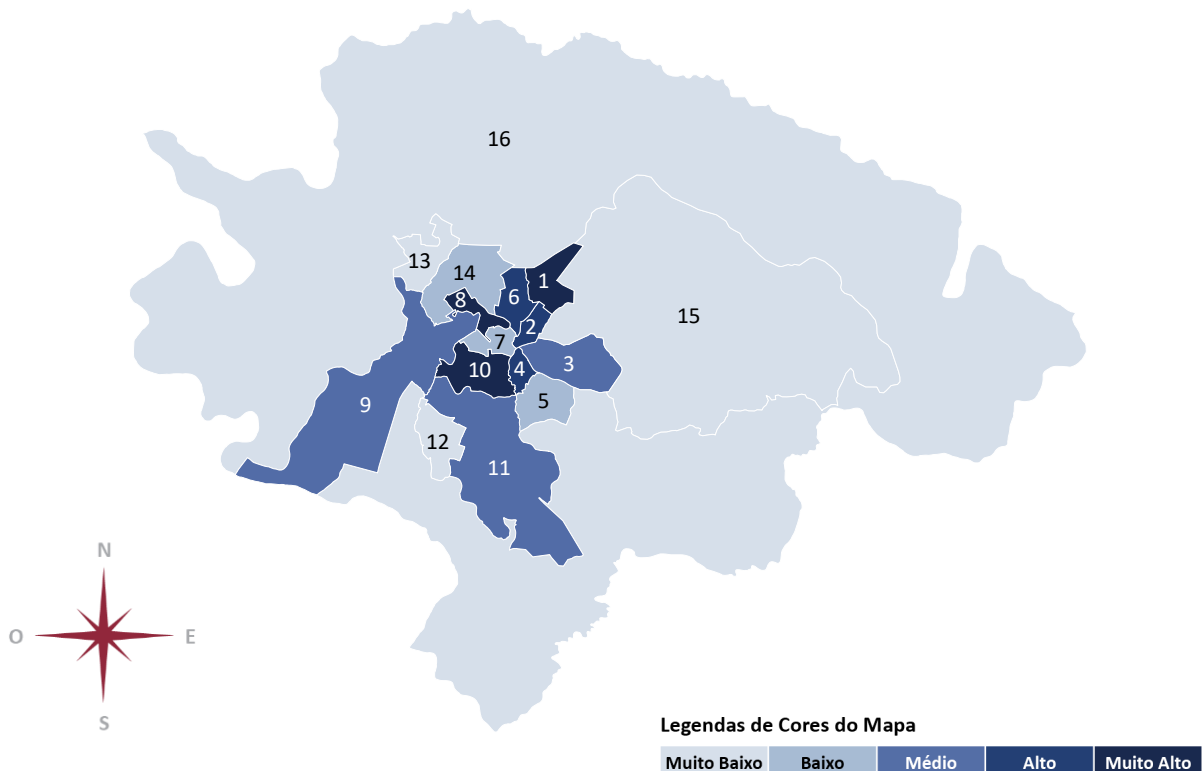
Definição: Citações dividido pelo Total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 15	10%
Média	Varginha	26,8%
Maior Valor	Região 1	47,4%

4,7 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



Legenda das Regiões Geográficas

1 Sion	5 Sion 4	9 Centro 3	13 Corcetti
2 Sion 1	6 Centro	10 Urupês	14 Corcetti 1
3 Sion 2	7 Centro 1	11 Urupês 1	15 Novo Tempo
4 Sion 3	8 Centro 2	12 Urupês 2	16 Rural

Entrevistados do sexo masculino (62,2%) são a maioria das citações de violência física. A faixa etária de 16 a 17 anos compõe 44,1% das citações, e a de 14 a 15 anos, 30,1%.

Tabela 57: Sexo dos entrevistados que relataram violência física

Sexo	Citações	(%)
Masculino	186	62,2%
Feminino	113	37,8%
Total Geral	299	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

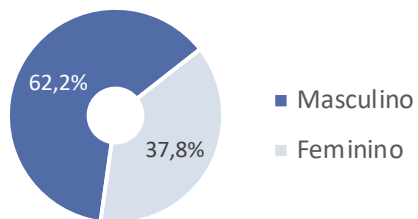
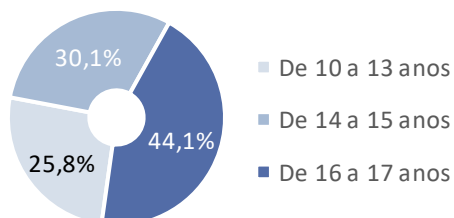


Tabela 58: Idade dos entrevistados que relataram violência física

Faixa etária	Citações	(%)
De 10 a 13 anos	77	25,8%
De 14 a 15 anos	90	30,1%
De 16 a 17 anos	132	44,1%
Total Geral	299	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



A Região 12 e Região 5 se destacam com a maior e menor taxas de violência sexual entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 352,2% e (-) 73,9%.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 16	40	-	-
Região 5	86	1	1,2%
Região 15	80	1	1,2%
Região 8	53	1	1,9%
Região 13	92	2	2,2%
Região 10	70	2	2,9%
Região 11	76	3	3,9%
Região 14	100	4	4,0%
Região 9	67	3	4,5%
Região 4	43	2	4,7%
Região 3	123	6	4,9%
Região 6	97	5	5,2%
Região 2	62	4	6,5%
Região 7	54	4	7,4%
Região 1	19	2	10,5%
Região 12	53	11	20,8%
Município	1.115	51	4,6%

Indicador 11: Violência sexual

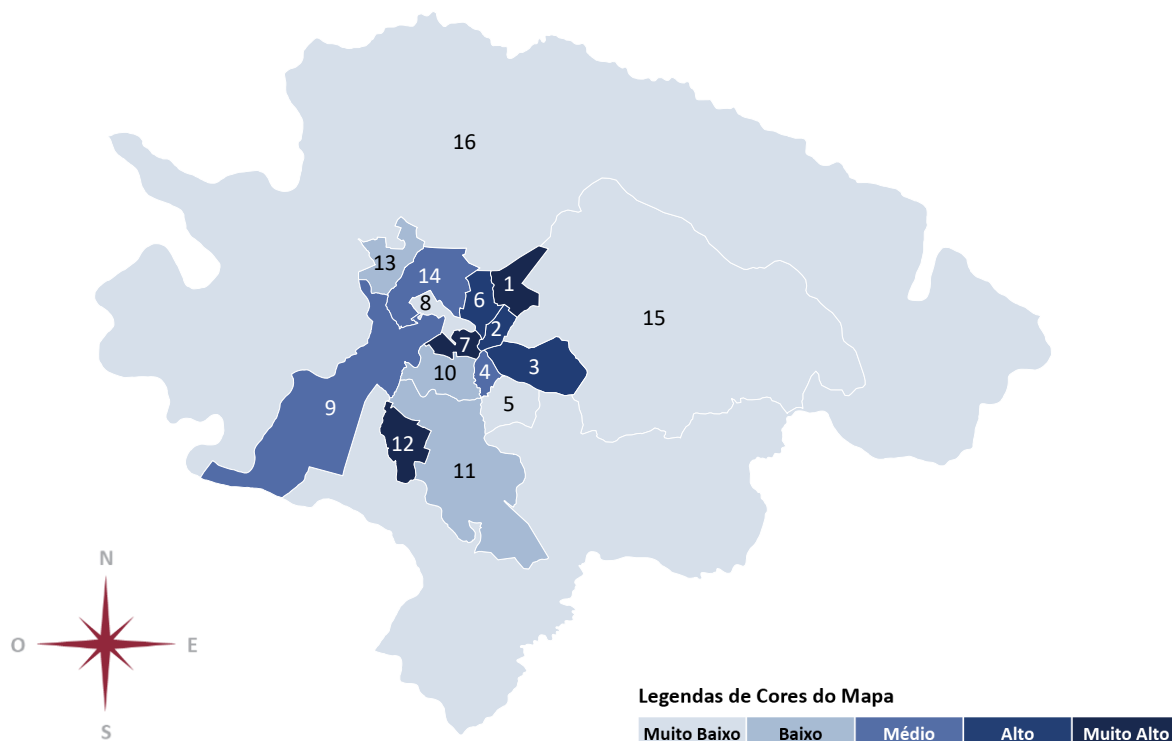
Definição: Citações de violência sexual dividido pelo Total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 5	1,2%
Média	Varginha	4,6%
Maior Valor	Região 12	20,8%

17,3 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



A maioria das citações de violência sexual são de entrevistados do sexo feminino (80,4%), e com idades entre 16 e 17 anos (58,8%).

Tabela 59: Sexo dos entrevistados que relataram violência sexual

Sexo	Citações	(%)
Feminino	41	80,4%
Masculino	10	19,6%
Total Geral	51	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

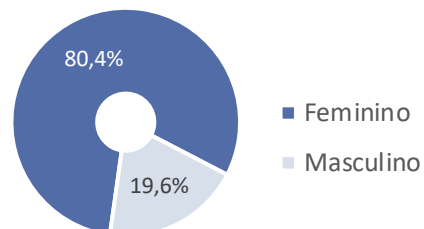
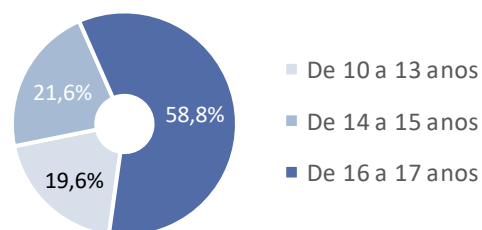


Tabela 60: Idade dos entrevistados que relataram violência sexual

Faixa etária	Citações	(%)
De 10 a 13 anos	10	19,6%
De 14 a 15 anos	11	21,6%
De 16 a 17 anos	30	58,8%
Total Geral	51	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



Outra forma de violência é a Negligência (falta de cuidado, desleixo, falta de zelo e abandono) foi citado por 48 entrevistados na pesquisa de percepção. As Regiões 1 e 14 se destacam com a maior e menor taxas de negligência entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 267,4% e (-) 53,5%.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 16	40	-	-
Região 14	100	2	2,0%
Região 6	97	2	2,1%
Região 13	92	2	2,2%
Região 11	76	2	2,6%
Região 10	70	2	2,9%
Região 9	67	2	3,0%
Região 5	86	3	3,5%
Região 15	80	3	3,8%
Região 8	53	2	3,8%
Região 2	62	3	4,8%
Região 3	123	6	4,9%
Região 7	54	4	7,4%
Região 12	53	6	11,3%
Região 4	43	6	14,0%
Região 1	19	3	15,8%
Município	1.115	48	4,3%

Indicador 12: Negligência

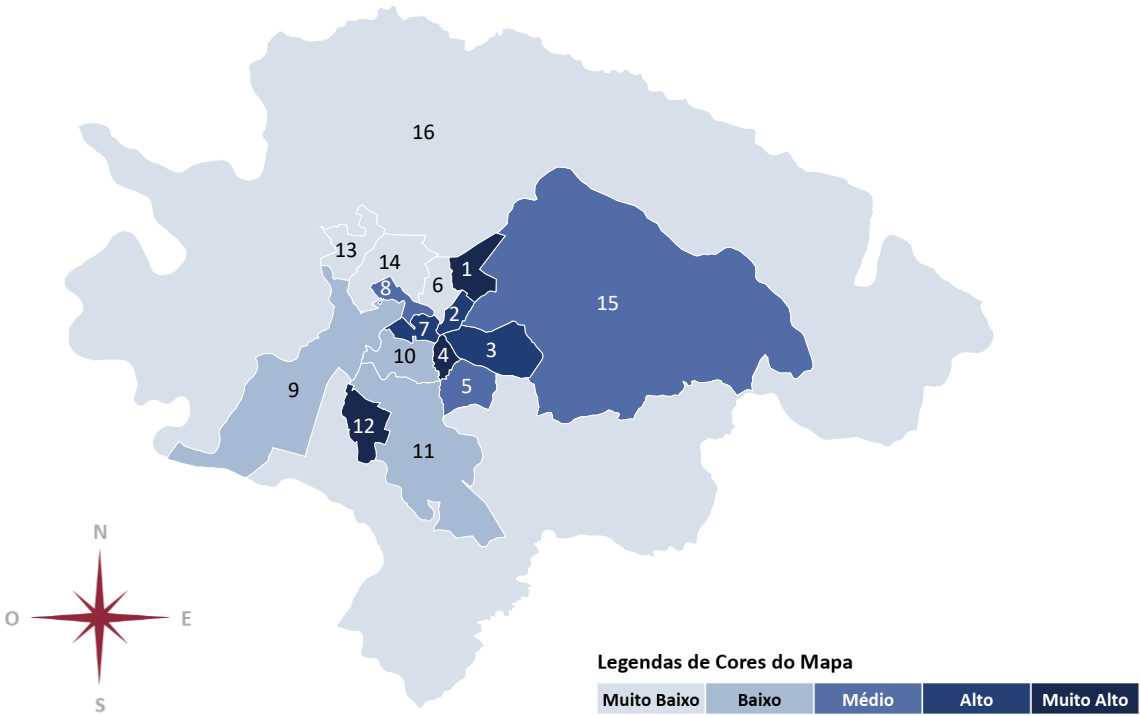
Definição: negligências sofridas pelos entrevistados, dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 14	2%
Média	Varginha	4,3%
Maior Valor	Região 1	15,8%

7,9 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2021



Legenda das Regiões Geográficas

1	Sion	5	Sion 4	9	Centro 3	13	Corcetti
2	Sion 1	6	Centro	10	Urupês	14	Corcetti 1
3	Sion 2	7	Centro 1	11	Urupês 1	15	Novo Tempo
4	Sion 3	8	Centro 2	12	Urupês 2	16	Rural

A predominância das citações de negligência é de entrevistados do sexo feminino (60,4%), e com idades entre 16 e 17 anos (52,1%).

Tabela 61: Sexo dos entrevistados que relataram negligência

Sexo	Citações	(%)
Feminino	29	60,4%
Masculino	19	39,6%
Total Geral	48	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

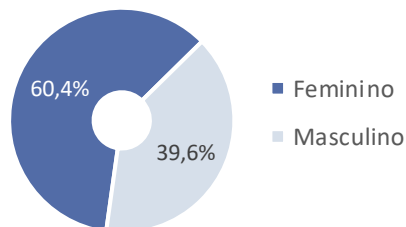
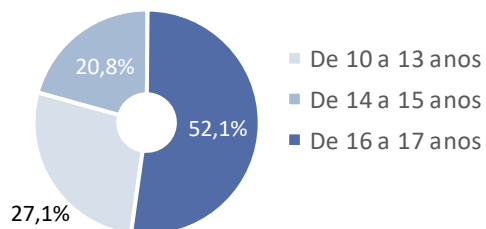


Tabela 62: Idade dos entrevistados que relataram negligência

Faixa etária	Citações	(%)
De 10 a 13 anos	13	27,1%
De 14 a 15 anos	10	20,8%
De 16 a 17 anos	25	52,1%
Total Geral	48	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



As situações ilícitas foram abordadas indiretamente, e as opções de respostas dos entrevistados mostraram em média que 9,4% já praticou tráfico de drogas ou exploração sexual comercial. O tráfico é o mais citado, 5,4% dos entrevistados declararam já ter levado algum tipo de droga por dinheiro.

Tabela 63: Situações ilícitas vivenciadas pelos entrevistados

Prática de situações ilícitas	Levou ou entregou algum tipo de droga ilícita		Usou o seu corpo, fez carinho a pedido de alguém		Pelo menos uma das situações	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Não	1078	96,68%	1106	99,19%	1112	99,73%
Sim	37	3,32%	9	0,81%	3	0,27%
Total Geral	1.115	100,0%	1.115	100,0%	1.115	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



A Região 1 e Região 15 se destacam com a maior e menor taxas de adolescente envolvido com tráfico de drogas entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 218,2% e (-) 63,6%.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 2	62	-	-
Região 7	54	-	-
Região 16	40	-	-
Região 15	80	1	1,2%
Região 11	76	1	1,3%
Região 10	70	1	1,4%
Região 14	100	2	2,0%
Região 5	86	2	2,3%
Região 3	123	3	2,4%
Região 13	92	3	3,3%
Região 6	97	4	4,1%
Região 8	53	3	5,7%
Região 12	53	4	7,5%
Região 4	43	4	9,3%
Região 9	67	7	10,4%
Região 1	19	2	10,5%
Município	1.115	37	3,3%

Indicador 13: Adolescente envolvido com tráfico de drogas

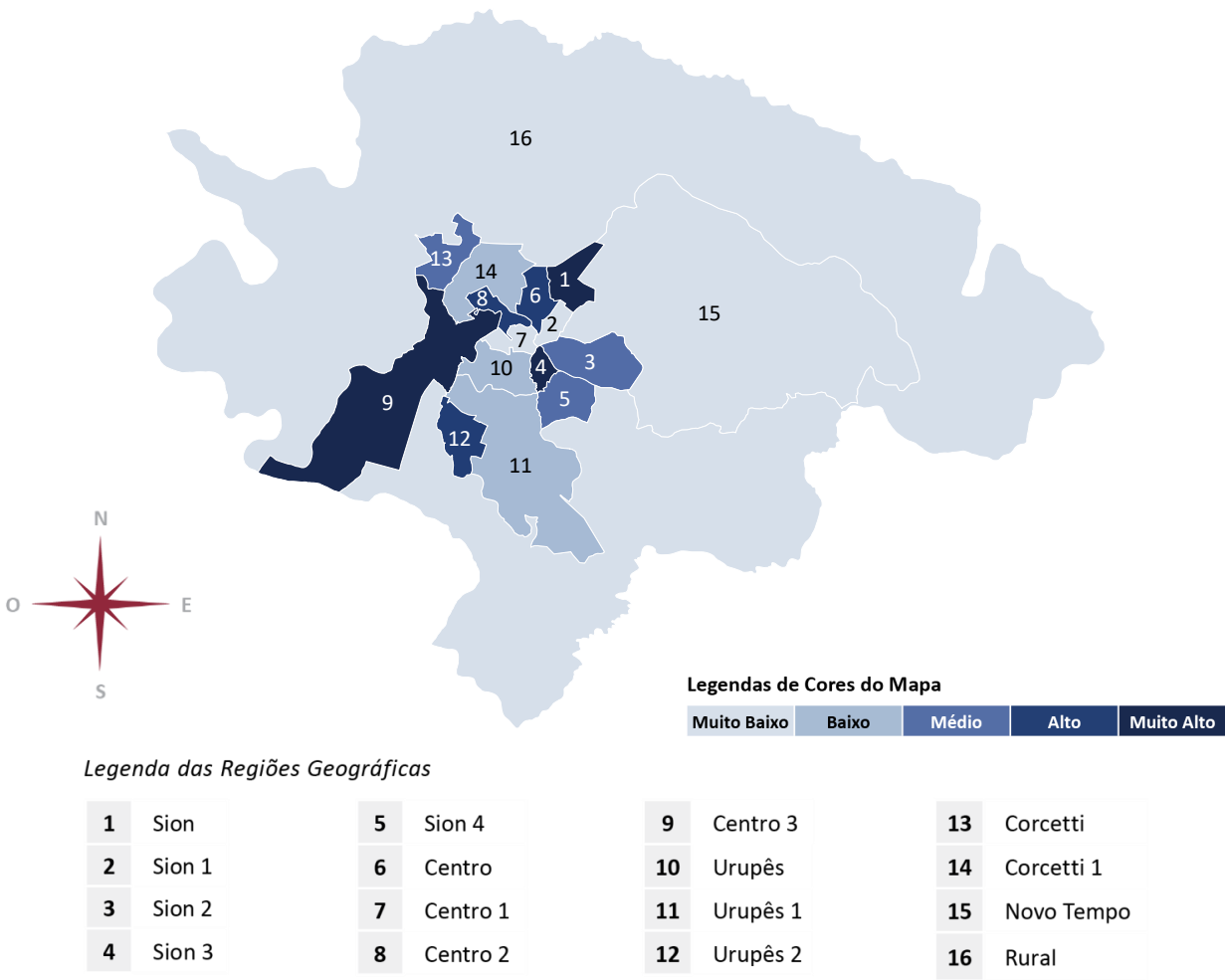
Definição: Citações positivas para levar ou entregar drogas ilícitas dividido pelo Total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 15	1,2%
Média	Varginha	3,3%
Maior Valor	Região 1	10,5%

8,8 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021



Lista dos 258 (23,1%) comentários ou sugestões dos adolescentes entrevistados

- ✓ "Gostei da pesquisa."
- ✓ "Gostei bastante."
- ✓ "Foi tranquilo."
- ✓ "Achei a pesquisa interessante."
- ✓ "Foi legal!"
- ✓ "Quero ser jogador de futebol."
- ✓ "Quero se mudar."
- ✓ "Quero fazer advocacia."
- ✓ "Melhora no policiamento."
- ✓ "Mais segurança na cidade."
- ✓ "Gostaria que a pandemia terminasse."
- ✓ "Achei ótimo."
- ✓ "Sou feliz."
- ✓ "Obrigada."
- ✓ "Mais campo de futebol na cidade."
- ✓ "Quero ser veterinária."
- ✓ "Gostaria de quadras de basquete com cobertura."
- ✓ "Gostaria de mais carinho."
- ✓ "Mais aulas de educação sexual e economia."
- ✓ "Ainda não sabe."
- ✓ "Quero ser técnico de informática."
- ✓ "Obrigado."
- ✓ "Quero participar de uma banda algum dia."
- ✓ "Sinto muita falta do meu avô que faleceu."
- ✓ "Quero um futuro melhor em outra cidade."
- ✓ "Bem a vida não é fácil pra ninguém o importante é continuar em frente."
- ✓ "Que dessem aula de inglês, de música e de canto em todas as escolas."
- ✓ "Bem explicativo pra saber o que eu penso."
- ✓ "Quero ser músico."
- ✓ "Cidade deveria ter uma praia."
- ✓ "Quero ter um bom futuro!"
- ✓ "Cidade necessita melhorar a questão de trabalho e curso profissionalizante."
- ✓ "As perguntas foram boas."
- ✓ "Colocar mais segurança na cidade nos finais de semana."
- ✓ "Quero dar aula."
- ✓ "Começar um curso melhor de informática."
- ✓ "Quero ser jogador."
- ✓ "Continuem fazendo esse projeto, que está ajudando as pessoas."
- ✓ "Quero ser veterinário."
- ✓ "Quero crescer profissionalmente."
- ✓ "Queria mais praças nos bairros e segurança."
- ✓ "Dar um futuro para meu filho e ser feliz."
- ✓ "Sinto falta dos amigos na escola."
- ✓ "Deseja ter mais atenção da família."
- ✓ "Tá pensando que tem que ir embora, ir ao centro e depois trabalhar."
- ✓ "Desejaria que tivesse mais respeito entre as pessoas na cidade."
- ✓ "Prefeitura de Varginha deveria apoiar outros esportes."

- ✓ "Desejo que os adolescentes da minha faixa etária possam receber, através da educação, orientações profissionalizantes, pois me encontro próximo ao momento de tomar uma decisão em relação a faculdade e não possuo nenhum conhecimento sobre as possíveis opções."
- ✓ "Queria mais pistas de skate."
- ✓ "Deveria aumentar a segurança na cidade, dá muito medo de sair à noite."
- ✓ "Quero fazer psicologia."
- ✓ "Diminuir a violência no bairro."
- ✓ "Achei muito incrível."
- ✓ "Tenho vontade de passar mais tempo com a família."
- ✓ "Quero ser médica ou professora."
- ✓ "É estranho."
- ✓ "Apesar de algumas dúvidas, foi tranquilo e gostei da pesquisa."
- ✓ "Gostaria de fazer novas amizades."
- ✓ "Quero trabalhar."
- ✓ "Em desejo a criação de um curso sobre política e de como funciona a democracia do Brasil."
- ✓ "Quero viajar."
- ✓ "Quero fazer atuação."
- ✓ "Aprender a ler/escrever/matемática."
- ✓ "Quero mais segurança."
- ✓ "Estou em uma das melhores fases da vida."
- ✓ "Quero ser uma grande confeitadeira."
- ✓ "Me sinto triste quase todos os dias."
- ✓ "Sou ansioso e preciso me ocupar até as 17h."
- ✓ "Quero ser rico, ter dinheiro para não passar fome, jogar (jogos eletrônicos) na hora que quiser, fazer as atividades."
- ✓ "Quero aulas de educação sexual nas escolas, menos preconceito e mais aceitação social."
- ✓ "Espaços culturais para adolescentes na cidade."
- ✓ "A cidade poderia ser mais limpa."
- ✓ "Espero que as coisas melhorem."
- ✓ "Quando crescer Quero ser policial."
- ✓ "Estudar Medicina ou tecnologia."
- ✓ "Queria que não existissem drogas e escolas."
- ✓ "Eu desejo me formar na escola e fazer faculdade."
- ✓ "Quero arrumar um trabalho para ganhar dinheiro."
- ✓ "Eu quero ver filme do homem aranha, minha família e amigos."
- ✓ "Quero estudar e fazer faculdade."
- ✓ "Falta mais organização na escola."
- ✓ "Quero formar e morar fora."
- ✓ "Fazer lugares para os pobres morarem e comerem."
- ✓ "Quero sair do país novamente."
- ✓ "Fazer um parquinho de criança no meu bairro."
- ✓ "Quero ser bombeiro."
- ✓ "Feliz em ter voltado as aulas presenciais."
- ✓ "Quero ser jogador, e que os alunos respeitem os professores."
- ✓ "Fico muito dentro de casa, se fosse para melhorar algo, seria na minha casa."
- ✓ "Quero ser médica."
- ✓ "A pergunta de autolesão talvez tenha sido desconfortável."
- ✓ "Quero ser profissional em desenho."
- ✓ "A questão cultural masculina."
- ✓ "Quero ser uma empresária agrícola."
- ✓ "Gosto de andar de bicicleta, comer jogar e talvez serei policial."

- ✓ "Quero ter um futuro feliz."
- ✓ "Gostaria da paz mundial."
- ✓ "Quero um futuro bom para a filha."
- ✓ "Gostaria de mais atividades como dança, canto."
- ✓ "Quero um trabalho melhor."
- ✓ "Acredito que não."
- ✓ "Queremos psicólogos na escola."
- ✓ "Adorei a pesquisa, quero ser médica."
- ✓ "Queria não subir a pé para escola."
- ✓ "Gostaria de ser mais respeitada."
- ✓ "Quero sair dessa vida."
- ✓ "Quero viver numa vida boa e feliz."
- ✓ "Gostaria que o bullying parasse."
- ✓ "Gostaria que tivesse interclasse."
- ✓ "Quero ser médica."
- ✓ "Gostaria que tivesse menos violência."
- ✓ "Quero ser veterinária, que droga acabe, e mais amor a sociedade."
- ✓ "Gostaria que tivessem mais oportunidades de emprego."
- ✓ "Sonho com um mundo sem preconceito."
- ✓ "A violência contra as crianças."
- ✓ "Telefones como o do conselho tutelar, por exemplo, deveriam ser mais divulgados."
- ✓ "Vontade de trabalhar com coisas simples, planos de vida."
- ✓ "Gosto de brincar e de estudar."
- ✓ "Focar o máximo para recuperar o tempo perdido por causa da pandemia e se formar em medicina ou odontologia, com especialidade em pediatria."
- ✓ "Gosto de brincar, andar de bicicleta. Queria ser veterinária ou médica, sou bem tratada em casa e sou muito feliz. E é desanimador não ter nada para fazer."
- ✓ "Quero praças no meu bairro."
- ✓ "Gostou da pesquisa e Quero ser professor."
- ✓ "Mais quadras de basquete."
- ✓ "Gostou da pesquisa, estava precisando."
- ✓ "Queria que as aulas voltassem a ser presenciais."
- ✓ "Quero ir pra um lugar isolado."
- ✓ "Quero que meus planos deem certo."
- ✓ "Irá mexer com tecnologia."
- ✓ "Que tivesse um parque na escola."
- ✓ "Quero ser jogador de jogo, youtuber."
- ✓ "Quero aprender a andar de skate."
- ✓ "Legal a pesquisa, aula de educação sexual."
- ✓ "Quero conseguir um emprego melhor."
- ✓ "Lugares para passear com a família e para pedalar."
- ✓ "Quero estar na área empresarial na área administrativa."
- ✓ "Quero fazer faculdade de música."
- ✓ "Quero fazer psiquiatria."
- ✓ "Quero mais cursos profissionalizantes, mais segurança na cidade, e mais opções de lazer."
- ✓ "Quero morar no centro da cidade."
- ✓ "Mais emprego formal para o jovem."
- ✓ "Quero paz para todo mundo."
- ✓ "Mais iluminação no bairro."
- ✓ "Quero me formar logo."
- ✓ "Mais oportunidades para jovem aprendiz."

- ✓ *"Quero ser agrônomo e jogadora de futebol."*
- ✓ *"Mais orientação sobre onde procurar ajuda no caso de violência para adolescentes."*
- ✓ *"Quero ser cantora, bailarina e dançarina profissional."*
- ✓ *"Mais praças e quadras no meu bairro."*
- ✓ *"Achei normal."*
- ✓ *"Quero ser lutadora."*
- ✓ *"Quero ser médica sem fronteiras, e pretendo não me casar."*
- ✓ *"Melhor limpeza na cidade e segurança."*
- ✓ *"Quero ser modelo e dançarina e deseja que o mundo melhore do Corona."*
- ✓ *"Ajudar mais as pessoas da cidade."*
- ✓ *"Quero ser policial e ter um futuro bom."*
- ✓ *"Melhorar a iluminação e segurança nas ruas da cidade e ter mais parques no meu bairro."*
- ✓ *"Quero ser tatuadora fora do Estado."*
- ✓ *"Melhorar a segurança da cidade."*
- ✓ *"Quero ser youtuber."*
- ✓ *"Melhorar a segurança as ruas, principalmente para as mulheres."*
- ✓ *"Após formar fazer seu curso de Tranças e comprar uma casa."*
- ✓ *"Melhorar o ambiente para brincar na escola."*
- ✓ *"Quero ser youtuber."*
- ✓ *"Melhorar na questão do preconceito racial e por orientação sexual."*
- ✓ *"Quero ter uma empresa."*
- ✓ *"Melhoria nas atividades esportivas da cidade."*
- ✓ *"Quero trabalhar logo."*
- ✓ *"Quero melhoria nos preços e que diminuíssem a violência."*
- ✓ *"Quero um futuro melhor."*
- ✓ *"Melhorias na segurança da cidade."*
- ✓ *"Quero um mundo melhor e sem violência."*
- ✓ *"Menos aulas, mais diversão."*
- ✓ *"Quero viajar pra fora do país."*
- ✓ *"Meu desejo é ser tournée, sentimento de feliz, só."*
- ✓ *"Quero voltar ao meu país."*
- ✓ *"Queria mais lugares para se divertir com segurança."*
- ✓ *"Muitas perguntas nessa pesquisa."*
- ✓ *"Queria mais shows na cidade."*
- ✓ *"Muito boa!"*
- ✓ *"Queria que a casa fosse mais confortável e o bairro menos perigoso. Queria que a escola fosse menos preconceituosa."*
- ✓ *"Muito necessária."*
- ✓ *"Quero me formar e viajar pelo mundo."*
- ✓ *"Quero ser médica do coração pois alguém me salvou."*
- ✓ *"Na minha visão deveria ter mais policiamento a noite, mais oportunidade para emprego e algo do tipo. A escola ensinar ou fazer uma palestra sobre os Homens Respeitarem as Mulheres na rua ou até mesmo em casa para termos um pouco mais de segurança."*
- ✓ *"Quero ter uma boa esposa e trabalhar bem."*
- ✓ *"Na quadra do CRAS II aqui perto possui muito uso de droga, e isso afasta o pessoal dessa diversão."*
- ✓ *"Relembrei das coisas do passado."*
- ✓ *"Arrumar as ruas da cidade, arrumar a pista de skate, respeitar as faixas de pedestres."*
- ✓ *"No futuro quero ser enfermeira."*
- ✓ *"Sinto falta dos projetos educativos."*
- ✓ *"No futuro Quero ser dentista."*
- ✓ *"Quero ser jogador de futebol e policial."*

- ✓ "No momento meu desejo é ter foco em fazer uma dieta."
- ✓ "Quero ser perita criminal."
- ✓ "Amigos falsos que querem usar drogas."
- ✓ "Ser veterinária."
- ✓ "Quero ter mais atenção da família e ganhar um novo celular."
- ✓ "Ser veterinária ou atriz."
- ✓ "Quero mais parques na cidade."
- ✓ "Sobre animais."
- ✓ "Tem muito preconceito na cidade."
- ✓ "Sonho em dar aula de piano."
- ✓ "Tem vários objetivos de vida."
- ✓ "As quadras serem mais seguras pra jogar bola."
- ✓ "Ter abrigo para as pessoas que não têm condições, aumentar o auxílio emergencial, não abandonar os animais na rua."
- ✓ "Que me escutem mais nos ambientes (escola e casa)."
- ✓ "Quero mais eventos e festas na cidade."
- ✓ "Tem desejo de ganhar um kit de pop-it."
- ✓ "Achei ótimo, quero ser médica."
- ✓ "Varginha necessita ter mais atrações, como parque de diversões, etc."
- ✓ "Tem muito lixo no mar, muita poluição na cidade."
- ✓ "Oferecer mais segurança pública."
- ✓ "Tem o sonho de ser médica."
- ✓ "Ter mais uma quadra de esportes."
- ✓ "Tenho vontade de saber o resultado dessa pesquisa."
- ✓ "Ter um espaço para ouvir os adolescentes."
- ✓ "Ter fé."
- ✓ "Ter um trabalho voltado pro acolhimento psicológico dos adolescentes em Varginha."
- ✓ "Ter mais eventos (shows) na cidade."
- ✓ "Tirar os moradores de rua das ruas, mais empregos para as pessoas."
- ✓ "Ter mais oportunidades de emprego na cidade."
- ✓ "Uma quadra de esporte no bairro, pra jogar bola e brincar."
- ✓ "Ter um salão de beleza."
- ✓ "Ornitologia ou veterinário."
- ✓ "Tirar o período integral das escolas."
- ✓ "Participar de competições de dança fora do Brasil."
- ✓ "Pedreiro."
- ✓ "Um mundo melhor."
- ✓ "Quero ter uma casa, arrumar um serviço, casar, ter filhos."
- ✓ "Vai ser tudo bom, vou me formar e trabalhar."
- ✓ "Estou bem financeiramente, mentalmente, vou ter minha casa, viajar e não precisarei de ninguém para isso! Quero ser independente. Às vezes me sinto deprimida e que pensa em tirar sua vida mais aí pensa que só tem 16 anos, muita coisa pra viver, e esquece."
- ✓ "Viajar e morar com a família."
- ✓ "Perfeito do jeito que tá."
- ✓ "As perguntas foram confusas."
- ✓ "Pesquisa legal, quero ser pesquisador."
- ✓ "Sempre sonhei em ser jogador de futebol, tenho um problema de saúde, porém está procurando ajuda e irá começar a fazer esporte na Semel."
- ✓ "Poderia melhorar o preconceito, melhorar justiça, menos violência."
- ✓ "Quero praça perto da casa."
- ✓ "Praças mais limpas e seguras."

5.7. MAPA SOCIAL DA PESQUISA DE PERCEPÇÃO COM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A contagem das regiões cujos valores das taxas percentuais estão acima da média geral do município, tem como principal finalidade retratar de forma simplista o panorama das regiões prioritárias de atenção alinhado com as expectativas e percepções das crianças e dos adolescentes de 10 a 17 anos, público-alvo desta pesquisa. Os resultados mostram que dos 12 indicadores analisados por território, as regiões com contagem de oito ou mais taxas com o valor acima da média geral do município, são as prioritárias de atenção do gestor público, para ações em consonância com os resultados que aponta a pesquisa.

Classificação Quintil	Mapa Social dos Indicadores – 12 Indicadores														
	Média (Parâmetro)	32,1%	9,7%	8,3%	13,7%	23,3%	7,8%	75,1%	39,9%	26,8%	4,6%	4,3%	3,3%	Classificação	
	<	>	>	>	>	>	>	<	>	>	>	>	>	Total	
	Região Geográfica	Adolescente que participa de atividades culturais ou esportivas	Trabalho regular	Trabalho irregular	Casos de suicídio e autolesão	Entrevistados com uso casual ou frequente de álcool	Entrevistados que usam drogas ilícitas	Entrevistados que sabem onde pedir ajuda em caso de violência	Violência psicológica	Violência física	Violência sexual	Negligência	Adolescente envolvido com tráfico de drogas	Contagem de Indicadores por região	Participação Percentual por região
	Região 11	25,0%	3,9%	6,6%	7,9%	11,8%	1,3%	78,9%	28,9%	26,3%	3,9%	2,6%	1,3%	1	8,3%
	Região 13	38,0%	6,5%	6,5%	6,5%	19,6%	10,9%	79,3%	38,0%	21,7%	2,2%	2,2%	3,3%	1	8,3%
	Região 15	20,0%	2,5%	2,5%	8,8%	15,0%	5,0%	71,2%	32,5%	10,0%	1,2%	3,8%	1,2%	2	16,7%
	Região 16	37,5%	10,0%	-	5,0%	25,0%	5,0%	77,5%	25,0%	17,5%	-	-	-	2	16,7%
	Região 5	20,9%	12,8%	4,7%	9,3%	20,9%	7,0%	72,1%	39,5%	24,4%	1,2%	3,5%	2,3%	3	25,0%
	Região 14	49,0%	7,0%	12,0%	12,0%	26,0%	4,0%	83,0%	43,0%	24,0%	4,0%	2,0%	2,0%	3	25,0%
	Região 7	40,7%	9,3%	11,1%	29,6%	14,8%	7,4%	61,1%	61,1%	25,9%	7,4%	7,4%	-	6	50,0%
	Região 6	43,3%	9,3%	4,1%	20,6%	14,4%	5,2%	73,2%	43,3%	34,0%	5,2%	2,1%	4,1%	6	50,0%
	Região 9	23,9%	19,4%	9,0%	19,4%	38,8%	9,0%	83,6%	38,8%	26,9%	4,5%	3,0%	10,4%	8	66,7%
	Região 10	24,3%	10,0%	10,0%	14,3%	28,6%	8,6%	75,7%	44,3%	37,1%	2,9%	2,9%	1,4%	8	66,7%
	Região 2	30,6%	16,1%	6,5%	14,5%	21,0%	11,3%	74,2%	30,6%	30,6%	6,5%	4,8%	-	8	66,7%
	Região 4	34,9%	9,3%	14,0%	4,7%	32,6%	16,3%	81,4%	48,8%	30,2%	4,7%	14,0%	9,3%	8	66,7%
	Região 8	45,3%	15,1%	11,3%	20,8%	32,1%	11,3%	83,0%	43,4%	39,6%	1,9%	3,8%	5,7%	8	66,7%
	Região 12	30,2%	15,1%	3,8%	15,1%	26,4%	13,2%	64,2%	35,8%	20,8%	20,8%	11,3%	7,5%	9	75,0%
	Região 1	21,1%	5,3%	21,1%	21,1%	31,6%	5,3%	68,4%	57,9%	47,4%	10,5%	15,8%	10,5%	10	83,3%
	Região 3	25,2%	8,1%	15,4%	15,4%	28,5%	8,9%	69,9%	40,7%	28,5%	4,9%	4,9%	2,4%	10	83,3%
Média município		32,1%	9,7%	8,3%	13,7%	23,3%	7,8%	75,1%	39,9%	26,8%	4,6%	4,3%	3,3%		

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2022

Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda das Regiões Geográficas

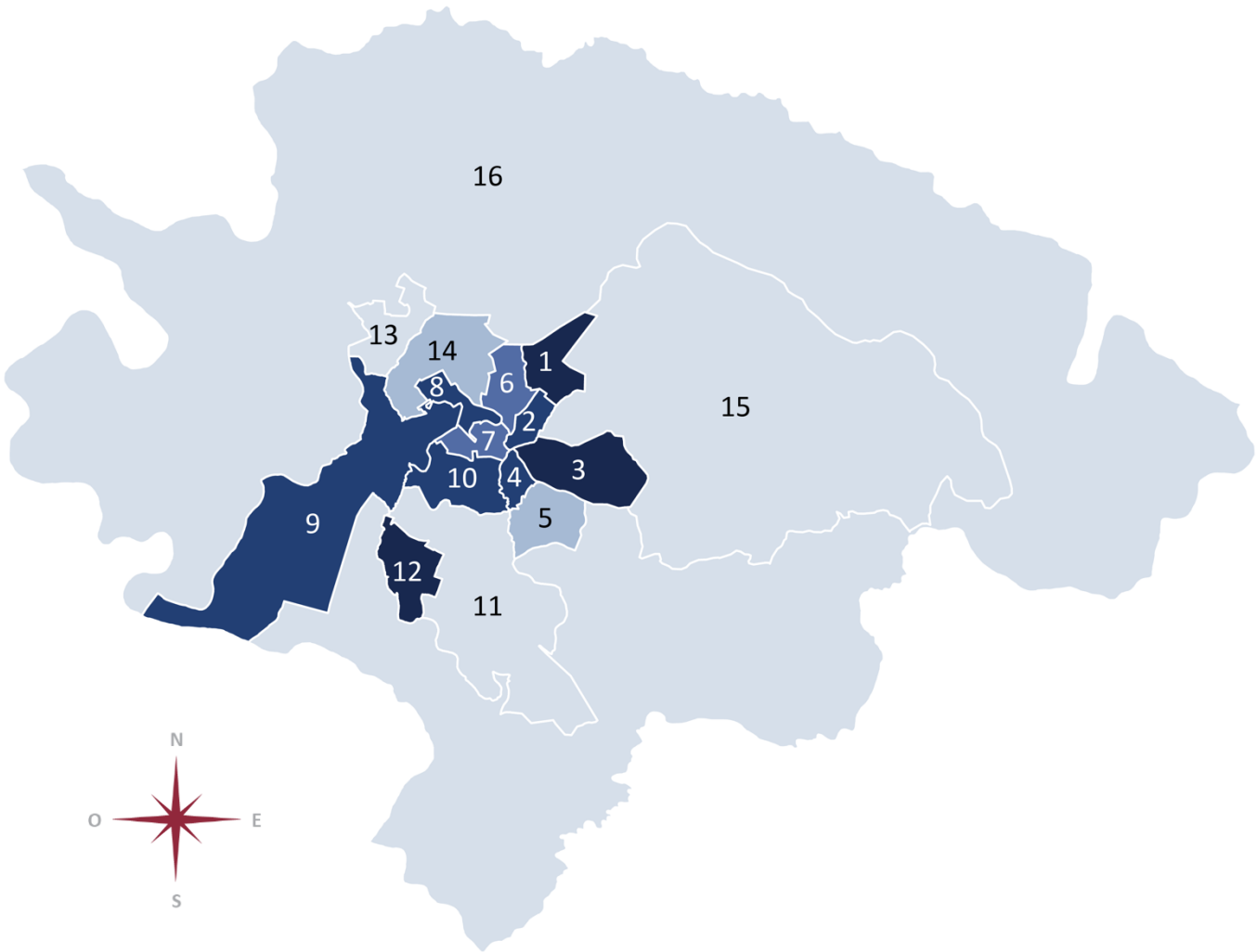
1	Sion	5	Sion 4	9	Centro 3	13	Corcetti
2	Sion 1	6	Centro	10	Urupês	14	Corcetti 1
3	Sion 2	7	Centro 1	11	Urupês 1	15	Novo Tempo
4	Sion 3	8	Centro 2	12	Urupês 2	16	Rural

Representação gráfica

O mapa mostra a divisão das regiões classificadas em cinco grupos pelo método *Quintil*, conforme legenda de cores.

Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------



Legenda das Regiões Geográficas

1	Sion	5	Sion 4	9	Centro 3	13	Corcetti
2	Sion 1	6	Centro	10	Urupês	14	Corcetti 1
3	Sion 2	7	Centro 1	11	Urupês 1	15	Novo Tempo
4	Sion 3	8	Centro 2	12	Urupês 2	16	Rural

5.8. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA DE PERCEPÇÃO COM AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES

A construção do questionário da pesquisa de percepção buscou abordar temas de interesse e presente no cotidiano das crianças e dos adolescentes como trabalho, sexualidade, drogas e sentimentos, com objetivo de mapear e conhecer a opinião e comportamentos dos mesmos e contribuir no desenvolvimento de ações ou projetos voltados para a população infanto juvenil residente no município de Varginha.

A amostra foi estratificada por região geográfica com abordagem presencial e aplicada de forma online e interativa nas escolas que possuíam laboratório de informática. Foram realizadas 1.115 entrevistas, sendo 51,8% do sexo masculino, 36,2% (maior percentual) da idade de 10 a 13 anos. Todavia, entre as faixas de idade a variação dos percentuais têm variação equilibradas, entre 30,9% a 36,2%. A orientação sexual declarada seguiu-se de heterossexual (60,5%), bissexual (9,7%) e homossexual (3,4%), 36 (3,2%) disseram ter filhos. e 87,1% gostam de morar na cidade, os motivos principais daqueles que não gostam e por falta de oportunidades de trabalho, estudo e poucas opções de lazer.

Quando perguntado se algum professor ou palestrante fez alguma menção ao ECA, 69,3% responderam que NÃO. Nesta mesma linha, 63,1% desconhecem o COMDEDICA, Conselho de Direito que os representa. Recomenda-se avaliar este resultado entre as políticas setoriais, para que o ECA seja amplamente divulgado, principalmente junto ao público afeto. Sugere-se ainda, que estrategicamente sejam realizadas campanhas de divulgação a respeito dos Conselhos, principalmente do COMDEDICA, do controle de políticas públicas, incluindo um trabalho contínuo de educação e informação sobre cidadania, direitos e deveres nas escolas. Por outro lado, 87,7% conhecem o Conselho Tutelar.

O município agrada a maioria dos entrevistados, 87,1% declararam sentir-se satisfeito em morar em Varginha, e dos poucos que se sentem insatisfeitos e os principais motivos citados foram a falta de oportunidades de trabalho, estudo e poucas opções de lazer; compelindo à gestão municipal a articulação de ações de interesse para o público jovem.

Sobre participar de atividades culturais e esportivas, 32,1% indicam interesse na realização, as regiões 6,7,8 e 14 se destacam com as maiores taxas (entre 40% a 49%) e as regiões 1, 5 e 15 com as menores taxas (em torno de 21%).

Quanto à pretensão em realizar cursos ou oficinas, somente 81,2% indicam ter interesse na realização. As atividades esportivas (60,7%), cursos de informática (46,3%) e aulas de instrumentos (43,5%) foram as que mais se destacam. Sugere-se a ampliação da oferta de atividades esportivas, pois além de serem de interesse dos adolescentes, contribuem para hábitos saudáveis, saúde e bem-estar e são ações de combate e enfrentamento ao uso de drogas e trabalho infantil. O “futebol”, “vôlei” e “basquete” foram

as três modalidades mais citadas, com respectivamente 45,3% e 26,2%. Quanto a oficinas de cultura, o violão aparece com 44,9% das citações. Sobre os cursos profissionalizantes, esta é a quarta área de interesse dos entrevistados (39,6%), todavia chama a atenção que 18,8% não informaram ou não sabiam qual o curso que querem realizar, o que demonstra que há uma preocupação com o futuro e ingresso no mercado de trabalho, mesmo que ainda, não estão decididos sobre qual área profissional querem seguir. O curso de administração foi citado por 14,0% dos entrevistados.

Em relação ao tema trabalho, o perfil etário revela que existe correlação entre a idade, pois quanto maior a idade mais são os casos de situação de trabalho. O percentual de trabalho também é maior para o sexo masculino, 61,1%, enquanto no feminino é de 38,9% dos 208 entrevistados que trabalham. Na idade de 16 a 17 anos, 67,8% dos entrevistados trabalham, o que não é proibido pela legislação brasileira, no entanto, dos 10 aos 13 anos 7,7% citaram trabalhar sinalizando situação irregular de trabalho. A inserção do adolescente no mercado de trabalho é permitida a partir dos 14 anos, desde que na condição de aprendiz, ou a partir de 16 anos com vínculo empregatício obrigatório (registro formalizado em carteira), respeitando as proibições de trabalho perigoso, em alturas perigosas, transporte de carga de peso excessivo, penoso; em ambientes confinados, insalubres, prejudiciais à saúde ou a formação e ao desenvolvimento; em bares, casas noturnas, estabelecimentos com venda de bebidas alcoólica entre outros. Outra característica apontada pela pesquisa é que 28,8% dos entrevistados em situação de trabalho declararam não possuir registro formalizado, o que, como mencionado acima, também é considerado trabalho infantil. O percentual de contratação formal é de 55,2%, dos quais 34,6% por contrato de aprendizagem, o contrato de estágio corresponde a 9,1% e o contrato de trabalho (CLT) mais 11,5%. No perfil da atividade, destaca-se o setor de serviços (28,4%) e comércio (27,9%), realizados para terceiros que não sejam familiares (59,6%) e o principal motivo é ter seu próprio dinheiro (61,5%). Sobre situações de trabalho irregular 8,3% dos entrevistados da amostra sinalizam esta condição, as regiões 1, 3 e 4 apresentam as maiores taxas neste indicador (entre 14% a 21%).

Quando abordado temas do convívio familiar e comunitário, em torno de 50% participam de grupos sociais, com maior percentual na Região 14 e 16 com (71,0% e 62,5%) e as Regiões 5, 9 e 10 apresentam as menores taxas entre as regiões (em torno de 37%); os grupos mais citados são os esportivos (44,4%) e o religioso (44,2%). No seio familiar, a maior parte dos entrevistados declararam sentir-se bem cuidado ou acolhido sempre (76,3%) ou quase sempre (15,2%), o que demonstra que o lar e o ambiente familiar são seguros para mais de 91% dos entrevistados. O principal motivo citado por 18 entrevistados que quase nunca ou nunca se sentem bem foi “negligência” com 38,9% das opções de respostas. Dentre os assuntos conversados em família, se sobressai o tema “vida escolar” com 56,8%. Porém temas polêmicos como sexualidade e drogas é abordado por 27,8% e 23,6% respectivamente.

Quando o assunto é sobre sexo, apenas 24,8% dos adolescentes declararam não falar sobre o assunto. Porém, 34,3% conversam sobre o tema com a mãe e 21,1% com o pai e 42,9% com amigos. E,

90,4% têm conhecimento e 83,8% já recebeu alguma orientação de como prevenir doenças sexualmente transmissíveis (IST).

Também foi questionado aos entrevistados sobre como se sentem na maior parte do tempo, em que 60,6% responderam se sentirem felizes e 27,7% tranquilos. Entre os sentimentos negativos destaca-se a ansiedade (30,6%) e a tristeza (7,4%). Esse perfil, triste ou ansioso, deve ser ponto de atenção para a rede de atendimento, já que pode ter como consequência comportamentos como autolesão ou tentativa de suicídio por exemplo. O uso da tecnologia de forma excessiva, como mostra a pesquisa “Tecnologia e o jovem”¹⁰ realizada pelo Dr. Jairo Bouer¹¹, é um fator que contribui para o desencadeamento destas problemáticas. A pesquisa mostrou que a autolesão e a tentativa de suicídio já foram praticadas por respectivamente 10,9% e 5,9% dos entrevistados. Neste ponto o diagnóstico mostra a importância de fortalecer emocionalmente as famílias, crianças e adolescentes, e olhar para as questões atuais, própria da atualidade que envolvem o uso de tecnologia e redes sociais.

Outro fator que está diretamente relacionado ao fator emocional das crianças e dos adolescentes abordado na pesquisa, foi a vivência de preconceito, 29,0% dos entrevistados declararam já ter sido vítima de algum tipo de preconceito, cujo principal motivo foi por aparência física (37,8%), por sua cor (20,7%) e por ser obeso ou gordo (18,6%). E, 54,6% declararam já ter sofrido alguma violência, a psicológica ou *bullying* apresenta o maior percentual (73,1%) seguida pela física (49,1%). A violência sexual e negligência (ambas com 16,3%). A escola é o local mais citado pelos entrevistados que declararam ter violência psicológica ou *bullying* (84,9%) e violência física (46,8%). Na família se destaca a violência sexual (54,9%) e a negligência (85,4%). Quando questionado para quem ou onde procurar ajuda, no caso de vivenciar uma situação de violência, a polícia é a opção citada por 61,4%, a família ou familiares é a segunda opção mais citada, com 13,5%.

Adentrando na temática do uso de substâncias como álcool, cigarros e drogas, 39,4% dos entrevistados disse considerá-lo como droga e 45,4% já experimentou. O cigarro foi experimentado por 15,4% a maconha por 14% e o narguilé por 12,6%. Neste tema, merece ainda destacar que dentre as substâncias utilizadas frequentemente a maconha (2,4%) e o álcool (5,9%) são as drogas mais citadas.

Outro ponto que merece ainda destaque são as situações ilícitas, abordadas de forma indireta na pesquisa, em que 37 entrevistados declararam ter praticado tráfico de drogas (3,3%) e nove, exploração sexual comercial (0,8%). Campanhas de esclarecimento para situações como esta devem ser pensadas.

Diante dos resultados da pesquisa de percepção com os adolescentes, as informações e os dados aqui coletados, apontam as problemáticas e vulnerabilidades vivenciadas pelo público alvo, e quando, postos a luz da avaliação do gestor municipal contribuem no planejamento e alinhamentos entre os entes

¹⁰ O relatório completo da pesquisa pode ser acessado em: <http://tecnologiaeojovem.educacional.com.br/>

¹¹ Doutor Jairo Bouer, médico psiquiatra especialista em sexualidade, educação sexual e saúde em geral.

da rede do SGDA no sentido de intensificar a oferta de serviços, programas, projetos e ações voltadas para o enfrentamento das fragilidades e necessidades das criança e dos adolescentes aqui apontadas.

6. PESQUISA QUALITATIVA COM GRUPOS FOCAIS

A realização dos grupos focais por meio de abordagem qualitativa consiste em uma das etapas do Diagnóstico Situacional da Criança e do Adolescente de Varginha, Estado de Minas Gerais, com recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA) e foi realizada com base em roteiros construídos de acordo com a legislação e normativas vigentes. Os grupos foram conduzidos pelo pesquisador especialista em psicologia e cientista social sociólogo João Jeronymo de Aquino Neto e Samira Heidy da Silveira Nagib.

6.1. METODOLOGIA

A metodologia aplicada foi orientada por quatro (4) roteiros semiestruturados com perguntas abertas e fechadas, elaborados pela Paine! Pesquisas e Consultoria de acordo com a legislação e normativas vigentes e validados pela comissão de acompanhamento do diagnóstico. Os temas abordados por grupo de participantes foram diferenciados e voltados para cada público pesquisado, conforme descrito a seguir e detalhado nos resultados de cada grupo focal.

- Roteiro da pesquisa com Crianças e Adolescentes - temas relacionados aos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes;
- Roteiro da pesquisa com pais e/ou responsáveis – temas relacionados aos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes;
- Roteiro da pesquisa com os Conselheiros do COMDEDICA – temas relacionados aos Conselhos de Direito;
- Roteiro da pesquisa com a Rede de Orientação Social e Sistema de Garantia de Direitos (SGDCA) do município de Varginha – temas relacionados aos serviços prestados na política pública.

Grupos Focais realizados:

- 1 Grupo com os atores do Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente – SGDCA;
- 1 Grupo com os Conselheiros do COMDEDICA
- 5 Grupo com Crianças e Adolescentes com idade de 10 a 17 anos (1 por CRAS)
- 5 Grupos com os Pais e/ou Responsáveis por crianças e adolescentes (1 por CRAS)

No total foram realizados 12 grupos focais entre os dias 18 a 22 de outubro de 2021, junto aos profissionais da rede socioassistencial do município, membros do COMDEDICA (Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes), assim como crianças e adolescentes, bem como seus pais e

responsáveis, usuários das políticas de proteção social básica em cada um dos cinco (5) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), distribuídos em cinco unidades pelo território.

6.1.1. Processo de execução

O processo de execução dos grupos focais qualitativos teve como objetivo compreender as diferentes nuances que atravessam as realidades das crianças e adolescentes, seus familiares e os profissionais que integram a rede socioassistencial do município, no que tange o universo da infância e juventude, destacando aspectos concretos e subjetivos destas dinâmicas sociais e seus territórios.

A estratégia constituiu na criação de quatro roteiros específicos, um tangenciando o cotidiano das criança e adolescentes, outro tangenciando a realidade de seus pais e/ou responsáveis, outro ainda procurando compreender a perspectiva dos integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, por fim, dando voz para os profissionais que integram a rede socioassistencial, auxiliando, deste modo, a compreensão, no âmbito global, sobre a dinâmica social que compõe a realidade das crianças e dos adolescentes no município.

Na segunda-feira, dia 18 de outubro, realizamos a integração e o treinamento junto a equipe de pesquisadores de campo, recrutados no próprio município, que irão realizar a pesquisa de campo com as crianças e adolescentes varginhenses. Na terça-feira, dia 19 de outubro, no período da manhã, realizamos o grupo focal com as crianças e os adolescentes, das 08h00 às 10h30, e com pais e responsáveis, das 10h30 às 12h00, no CRAS II. Nesta oportunidade, ouvimos 07 adolescentes e 04 pais e/ou responsáveis. No mesmo dia, no período da tarde, dinamizamos os mesmos grupos focais (crianças e adolescentes e pais e/ou responsáveis), sendo o primeiro realizado das 13h30 às 15h00 e o segundo das 15h30 às 17h00. Nesta oportunidade, ouvimos 04 crianças e adolescentes e 01 avó.

Por seu turno, no dia 20 de outubro, quarta-feira, executamos os já referidos grupos focais no CRAS IV, no período da tarde. Nesta ocasião, participaram 11 crianças e adolescentes e 04 pais e/ou responsáveis. Na quinta-feira, dia 21 de outubro, no período da manhã, participaram dos grupos focais, das 07h30 às 09h00, 05 crianças e adolescentes acompanhados pela orientadora social Eliane Cordeiro, e das 09h30 às 11h00, 05 pais e/ou responsáveis, no CRAS I. No período da tarde, no mesmo dia, estivemos no CRAS V, realizando o grupo focal com pais e/ou responsáveis, onde participaram 18 pessoas. Nesta ocasião, a atividade durou algo em torno de 2h30, inviabilizando a realização do grupo focal com crianças e adolescentes, por conta do adiantado do horário e porque o número de crianças para participar da atividade era, relativamente, pequeno e a atividade desenvolvida com os pais estava ocorrendo de forma muito participativa. Então, houve-se um consenso entre o consultor especialista que estava dinamizando a atividade, em conjunto com a orientadora social Priscila, que seria mais relevante, para nosso objeto de pesquisa, continuar a atividade com os pais e/ou responsáveis, levando em consideração a enorme adesão

das participantes na atividade que estava sendo desenvolvida, em detrimento a ouvir as crianças e adolescentes, que eram poucos, e muitos menores de 10 anos.

Na sexta-feira, dia 22 de outubro pela manhã, participaram do grupo focal, 18 profissionais que integram a rede socioassistencial do município, oriundos de diferentes setores municipais, tais como: Assistência Social, Educação, Saúde, Esporte, Cultura e Lazer e Judiciário, que teve como objetivo central ouvir as percepções e as possíveis contradições relativas aos seus cotidianos de trabalho. No mesmo dia, no período da tarde, concluímos nossa agenda de trabalho ouvindo os conselheiros do COMDEDICA (Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes), com o mesmo objetivo do grupo focal da manhã, ouvir as percepções, diferentes narrativas e as possíveis contradições que permeiam o universo da população infanto juvenil. Na sequência os resultados dos grupos focais dos pais e/ou responsáveis de crianças e adolescentes, COMDEDICA e dos da rede do SGDCA.

6.2. GRUPO FOCAL QUALITATIVO COM PAIS E/OU RESPONSÁVEIS

No grupo focal com os pais e/ou responsáveis de crianças e de adolescentes a monitoria conduziu a conversa conforme roteiro semiestruturado e aprovado pela comissão do diagnóstico. Os encontros foram realizados nos cinco CRAS existentes em Varginha com o objetivo de mapear as características e percepções dos cinco grupos residentes em territórios com características socioeconômicas diferentes.

Caracterização dos pais e/ou responsáveis que participaram do grupo focal:

- Participaram 32 mulheres, sendo mães e avós, na sua grande maioria de vínculos biológicos e não houve nenhum participante homem (pai ou responsável).
- A maioria trabalha em emprego informal como: diaristas, cuidadoras de idosos e cuidadoras de crianças, além de suas responsabilidades como donas de casas.
- Entre a faixa etária das participantes, a mais nova possui 20 anos e a mais velha, uma avó, com 74 anos.
- Muitas assumem a função de mãe e pai.
- Das 32 participantes, apenas 11 sinalizaram já ter ouvido falar, sem profundidade, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e sobre o COMDEDICA, 25 participantes já ouviram falar, porém não sabiam detalhar do que se tratava.

Direito à Convivência Familiar e Comunitária:

- Das participantes, todas apontaram que conversam com os filhos e/ou netos sobre drogas, sexo, álcool, preconceito e violência. Algumas mães sinalizaram que conversam abertamente com os filhos, utilizando de exemplos familiares para falar sobre os temas.
- Outras mães disseram que aguardam o tema surgir a partir da curiosidade dos adolescentes. Há um consenso sobre como a televisão e as redes sociais despertam esses temas nas crianças e adolescentes. Uma mãe abordou que temas de drogas, violência, sexo e álcool surge a partir das

aulas de catequese, sendo um espaço de conscientização. Outra mãe abordou que, por morar em área periférica da cidade, possui um constante diálogo com o filho sobre violência policial e como se comportar caso seja abordado pela polícia.

- Sobre o tema sexualidade, das participantes cerca de 10 mães sinalizaram que ainda não se sentem confortáveis para dialogar sobre o início da vida sexual com seus filhos porque eles são menores de 10 anos. Elas necessitam de apoio profissional para saber como abordar o tema e dar a devida orientação. Um outro grupo de mães sinalizou que há diálogo e orientação. No caso dos adolescentes do gênero masculino, existe um conforto maior em conversar com o pai sobre o tema. No CRAS I, uma mãe sinalizou a desconfiança de que a filha tenha sofrido abuso sexual do pai biológico e que a adolescente está passando por acompanhamento psicológico.
- Sobre drogas e álcool: Em todos os grupos, foi compartilhado experiências de alcoolismo ou drogadição nas famílias, trazendo o tema de forma mais natural e sensível para o diálogo. Todas as mães conversam sobre drogas e álcool e acreditam que o tema é mais fácil de abordar ao invés do tema da sexualidade.
- Sobre violência: Em dois dos grupos focais, o tema impulsionou um diálogo muito sensível quando foi compartilhado experiências com violência doméstica e a presença dos filhos no momento. Para algumas mães, o diálogo é pautado em orientações sobre as companhias fora de casa e os lugares que irão frequentar. Das 32 participantes, apenas três se manifestaram em não conversar sobre violência porque os filhos são menores de 10 anos.
- Sobre preconceito, *bullying*, isolamento e redes sociais: Das 32 participantes, todas apontaram que dialogam sobre preconceito e *bullying* com as crianças e adolescentes. Há quatro relatos de *bullying* entre as participantes, sendo a maioria vivenciada no ambiente escolar e sendo reproduzida no ambiente familiar. Uma das mães apontou que o *bullying* sofrido pela filha, desencadeou reações violentas da criança.
- Sobre religião: Todas as participantes apontaram que são frequentadoras de espaços religiosos e que conversam sobre religião com seus filhos e netos, sendo as famílias de religiões católica, evangélica ou umbandista. Entre o diálogo, foi apontado a afirmação constante sobre o respeito à diversidade religiosa.
- Sobre o futuro dos filhos: Das 32 participantes, todas apontaram o desejo de que os filhos e netos estudem para conseguirem melhores oportunidades de trabalho, não atravessem por dificuldades financeiras e conquistem mobilidade social. Uma mãe afirma que deseja que a filha faça intercâmbio e estude fora do país. Uma avó apontou que gostaria que a neta fosse policial.

Direito à Educação:

- Das 32 participantes, 30 apontaram que moram próximas das escolas que seus filhos frequentam. Uma mãe utiliza de van particular para que a filha vá para a escola e outra mãe utiliza de van especial da prefeitura porque o filho possui limitações físicas.

- Todas apontaram que o município fornece um cartão de gratuidade nos ônibus de transporte coletivo, mas que não há um ônibus escolar que faça a mobilidade das crianças ou que garanta o trajeto seguro entre a casa e a escola, estando elas passíveis de grande movimentação nos ônibus de transporte coletivo. Na área rural da cidade, havia ônibus escolar, todavia por conta da pandemia, foi retirado de circulação.
- Uma mãe acredita que todas as crianças deveriam refazer o ano escolar vigente porque, segundo ela, não houve aproveitamento de aprendizagem durante o período de pandemia da COVID-19. Reconhece o esforço dos professores em se reinventar para conduzir boas aulas remotas.
- Das 32 participantes, 12 apontaram ter uma ótima relação com o corpo escolar, inclusive, via aplicativo de mensagem. As outras participantes alegaram que há uma comunicação superficial e, mesmo durante as reuniões de pais e professores, não há exposição sobre o conteúdo apresentado do currículo escolar ou espaço para diálogo e sugestões dos pais sobre temas pertinentes.
- Todas as participantes acreditam que a escola possui um papel importante na formação da criança, mas não há preparação para a vida. Uma mãe se manifestou sobre o currículo escolar defasado e fez a sugestão de ser inserida aulas de educação financeira na grade escolar. Algumas mães pediram que as escolas tenham cursos profissionalizantes para os adolescentes do ensino médio, fazendo com que eles estejam menos ociosos e aprendam um ofício.
- Todas as participantes afirmaram que não possuem problemas com defasagem escolar de seus filhos e netos.

Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade:

- Todas as participantes acreditam que há insegurança no ambiente escolar, tanto pelo movimento de conflitos físicos entre os adolescentes na porta da escola, como durante o horário de lanche (recreio). Uma das mães acredita que a presença de drogas e bebidas na escola ocorre em turnos onde há presença de alunos mais velhos, bem como pequenos roubos nas salas. Uma outra mãe relata que há necessidade de atenção sobre o caminho para a escola e o horário. Outra mãe relata que há perigo dentro da escola e no banheiro, sendo ação de outros adolescentes. Outra mãe relata que na Escola Estadual Coração de Jesus há presença de traficantes na esquina e eles circulam na escola porque não há controle na entrada das pessoas.
- Todas as participantes relataram já ter tomado ciência de casos de *bullying* nas escolas, tendo sido acometidas contra seus filhos e netos ou de pessoas conhecidas.
- Apenas 04 mães se posicionaram sobre os filhos terem sofrido algum tipo de violência no âmbito escolar (física, psicológica ou sexual). Uma outra mãe levantou uma fala sobre violência racial dentro da escola, tendo seu filho sofrido preconceito por conta da raça.

Direito à Vida e à Saúde:

- Das 32 participantes, 31 afirmam serem usuárias do Sistema Único de Saúde para acompanhamento da saúde de sua família e seus filhos.
- Há relatos de filas longas, demora nos agendamentos (cerca de 06 meses de espera) e má conduta ética dos profissionais dos hospitais e postos de saúde no que tange às dúvidas dos munícipes em relação ao funcionamento do atendimento.
- Algumas mães ressaltaram já ter acionado a Assistência Social ou a Secretaria de Saúde Municipal para ter acesso a consulta no posto de saúde.
- Uma mãe apresentou uma reclamação sobre o posto de saúde não ter exames preventivos de câncer.
- Algumas mães relataram que não há comunicação, divulgação ou clareza sobre os serviços oferecidos no posto de saúde.
- Elogiaram o atendimento aos idosos, bem como encaminhamento para a rede parceira para exames que o posto de saúde não atende.

Direito à Profissionalização e Trabalho:

- As participantes apontaram dialogar com os filhos e netos sobre a vida profissional. Acreditam que há necessidade de os adolescentes aprenderem educação financeira antes de iniciarem suas trajetórias profissionais.
- Duas mães apontaram que os filhos estão ansiosos para começar a trabalhar.
- O município oferece cursos de qualificação, mas as vagas não são suficientes para a quantidade de adolescentes disponíveis.
- Uma das mães acredita que, se houvesse mais oficinas de capacitação, bem como vagas no programa de aprendizagem, haveria menos incidência de envolvimento dos adolescentes com drogas, álcool ou violência. Outra mãe acredita que exista pouca variedade de cursos disponíveis e que não atende todos os interesses ou habilidades dos adolescentes do município.
- Todas as participantes informaram que não possuem casos de trabalho infantil em suas famílias. Algumas mães se manifestaram favoráveis à permissão de crianças de 12 anos iniciarem a vida profissional para gerar renda e contribuir com as despesas familiares. Apenas uma mãe acredita que, se os adolescentes não iniciarem a vida profissional cedo, eles se tornarão preguiçosos.

Esporte, Cultura e Lazer:

- Todas as mães afirmaram que gostariam que o município oferecesse mais praças e parques com acesso e brinquedos infantis. Mas que, muitos dos espaços de lazer da cidade, estão sendo frequentados por usuários de drogas, tornando o espaço insalubre e inseguro para as crianças.
- Acreditam que deveria haver mais salas de cinema, bem como espaços esportivos e com horários e esportes mais diversificados, tanto para adolescentes como para jovens e adultos.

- Dos cursos profissionalizantes, foram sugeridos: cursos na área administrativa, informática, educação financeira, mecânica, estética, beleza, saúde, culinária, barista, artes e idiomas.
- Das sugestões de oficinas oferecidas pelo município: instrumentos musicais, canto, aulas de lutas marciais, vôlei, handball, futebol e natação.

Outros apontamentos:

- Sugestão de oficinas formativas sobre o ECA para as famílias, crianças e adolescentes compreenderem quais os direitos e responsabilidades previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Sugestão de temas para diálogo nos CRAS: racismo, violência doméstica, preconceito racial, educação financeira familiar e trabalho infantil.
- Os temas dialogados sobre violência, álcool e drogas foram abordados de forma muito sensível, tendo gerado momentos de acolhida coletiva e compartilhamento de vivências.

6.3. GRUPO FOCAL QUALITATIVO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 10 A 17 ANOS

No grupo focal com as crianças e os adolescentes de 10 a 17 anos a monitoria conduziu a conversa conforme roteiro semiestruturado e aprovado pela comissão do diagnóstico. Os encontros também foram realizados nos cinco CRAS do município com a finalidade de mapear as características e percepções dos grupos residentes em territórios com características socioeconômicas diferentes.

Caracterização das crianças e dos adolescentes que participaram do grupo focal:

- Todos os participantes do grupo focal moram na área urbana do município de Varginha.
- Participaram 27 crianças e adolescentes, entre a faixa etária de 10 a 17 anos, sendo 17 participantes do sexo feminino e 10 participantes do sexo masculino.
- Residem com seus familiares, sendo pais ou avós.
- Apenas 02 participantes apontaram já ter ouvido falar do ECA, mas sem conhecimento aprofundado do Estatuto.

Direito à Convivência Familiar e Comunitária:

- Dos participantes, alguns apontaram não gostar de morar no município pela falta de oportunidade de trabalho, estudos e poucas opções de esportes nos espaços públicos. Os demais alegam que nasceram aqui, estão acostumados com a cidade e gostam das opções de lazer e esporte que há.
- Dos problemas apontados, os participantes alegaram que há ruas esburacadas, poucas quadras esportivas, espaços culturais, cursos profissionalizantes ou vagas para programas de aprendizagem.
- Dos 27 participantes, 16 participam de atividades religiosas acompanhando a família ou não e acreditam que aquele é um espaço de interação social e orientação sobre valores e sobre a vida.

- Sobre o relacionamento com a família, dois participantes conversam com os pais e/ou responsáveis sobre qualquer assunto e dois não conversam sobre questões pessoais. Os demais 24 participantes conversam, porém não sobre todos os assuntos. Alegaram que existe canal aberto para diálogo, porém, não se sentem confortáveis em conversar sobre alguns temas com os pais e/ou responsáveis.
- Do acesso às redes sociais, 14 (51,9%), usam com muita frequência, 11 (40,7%), usam de forma controlada pelos pais e 02 (7,4%) usam pouco. Durante a pandemia, o acesso à internet aumentou por conta das aulas.
- Nos espaços escolares, o smartphone já não é mais retirado pelos professores, sendo entendido como uma ferramenta de estudos e agora existem grupos no WhatsApp da escola e/ou sala de aula.

Direito à Vida e à Saúde:

- Todos os 27 participantes já usaram os serviços do SUS. Acreditam que seja bom, apesar das filas para agendamento de consulta e descaso com os munícipes.
- Dos participantes, 09 apontaram já ter ouvido falar da “Onda da Baleia Azul”, tanto na escola como nas redes sociais. dois conheceram pessoas que se suicidaram por conta da “Onda da Baleia Azul” e 08 informaram já ter presenciado cena de autolesão.
- Acreditam que autolesão ou suicídio seja uma forma extrema de acabar com o estresse, do sentimento de solidão, falta de apoio, *bullying*, depressão, perda familiar ou mesmo da falta de comunicação com a família.
- Sobre a iniciação à vida sexual: Apontaram que seja em torno dos 13 ou 14 anos, depende do controle dos pais ou se as crianças e adolescentes vivem em bairros de vulnerabilidade social. Outro participante comentou que a iniciação sexual deveria ser aos 18 anos, porque demanda maturidade. Uma adolescente relatou ter engravidado o que gerou uma carga de responsabilidade inesperada para ela.
- Dos 27 participantes, 11 alegaram conhecer uma adolescente que tenha engravidado e parado de estudar, esses relatos foram mais citados pelas participantes do sexo feminino.
- Dos participantes, 20 (74,1%) comentaram conhecer alguém que se envolveu com drogas e que o uso é, muitas vezes, em espaço público e aberto, como: estacionamentos, parques, quadras de esportes, trilhas, ruas desertas e galpões. Há relatos de consumo de drogas dentro de espaços escolares no período noturno. Já ouviram falar dos lugares onde há comércio de entorpecentes: galpão da SEMIG, bairro Imaculado, bairro de Fátima e Jardim Andere.

Direito à Educação - Escola:

- Dos 27 participantes, 06 comentaram que não gostam muito da escola onde estudam e se pudessem, mudariam de unidade escolar. A relação com os professores é um item latente para o

interesse pela escola; 12 participantes alegaram que não acreditam que a Formação Escolar esteja preparando as crianças e adolescentes para o futuro e que o currículo atual não condiz com a realidade.

- Sobre a infraestrutura: Escola Estadual São Sebastião não possui banheiros bons; a Escola Estadual Aracy Miranda não possui boas cadeiras nas salas de aula e a quadra está deteriorada; a Escola Estadual Professor Fábio Sales precisa concluir a reforma da quadra de esportes, os banheiros não possuem tranca de fechamento e a sala de informática está fechada; a Escola Estadual Brasil não tem quadra de esportes e a sala de informática está sem acesso livre para os alunos; a Escola Estadual Pedro Alcântara está sem quadra de esportes, os alunos estão sem aulas de Educação Física e o parque está com vegetação; na Escola Estadual Professora Selma Bastos, os alunos estão sem acesso a sala de informática; na Escola Municipal São José, os alunos estão em acesso à sala de informática e a quadra de esportes precisa de reparos; na Escola Estadual Coronel Gabriel Penha de Paiva, não há papel nos banheiros e a quadra de esportes está deteriorada.
- O relacionamento das crianças e dos adolescentes com os professores é bom, mas é influenciado pelas matérias de maior habilidade do adolescente.
- Apenas 03 adolescentes participantes apontaram que não se sentem apoiados, pela família, para os estudos.
- Dos 27 participantes, apenas 02 apontaram ter preferência por estudar em casa. Os demais, 25 (92,6%) acreditam que estudar no ambiente escolar é motivador e melhor para as relações sociais. Preferem as interações que ocorrem na escola. Encontraram dificuldades para estudar em casa e tirar dúvidas durante as aulas remotas. No início da pandemia, a necessidade de aprender a se organizar foi latente.

Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade:

- Dos 27 participantes, 17 (63%) relataram ter sofrido ou presenciaram cenas de *bullying*. Dos que sofreram *bullying*, 01 teve a questão racial como motivação. Há 01 participante que aponta que carrega marcas do *bullying* que sofreu.
- É consenso entre as crianças e adolescentes participantes do grupo focal, que o ambiente escolar é o principal lugar onde ocorre *bullying*, sendo as redes sociais o segundo lugar, 02 participantes apontaram já terem sido vítimas de *bullying* e 08 participantes comentaram já ter visto *bullying* cibernético.
- Sobre violências sofridas, 01 participante comentou ter sofrido violência física na escola por outro adolescente, 04 comentaram ter presenciado violência física na escola e 01 participante acredita que haja mais violência no ambiente familiar. Um participante do grupo comentou ter conhecimento sobre outra pessoa que tenha sofrido violência sexual e 01 relatou já ter presenciado importunação sexual na rua.

Direito à Profissionalização e ao Trabalho:

- Dos 27 participantes, 24 (88,9%), gostariam de trabalhar e estudar e 03 gostariam de trabalhar.
- Todos os participantes do grupo já ouviram falar ou conhecem os programas de aprendizagem, mas acreditam que haja poucas vagas para a quantidade de procura ou que exista pouca divulgação do programa. Seis (06) manifestaram que a prefeitura não investe nos programas de aprendizagem e 02 já fizeram ou fazem parte dos programas de aprendizagem. Os demais ainda não possuem a faixa etária exigida.

Direito ao Esporte, Cultura e Lazer:

- Todos os 27 as crianças e adolescentes que participaram dos grupos focais acreditam que seja necessária a criação de mais espaços de praças, parques, pistas de skate e quadras esportivas. Apontam que os espaços que existem são frequentados por usuários de drogas, tornando o ambiente inseguro; gostariam que houvesse mais salas de cinema, existindo apenas as salas no shopping da cidade.
- Manifestaram interesse em aulas de lutas marciais, instrumentos musicais, canto, esportes, informática e cursos profissionalizantes. Desses, as sugestões apontadas foram: estética e beleza, veterinária, gastronomia, rotinas administrativas, enfermagem, informática, atendente de farmácia, bombeiro, marcenaria, psicologia, educação e moda.
- Dos sonhos e expectativas do futuro: 02 adolescentes manifestaram o desejo de concluir as reformas de suas casas, 09 adolescentes querem estudar fora do país, 01 deseja conseguir um bom trabalho, 01 deseja ser militar, 01 deseja ser arquiteta, 01 quer estudar astronomia, 01 quer trabalhar com a área da estética e 01 deseja visitar o parque de diversões Beto Carreiro.

Outros apontamentos:

- Os participantes apontaram que havia um parque aquático na cidade, mas que foi abandonado. Iniciaram uma reforma para virar pista de skate, mas foi abandonado pelo poder público, sendo retomado pela comunidade.
- Poucos participantes sabem o que é o Estatuto da Criança e do Adolescente.

6.4. GRUPO FOCAL QUALITATIVO COM O COMDEDICA

Conforme já mencionado no item 4.2 – metodologia, o grupo focal dos Conselheiros do COMDEDICA, com representantes da Sociedade Civil e do Governo, foi conduzido pela monitoria conforme roteiro semiestruturado e aprovado pela comissão do diagnóstico, com abordagem de temas relacionados aos Conselhos de Direitos.

Caracterização dos profissionais que participaram do grupo focal:

Estiveram presentes 04 participantes, todos técnicos que integram o sistema de garantia de direitos do município, sendo: Ana Carla - suplente FUVAI, Eveline - secretária executiva COMDEDICA, Maria Fernanda - presidente do COMDEDICA e Vitor Reis - conselheiro do CDCA.

Participação

Da participação governamental e não governamental na agenda do Conselho:

- Há maior participação, principalmente, de profissionais da Assistência Social e da Saúde, mas ainda há baixa participação dos integrantes da área da Educação, Planejamento e Cultura. Dos integrantes da organização civil, há desencontro de agendas para as participações, existindo integração entre os membros.
- De forma geral, o COMDEDICA possui baixa participação de integrantes dos setores público e privado. Falta participação para os momentos de votação, onde a quantidade presente não é legítima para a tomada de decisões. Acreditam que haja insatisfação com o COMDEDICA por atrasos de repasses em gestões passadas.

Da motivação dos conselheiros para participar do COMDEDICA:

- A maior motivação é participar das decisões de repasse de verbas para projetos. Outra motivação é quando o grupo está integrado e participativo, trazendo espaço de escuta e fala para as demandas do município. Mas, atualmente, os conselheiros estão desmotivados e desarticulados.
- A gestão anterior deixou o COMDEDICA desorganizado e desarticulado. A atual gestão está trabalhando para organizar o Conselho e retomar relações com os conselheiros. O COMDEDICA está trabalhando e resolvendo as finanças de 2017.
- O conselho se descaracterizou das articulações das políticas públicas de direitos, ficando apenas para resolver pautas burocráticas.

Dos processos decisórios e burocráticos dentro do COMDEDICA:

- Quando há participação dos conselheiros, as decisões são democráticas. Há espaço para fala das opiniões e garantia de diálogo respeitoso. Já houve, em gestões passadas, situações onde a participação democrática não era bem vinda. Havia tensão na exposição de ideias. Essas reações autoritárias ocasionaram, inclusive, na suspensão de doações de recursos de organizações privadas.
- A atual gestão está fazendo um trabalho de reparo da credibilidade do Conselho, tanto para o espaço de fala como para os processos burocráticos.

Da participação dos conselheiros no planejamento orçamentário:

- O COMDEDICA repassa recursos previamente captados e faz os direcionamentos para as entidades conforme os protocolos previstos pela lei.

- Existe uma demanda interna para organização das reuniões, plano de ação e planejamento financeiro.

Das decisões referente às crianças e aos adolescentes e da voz ativa dos conselheiros:

- Existe uma expectativa de que o diagnóstico contribuirá com subsídios para as tomadas de decisões estratégicas, identificação dos territórios mais vulneráveis do COMDEDICA e, com base nessas informações, realizar o planejamento financeiro e priorização das áreas mais vulneráveis.
- Existe liberdade de tomada de decisões coletiva, definida em plenária.

Financiamento

Da captação de recursos e ao FIA Municipal:

- A captação acontece com a rede parceira, por meio de folhetos informativos para o setor privado, para pessoas físicas e com os profissionais do setor de contabilidade do município. Há trabalho de corpo a corpo e comunicação nas redes sociais para captação de recursos.
- Já ocorreram campanhas vinculadas à Receita Federal para captação de recursos, ação que gerou grande credibilidade para a participação da sociedade.

Comunicação em Rede – SGDCA

Da comunicação da Prefeitura e suas secretarias:

- O COMDEDICA possui maior relacionamento com a Assistência Social, que garante sua autonomia, oferecendo estrutura física para que as reuniões e trabalhos ocorram. Há pouco diálogo com outras secretarias.
- Os conselheiros sentem que a sociedade civil varginhense está dividida sobre o trabalho do COMDEDICA, acreditando que sua atuação é realizada para proteção, conforme o senso comum, de “marginais” (adolescentes e/ou jovens em conflito com a lei) ou entendem o COMDEDICA como política pública de garantia, mas falta ainda conhecimento sobre as responsabilidades e atuações do conselho para todo o município.
- A nova gestão do conselho aponta que nunca houve convite para acompanhar a tomada de decisões das políticas públicas. Estão, por enquanto, retomando os atendimentos socioeducativos.
- Acreditam que haja pouco conhecimento sobre o trabalho realizado pelo COMDEDICA, dentro do poder público e com a população.

Protagonismo

Sobre o protagonismo do público infante juvenil:

- Houve um período onde os adolescentes e jovens eram mais participativos no COMDEDICA e nas conferências. Hoje a adesão dos adolescentes às propostas e atividades do Conselho é baixa.

- Os conselheiros afirmaram que identificam essa demanda como uma prioridade e que é necessário retomar algumas ações para reforçar a importância da participação dos adolescentes e o vínculo com o COMDEDICA.

Desafios e Reflexões Finais

Dos desafios de cumprir e fazer cumprir o ECA:

- O momento histórico demonstra que as pessoas entraram em conflito com os direitos do ECA, querendo punições rigorosas. Há aversão sobre o ECA e a desinformação sobre o estatuto está sendo repassada. Há desconhecimento da população sobre as políticas públicas de garantia de direitos.
- Se faz necessário que haja conscientização e formação sobre o ECA para que as pessoas saibam o que é, quais são os direitos e responsabilidades previstas pela lei.
- Há uma romantização sobre o trabalho infantil nas famílias de baixa renda. A definição do que é trabalho infantil ainda é confusa para muitas pessoas. Há necessidade de sensibilização sobre o tema e dos direitos violados.

Do que funciona e não funciona:

- Falta informação para o município sobre a funcionalidade do COMDEDICA. Ainda é um conselho pouco conhecido.

Das sugestões em relação ao SGDCA em Varginha:

- Há necessidade de fortalecimento da rede e resgate dos valores do Conselho.
- Há necessidade de inclusão do tema do ECA nas escolas na perspectiva cidadã e formação crítica.
- Sugestão de oficina de pensamento crítico para explicação da sociedade, como ela é e como se organiza.

6.5. GRUPO FOCAL QUALITATIVO COM A REDE DE ORIENTAÇÃO SOCIAL E SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

E por fim, o grupo focal dos realizado com a rede do SGDCA, a condução seguiu a mesma metodologia dos demais grupos, com temas relacionados aos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, sobre a relação da Sociedade, Estado e Família, sobre a estrutura de funcionamento da rede do SGDCA, a identificação de riscos e sobre a atuação dos técnicos e equipamentos.

Perfil dos profissionais

- Estiveram presentes 18 participantes, das áreas da Assistência Social, Conselho Tutelar, Saúde, Educação, Cultura Esporte e Lazer, e Judiciário, mobilizando, deste modo, atores sociais que compõem o sistema de garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Percepção do tema da criança e adolescente

Sobre sua concepção do que são os direitos das crianças e adolescentes e o ECA:

- É um desafio como política pública, principalmente, para a proteção básica e completa, sendo difícil cumprir conforme a orientação da lei. É um desafio fazer com que as pessoas entendam que o ECA é um instrumento de direito, além de combater o discurso da população sobre a normalidade do trabalho infantil. Sempre é visto como uma forma de não ajudar a criança e impedir que ela trabalhe.
- Passamos por um processo de desumanização da sociedade e as pessoas só olham o ECA como dever da criança, sem que haja a presença do Estado para a garantia dos direitos de proteção ao bem-estar da criança e do adolescente.
- Quando o ECA é pontuado como direito, são mínimos os direitos comparados aos deveres que a lei direciona para a criança. O desafio é fazer com que as pessoas entendam a lei e o que ela garante.
- Existe uma resistência da própria lei de se manter na garantia de direitos, mesmo não tendo sido implementada. E resistência da sociedade em implementar a lei. Acreditam que é mais fácil mudar a lei do que a sociedade.
- Existe uma dificuldade nas políticas públicas que, quando uma demanda não é resolvida, é direcionada para a Assistência Social, tendo esta, a responsabilização de recorrer à outras secretarias para garantir os direitos básicos das crianças e dos adolescentes. Se conseguirmos implementar na sociedade o ECA, haverá menos desgaste para a validação da lei. Precisamos garantir primeiro o acesso aos direitos para cobrar o cumprimento dos deveres.
- Aqueles que não têm acesso à educação de qualidade, saúde, esporte, cultura, lazer e alimentação, estão propensos a cometer algum ato infracional, se colocando em situação de conflito com a lei.
- Quando há um descumprimento dos deveres, que foge dos padrões da sociedade, precisamos refletir, estudar e entender qual o contexto social da criança e qual o caminho que ela percorreu até chegar ali.
- O problema do ECA é a execução e aplicação da lei. Existe uma exposição da mídia que distorce o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Há lugares distantes no município onde os moradores são excluídos de acesso ao trabalho por preconceito social, sendo uma grande violência e impossibilitando a mobilidade social dos grupos mais vulneráveis.
- Há outros setores do poder público que enxergam o trabalho da Assistência Social como “consertador” de pessoas.
- Com crianças e adolescentes, existe uma inibição sobre ocupação dos espaços públicos como se não fosse lugar de pertencimento.

- Existem ações que são efetivas quando se apresentam ações estratégicas para a garantia de direitos do ECA e são transformadoras.
- Precisamos quebrar os reforçadores com as crianças e adolescentes nas áreas de vulnerabilidade. Quando pressupomos que aquela região ou bairro só existe “bandido”, criamos um estigma na população e isso se enraíza na identidade do indivíduo. Nuance reflexiva sobre a relação entre pobreza, periferia, violência e identidade.
- Esse diagnóstico será importante para analisar os adolescentes, seus sentimentos de pertencimentos e relação com o território. E precisamos pensar nas pessoas que estão atrás dos equipamentos públicos para garantir o acolhimento dos adolescentes e romper com abordagens preconceituosas.
- Nas Casas Lar, é feito encontro mensal para troca de experiências e acolhida das angústias de quem trabalha com os atingidos pelas vulnerabilidades. Existe um desgaste emocional com as equipes que trabalham nos equipamentos de atendimento. Precisamos pensar em estratégias de apoio emocional para as equipes.

Sobre a relação da sociedade, o Estado e a família com o ECA:

- O estado não tem uma estrutura tão forte como a do município, o que gera conflito com a aplicação das leis e na interpretação de que as demandas de adolescentes estão ligadas apenas à Educação e Assistência Social. O envolvimento da pasta da segurança pública é essencial para garantir o direito de bem-estar que a família não garante. Há uma camada da sociedade vulnerável onde a violência está naturalizada.
- Há entendimento errôneo dos pais sobre a responsabilidade que cabe às políticas públicas e à família.
- As Casas Lar não comportam todas as crianças que precisam sair de suas casas para garantir uma vida digna. A criança precisa de um atendimento imediato em situação de risco e a polícia deveria garantir sua segurança, mesmo que ele tenha cometido infrações.
- O bairro Padre Vitor possui crianças em situação de alta vulnerabilidade.
- Quando há casos de violação dos direitos das crianças e adolescentes e que são identificados pelos profissionais da saúde, o Conselho Tutelar é acionado, mas não tem estrutura suficiente para a demanda que existe. Muitas vezes, a criança não é retirada da família porque não há estrutura para comportar a demanda e existe uma falha na comunicação da rede e há ausência de complementação dos serviços.
- A criança violadora é uma criança violada e os pais se furtam dessa responsabilidade. Quando a Assistência Social faz um trabalho de acolhimento e orientação, não há continuidade com a família, que está em situação de vulnerabilidade, violência ou possui pouco conhecimento sobre seus direitos e deveres.

- Em geral, existe uma integração entre a pasta da Saúde, Educação e Assistência Social, mas a família acaba furando esse fluxo. A família precisa ser trabalhada também porque temos uma reprodução de ciclos de vulnerabilidade e negligência familiar e social. Precisamos quebrar as heranças de ofícios de vulnerabilidade e violência. O Estado também é o gerador desse ofício de violência.
- A falha na garantia de direitos começa quando a criança não consegue vaga na creche, no atendimento à saúde, dos serviços básicos, sendo caminhos para que a criança cresça com integridade. Falta diálogo entre as políticas públicas. No instante em que a rede falha, as famílias são mais atingidas.
- Surge proposta de fluxo de diálogo direto entre as pastas da Assistência Social e Saúde.
- Trabalhamos em um cenário de incompletude da rede, onde os próprios profissionais encontram barreiras burocráticas e, algumas vezes, má disposição de alguns funcionários.
- Quando as pessoas se apropriam das coisas, elas ganham outra forma. As políticas públicas são assim. Elas precisam ser entendidas e apropriadas pela população. Precisa ser elaborado um projeto socioemocional com os pais desses adolescentes atendidos pela rede. Toda a família deve ser trabalhada para se quebrar os ciclos de pobreza.
- Todo o sistema envolvido no atendimento aos direitos da criança e adolescente deve ter a conscientização sobre o papel do ECA. Se o discurso entre todos não for o mesmo, não chegarão a uma solução. Há pessoas dentro das políticas públicas que desconhecem o trabalho feito pela rede de proteção à criança e adolescente.

Estrutura de Funcionamento da Rede de Proteção e do SGDCA

Sobre a atuação da rede no município:

- O diálogo avançou entre CRAS, CREAS, Conselho Tutelar e Casa Lar em relação ao acompanhamento e análise sobre casos mais delicados. As relações entre os profissionais se fortaleceram. Existem comissões em que as pessoas se envolvem, mas sempre as mesmas pessoas. A mesma pessoa está presente na Comissão do Idoso, da Criança, da Mulher... precisamos criar protocolos para essas relações.
- O vínculo entre a proteção básica e a educação cresceu muito e se tornou importante para chegarem a consensos dos casos. Mas ainda está muito na pessoa e não no setor, na pasta. Precisamos melhorar os protocolos institucionais.
- A pasta da educação precisa se relacionar melhor com as demais, já que é um espaço onde a criança está todos os dias. A pasta da educação mantém um bom relacionamento com a pasta de Cultura. Precisamos melhorar a relação entre a Cultura e a Assistência Social.
- Algumas escolas fazem o processo de exclusão quando não estão conectadas com a rede e não tem entendimento do trabalho desenvolvido pela rede.

- Precisamos trabalhar melhor sobre fomentar a cultura nas áreas periféricas, ainda sendo elitista. A sugestão seria articular, com a área social, apresentações culturais no território de vulnerabilidade. As pessoas de vulnerabilidade não se apropriam dos espaços culturais da cidade, mas, sim, dos espaços esportivos.
- Em consenso, todos os participantes, acreditam que o cenário está difícil e está se mostrando mais desafiador para que, efetivamente, consigam desenvolver o trabalho. E precisa ser melhor qualificado. Ainda há a necessidade de uma autocrítica para que os profissionais estejam mais engajados nas ações e nas parcerias. E a necessidade vai para além da qualificação do profissional envolvido. Cabe qualificar toda a instituição para que não seja personificado em algumas pessoas mais atuantes.
- Para os profissionais dentro da escola, a dificuldade é pela interferência dos cargos comissionados de indicação política, que pode travar algumas ações de qualidade. A educação está sendo sucateada há muito tempo e a escola não está preparando, emocionalmente, os adolescentes para os desafios da sociedade.
- Quando se muda o governo, muda a proposta da sociedade e isso desestabiliza e não promove evolução nos setores da educação, saúde e assistência social. Precisamos de um olhar mais sensível e humanizado. A comunhão entre as secretarias seria de muita valia.
- A falta de valorização dos profissionais é um fator dificultador para um servidor da rede pública se manter qualificado, sem apoio dos órgãos, além do desgaste emocional envolvido.
- Os servidores públicos estão sendo cobrados da mesma forma que o setor privado, sendo que os serviços oferecidos, a remuneração e sistematização das informações são diferentes.
- Na rede municipal, os servidores trabalham com crianças menores e há maior participação dos pais. A rede estadual enfrenta maiores desafios do que a rede de educação municipal. Até porque, no município, as políticas são pensadas para aquele território e, quando falamos do estado, são direcionamentos gerais, sem levar em consideração a realidade local.
- Precisamos pensar como diminuir a questão relacional e pessoal dos serviços públicos para institucionalizar e moldar a rede para um atendimento mais amplo e de garantia de direitos, bem como os fluxos de informações e dos serviços requeridos.

Sobre a identificação de uma situação de risco envolvendo crianças e adolescentes:

- Quando há denúncia de trabalho infantil para o Conselho Tutelar, há a convocatória dos pais. Quando não se sabe o histórico da criança é encaminhado para o CREAS. Não temos um programa de abordagem social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, somente para adultos. Serviços de abordagem social possuem técnicas e são capacitados para fazer diagnósticos e estratégias de abordagens específicas.
- Existem estratégias pontuais de acordo com a situação que aparece. Então, CREAS, CRAS e

Conselho Tutelar se organizam de forma pontual, mas não existe um fluxo. Trabalho infantil e abuso sexual são áreas que precisam de estratégias institucionais para abordagem, protocolo e encaminhamento.

- Dentro dos hospitais, existe protocolo para o atendimento de mulheres em casos de violência sexual, mas não há para o atendimento de crianças, bem como falta de conhecimento e orientação dos profissionais da educação, dentro da escola, que não sabem como atender e acolher. Precisamos treinar e qualificar todos os profissionais que estão em contato e serviços direto com crianças e adolescentes para situações de violência sexual. Falta envolvimento de todos da rede para além da Assistência Social para casos de violência sexual.

Das formações e capacitações no tema da criança e do adolescente:

- As capacitações são feitas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) e a participação é de foro íntimo. E já houve ações da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Social (SEHAD) de mobilizar, pelo COMDEDICA, capacitações de profissionais da área da Assistência Social com palestrantes de outros lugares. Não ocorre mais por fatores diversos.
- Para a rede e os servidores, seriam necessárias capacitações qualificadas para que não haja dúvidas sobre a importância do ECA, do fluxo de trabalho e diálogo entre as pastas. Isso é importante para se organizar metodologicamente. Seria interessante elaborar estratégias de capacitação que dialoguem com outras pastas para pensar nos fluxos e normatizar as questões metodológicas. Precisamos fazer uma escuta qualificada sobre os profissionais da rede para se verificar a necessidade de capacitação e treinamento.
- Os profissionais que estão dentro da escola precisam ser atendidos por essas qualificações também e essa precisa ser uma ação contínua. A escola faz parte da rede de proteção, mas tem um limite de atuação.
- Precisamos melhorar a quantidade de profissionais atuando no CREAS que estão sobrecarregados, e criar mais um Conselho Tutelar, porque existe uma demanda muito grande para uma equipe pequena e que não atende todo o território da cidade.
- Quando encontramos falas preconceituosas dentro da rede ou do judiciário, elas desconstruem o trabalho feito pela Assistência. Existe a demanda de uma sensibilização para que as pessoas em vulnerabilidade não se sintam desconexas com os espaços públicos de direitos. Toda a rede precisa ser aparelhada e sensibilizada para entenderem as violações de direitos que ocorrem, e não só a marginalização das crianças e adolescentes.
- Varginha possui 05 CRAS, 01 CREAS e 01 Conselho Tutelar. Precisamos aumentar os profissionais para o CREAS e Conselho Tutelar e precisamos de mais uma unidade de CRAS para assegurar o atendimento de todo o território do município. E precisamos de órgãos que atendam casos de trabalho infantil e abuso sexual.

- Sugestão: capacitação sobre o ECA, o fluxo de atendimento e sobre as demandas de cada pasta.
- O ECA prevê o requerimento de outros serviços públicos para atendimento das crianças e adolescentes. Precisamos de ações de contraturno para reforço das defasagens de aprendizagem, desenvolvimento de habilidades ou profissionalizantes e que atendam o ensino fundamental I e II, as ações devem atender a faixa etária de participação sem que o grau de escolaridade seja o divisor de participação. É necessário ter a oferta de curso e espaço de socialização que atenda esse grupo e faixa etária.
- As reuniões da rede são fundamentais para alinhar alguns encaminhamentos de atividades de contraturno, da escola. Há abertura da assistência social e educação. Na área da saúde, há desinformação em relação ao encaminhamento de situações de abuso sexual.

A Atuação dos Técnicos e Equipamentos dentro da Política Pública

Sobre a convivência familiar e comunitária:

- Não há fluxo de atendimento ou acionamento do Conselho Tutelar quando casos de abuso sexual chegam na área da saúde. Existe uma equipe despreparada no atendimento em hospitais e a falta de fluxo prejudica o encaminhamento da assistência social. Existe um despreparo dos profissionais sobre o que fazer em situações de violência sexual e para que não haja exposição da vítima.
- A escola trabalha no fluxo de que cada professor produza um relatório de comportamento para encaminhar ao Conselho Tutelar antes que o CT seja acionado.
- Precisamos de um preparo dos agentes de saúde, que estão nos territórios, sobre o reforço da necessidade de acompanhamento pré-natal em mulheres gestantes, para que doenças não sejam transmitidas. É necessário um trabalho preventivo de saúde nas áreas de vulnerabilidade.
- Existe denúncias que chegam ao Conselho Tutelar pelos munícipes, mas existe uma confusão sobre o papel do Conselho. Relatos de conflito familiar, alienação parental, guarda compartilhada. As assistentes sociais fazem orientações e encaminhamentos, mas não é algo que está na alçada da pasta. É necessário evidenciar o real papel do Conselho Tutelar.
- Na rede municipal, existe um projeto de relação da escola e da família. Esse momento pode ser usado para conscientização do trabalho da Assistência Social e do Conselho Tutelar. E para desmistificar a visão punitiva do Conselho.

Sobre a liberdade, respeito e dignidade:

- Existe uma parceria, através de termo de colaboração entre o CREAS e o Centro de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (CDCA) que é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), que contrata uma orientadora social para executar atividades com adolescentes em medida socioeducativa. Como a resolução desses casos são morosas, a medida socioeducativa acaba demorando, fazendo com que o jovem seja encaminhado para uma medida protetiva no PAEFI e a equipe para esses atendimentos é muito pequena.

- Quando o jovem comete o ato infracional, como não existe Delegacia especializada em Varginha, há uma demora considerável para enviar o processo ao Judiciário. Muitas vezes o adolescente chega já em idade limite, ou até o ato infracional já prescreveu.
- Estamos iniciando um novo manejo de informações para os pais para garantir um acompanhamento da rede de CRAS e CREAS para a família daquele jovem.
- Existe um desgaste emocional e motivacional das equipes que atendem as famílias e os adolescentes. Um sentimento de impotência quando não há continuidade do trabalho desenvolvido.
- O ideal é que houvesse um núcleo de atendimento para encaminhar o jovem de forma correta, tal como é feita para os adultos em ato infracional. Também a Vara da Infância e Juventude é cumulada com a competência criminal, o que compromete o agendamento rápido de audiências. As medidas socioeducativas são aplicadas após lapso temporal considerável, comprometendo o engajamento dos adolescentes e o trabalho do órgão de execução.
- Sugestão: Importante reforçar o trabalho de conscientização nas associações de bairro para apresentação dos conselheiros e das funções do Conselho Tutelar naquele território.
- A liberdade assistida sempre foi o maior desafio. O PSC é mais encaminhado com parceiros e os setores públicos, tendo sido quebrado preconceitos para os devidos encaminhamentos, conseguindo inserir os adolescentes conforme suas aptidões e tinha acompanhamento das famílias. A LA não tem mais orientadores e atividades. Acabam fazendo um acompanhamento tendo direcionamento para as políticas de acesso.
- Existe uma proposta dos adolescentes que cumpram 8 horas de medida protetiva para que se tenha melhor qualidade no atendimento e encaminhamento, fazendo com que ele se sinta acolhido e orientado. A proposta de acompanhamento por meses acaba tendo baixa participação.
- Em uma medida mais concreta, precisamos aumentar a equipe do CREAS.
- Há preocupação de não colocar o jovem em situação de vexame e exposição constrangedora. Conforme o jovem chega, ele é encaminhado para ações conforme suas habilidades e interesses. Inclusive, levando os adolescentes para as conferências municipais para participar das políticas públicas.
- PSC coletiva - proposta de ação pedagógica coletiva para que os adolescentes não se sintam julgados quando estão em atividade externa, ações que despertem o sentido de “eu realmente fiz algo” e que quebrem o estigma social.

Sobre vida e saúde:

- No atendimento da saúde básica falta pediatra na rede, além de demora no agendamento de demandas simples. Somente quando a rede é acionada, se consegue agilidade para o atendimento.
- Existe um serviço de atendimento e acompanhamento em relação ao psicológico das crianças e

adolescentes e dependentes químicos. O problema é a disponibilidade de vagas. A área da saúde está com pouca equipe na rede para atender todo o município, além de atender a saúde básica. Não há acompanhamento a longo prazo. Para os deficientes físicos, existe a FUVAI para fazer as avaliações, mas não há equipe disponível para acompanhar os casos. Existe uma demanda posta, mas não há rede para dar suporte.

- Precisa expandir a equipe no território, para que a família não tenha que se deslocar para garantir o atendimento preventivo à saúde.
- Agora, com o retorno das escolas, existe uma outra demanda chegando, inclusive psicológica.
- Temos um problema com os adolescentes em uso de drogas e álcool. Todo mundo quer que interne o jovem para tirá-lo daquele círculo social, mas é um público que não é acolhido pelo CAPS e fazem parte de um círculo de vício, dívida com traficante e envolvimento com o tráfico.
- Com a Educação, temos um projeto de saúde na escola. Para conseguir consultas, existe facilidade entre a escola e a saúde, mas não existe um fluxo sistematizado disso e não acolhe a área da assistência social.

Sobre educação, esporte, cultura e lazer:

- A classe baixa só acessa a área cultural por meio da escola, editais ou SEMEL.
- A Fundação Cultural possui projetos de contraturno.

Sobre profissionalização e proteção no trabalho:

- Ainda faltam instituições e projetos que acolham esse jovem que, ao mesmo tempo, não tem a escolaridade requerida para participar desses programas.

6.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PESQUISA QUALITATIVA

Entre os pais e responsáveis, é visível o desconhecimento sobre as políticas públicas, ECA e COMDEDICA. São famílias usuárias dessas políticas, mas não possuem compreensão sobre elas. São usuárias do Sistema Único de Saúde, possuindo pouco entendimento dos serviços prestados. São beneficiadas pelos programas da Assistência Social, mas desconhecem os conselhos, os serviços e, propriamente, a responsabilidade que lhe compete por lei.

As famílias procuram dialogar com adolescentes sobre álcool, drogas, violência, *bullying* e sexualidade, mas a abordagem sobre os temas são diversos: desde conversas espontâneas dos pais ou dos próprios adolescentes, situações televisionadas que são oportunizadas para o diálogo ou, em número menor, alguns responsáveis não se sentem confortáveis em abordar os temas, esperando que os adolescentes tragam suas dúvidas.

É nítida a preocupação com a vida escolar e futuro profissional das crianças e adolescentes. Algumas mães compartilharam experiências de violência dentro do ambiente familiar e como isso se

tornou tema de diálogo e orientação. Estão preocupadas com a violência policial em relação às crianças e adolescentes pretos e pardos (negros), constatando a existência do racismo estrutural (mesmo que não seja nominado dessa forma) na abordagem nas áreas de vulnerabilidade social e o tema da segurança é latente quando se pensa no cotidiano das crianças e dos adolescentes fora de casa.

Gostariam que o município ofertasse mais espaços de lazer com segurança, espaços formativos e propostas de profissionalização, fazendo com que as crianças e os adolescentes fiquem menos ociosos e explorando as habilidades para o desenvolvimento de suas futuras carreiras, as sugestões de cursos foram pontuadas no decorrer do texto acima, no que tange do diálogo com os grupos focais, neste mesmo relatório.

Fazemos sugestão de que o município promova oficinas de sensibilização sobre o ECA, COMDECA, violência, sexualidade e ações de prevenção à saúde e explanação sobre as políticas públicas de direitos com as famílias e em seus territórios, por intermédio da rede de proteção social e do sistema de garantia de direitos das crianças e dos adolescentes.

Entre as crianças e adolescentes, existe pouco conhecimento sobre o que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, evidenciando que as políticas públicas ou as garantias dos direitos não são internalizadas pela população.

Possuem boa relação com o município, mas acreditam que exista pouca oportunidade de profissionalização, conseqüentemente, oportunidades de trabalho.

Participam de atividades religiosas com a família ou individualmente, sendo frequentadores de cultos católicos, evangélicos ou umbandistas. Alguns adolescentes apontaram dialogar sobre temas diversos com os pais, enquanto outros conversam de forma esporádica, quando provocados, quer seja pelos pais e/ou responsáveis, quer seja pela mídia.

Sobre o tema das drogas, conhecem pessoas que são usuárias e alguns conseguem identificar os lugares de uso, além de onde esses produtos são comercializados. Apontaram que é possível encontrar o comércio ilícito nos arredores das escolas, em espaços públicos ou em alguns bairros.

Sobre sexualidade, alguns deles conhecem adolescentes gestantes e que, por este fato, tenham interrompido seus estudos, evidenciando que essa experiência é mais comum para o gênero feminino do que o masculino.

São usuários do Sistema Único de Saúde e possuem queixas como o atraso nos atendimentos ou agendamento de consultas. Demonstraram conhecimento sobre temas como suicídio e autolesão.

Gostam do ambiente escolar e a pandemia evidenciou como esse espaço é oportuno para a aprendizagem e as relações sociais, territórios estes estruturantes dos ritos de socializações secundárias. O relacionamento com os professores se modifica conforme a matéria e identificação com o tema.

Possuem críticas às estruturas físicas das escolas, principalmente, as escolas estaduais. Não acreditam que a escola ou a grade escolar os estejam preparando para a vida profissional. Já sofreram ou viram situações de *bullying* e alguns casos de violência física entre seus pares. Verbalizam que a violência ocorre na escola e fora dela.

Entre as crianças e os adolescentes, existe o desejo de conciliar os estudos com trabalho para contribuir com a composição de renda familiar. Alguns já ouviram falar dos programas de aprendizagem, mas apenas dois jovens apontaram saber o que é.

Avaliam bem os espaços públicos destinados à prática de esportes do município, porém verbalizam que deveria expandir estes mesmos por conta da alta demanda da população infanto juvenil de Varginha. Sugerem o investimento em mais espaços de cultura e lazer, como: cinema, cursos profissionalizantes e programas de aprendizagem.

Apontamos, como sugestão ao município, que promova oficinas de sensibilização sobre o ECA, COMDEDICA, violências e suas múltiplas formas, além de outros temas ligados à sexualidade e saúde, bem como a oferta de mais espaços de formação profissional para os adolescentes e jovens temas deem destaques para suas potencialidades, usando como pano de fundo, perspectivas de economias criativas.

Por seu turno, entre os profissionais que compõem o COMDEDICA, acredita-se que a maior participação no Conselho seja de pessoas ligadas à Assistência Social e Saúde, sendo necessário fortalecer a importância e a presença de profissionais da Educação, Esporte, Cultura e Lazer e Segurança Pública, além de integrantes da sociedade civil. As organizações civis não são representativas porque possuem baixa participação por conta da dificuldade na conciliação das agendas, mas estão em diálogo fora dos fóruns adequados (bastidores).

São motivados a participar da tomada de decisão conjunta. Atualmente, o Conselho está trabalhando para organizar sua estrutura e os repasses de projetos contemplados em 2017, evidenciando sua fragilidade e credibilidade caso não tenha apoio e participação dos demais setores públicos, denotando, deste modo, uma perspectiva míope e reducionista.

Em gestões anteriores, onde o tom das atividades se dava de forma autocrática, ou seja, não democrática, tendo como impacto o abalo das relações entre os membros do conselho, fragilizando e desarticulando os integrantes deste mesmo conselho. Realizam um trabalho de conscientização com diversos agentes para captação de recursos, tanto com o setor privado como com pessoas físicas. No entanto, a estratégia não dialoga com as novas linguagens tecnológicas, limitando o alcance da divulgação.

Sugerimos, como estratégia, o uso de ferramentas de educomunicação mais contemporâneas para que a mobilização da sociedade civil varginhense se dê de maneira mais concreta e objetiva.

Sobre a comunicação em rede, ficou evidente o esforço feito pelos Conselheiros para dialogar com outros setores, mas ainda encontram barreiras de desinformação ou pré-conceito sobre o trabalho que

realizam. Sentem que não participam da tomada de decisões das políticas públicas pelo desconhecimento da atuação e das responsabilidades do Conselho no município.

Sugerimos que se promovam momentos em que os temas relacionados à conscientização e sensibilização sobre o trabalho do COMDEDICA, com todos os setores públicos, seja uma ação contínua e de cunho formativo.

Entre os participantes da rede de proteção, é de consenso que há desconhecimento sobre o ECA em todos os setores do município e isso fragiliza muito o trabalho realizado pela rede. Não há reflexão sobre o Estatuto com as famílias, que não compreendem suas responsabilidades ou com os adolescentes para entendimentos dos seus direitos e deveres; não há entendimento sobre dos servidores dos serviços públicos que possuem comportamentos excludentes com os adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade; não há sensibilização entre os agentes da segurança pública, que acabam sendo reprodutores da violência institucional e estrutural; e os meios de comunicação desconstroem as garantias de direitos e deveres previstos pelo ECA, sobretudo, nos tempos atuais, onde se faz necessário reafirmar questões que, até alguns anos atrás, eram amplamente compreendidas pela sociedade.

Foi apontado que existe uma grande demanda para a rede de proteção, mas não há estrutura, fluxos entre as equipes suficientes para atender todo o território do município (é preciso dar atenção especial para os profissionais que integram o CREAS, pois estes estão operando em seus limites de saúde física e emocional).

Não existe um fluxo pré-estabelecido das demandas ou comunicação entre os setores para que os atendimentos ocorram. Existe uma personificação de alguns setores que contribuem para a agilidade de alguns atendimentos, mas isso não é algo prudente quando pensamos em políticas públicas, onde o fluxo de encaminhamentos deve se dar em perspectiva de rede integrada de serviços e não acionando estes profissionais na esfera privada. Todos os integrantes da rede de agentes públicos deveriam ser instruídos e sensibilizados sobre temas pertinentes aos direitos humanos e, por extensão, sociais e, deste modo, desenhando a estruturação de um fluxo de trabalho que ocorra dentro do espectro da rede de proteção social e o sistema de garantia de direitos, sem que haja “uma pessoa que faça isso ou aquilo no âmbito privado”, evitando, deste modo, que haja exposição desnecessária dos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidades ou violências.

As famílias, por sua vez, principalmente as que estão em maior vulnerabilidade, não possuem estrutura ou conhecimento sobre o tema dos direitos em seu sentido mais amplo. São ciclos familiares de pobreza que se repetem por gerações.

A sensibilização para a cultura está descentralizada e não sendo acessada pelos territórios de maior vulnerabilidade porque as ações ocorrem em espaços onde o acesso das classes periféricas não são acolhidos e bem recebidos, muitas vezes, estas famílias não possuem a quantia financeira necessária para

viabilizar sua locomoção de seus domicílios até os locais onde estas atividades são executadas.

O diálogo com alguns setores da educação é dificultado pela presença de pessoas em cargos comissionados que não possuem qualificação para esses serviços públicos e não participam da rede, realizando questões pontuais, dentro de uma dinâmica de política de governo e não de política de Estado (este é o cenário amplamente difundido em todo território nacional, não sendo, deste modo, um problema circunscrito à realidade varginhense).

Já no que se refere à área da saúde, há falta de protocolo e fluxo para o atendimento de crianças e de adolescentes vítimas de violência sexual. Há encaminhamentos para pessoas adultas, como medicamentos e exames, mas isso não acontece com crianças e adolescentes, muitas vezes, revitimizando estes mesmos e descredibilizando o sistema de garantias do município.

Ainda sobre a saúde, foi identificado ausência de pediatras na rede pública, bem como demanda de atendimento psicológico para as crianças e adolescentes, no período em que estamos adentrando de pós pandemia COVID-19, além de não haver atendimento por intermédio de grupos focais específicos para atendimento dos adolescentes e jovens no CAPS, por uso de álcool e drogas ou outros transtornos de origem emocional ou psiquiátrico.

A capacitação para os profissionais integrantes dos setores públicos, sobre o tema do ECA, ocorre de forma pouco participativa, tendo sempre a presença das mesmas pessoas. Não há sensibilização dos atores sociais que integram os diferentes setores das políticas públicas para o tema no município.

Há ausência de propostas formativas para as crianças e adolescentes, no que se refere à perspectiva profissionalizante. As oportunidades oferecidas não atendem toda a demanda do município e algumas propostas são delimitadas pela faixa etária ou ano escolar, sendo, muitas vezes, inacessível para adolescentes com problemas de aprendizagem no que se refere à educação formal.

Já no âmbito da relação dos adolescentes que cometem ato infracional, não existe uma vara judiciária específica no município para atendimento destes que se encontram em conflito com a lei, passando o jovem pelo mesmo tratamento e julgamento que um adulto. E não há uma proposta de programas de orientação como medidas de liberdade assistida. Sugerimos máxima atenção neste apontamento.

Propomos ao município promover encontros formativos e de qualificação para todos os setores que compõem a esfera pública municipal sobre o ECA, escuta qualificada, acolhimento institucional por intermédio de supervisão, tanto para a equipe que atende a ponta, bem como para seus coordenadores e técnicos de referência que atuam na rede de proteção básica, ou especial de média e alta complexidade (com ênfase para este último segmento), assim como a estruturação de fluxos de atendimento e sensibilização do tema de garantia de direitos nas áreas mais vulneráveis do território de Varginha.

6.7. SUGESTÕES DE ENCAMINHAMENTOS

6.7.1. Estratégia de comunicação

- Investir em estratégias de educomunicação para, numa perspectiva, comunicar a sociedade varginhense sobre o objetivo, relações e importância do COMDEDICA, tanto para a sociedade civil como para os setores públicos e privados, entendendo que parte da dotação orçamentária é oriunda de empresas do primeiro setor.
- Estratégias de educomunicação para divulgação da mobilização de recursos via FIA Municipal, bem como do COMDEDICA, desenvolvendo estudos e estratégias metodológicas em educomunicação.

6.7.2. Estratégia para as relações intersetoriais

- Propomos que o COMDEDICA estimule a relação intersetorial institucional, promovendo maior aproximação com o ensino fundamental II – Municipal. A maior rede é Estadual. Esta estratégia consiste em fazer uma breve apresentação do objetivo do COMDEDICA, como se compõe, sensibilizando, deste modo, as equipes de: coordenação pedagógica, gestão escolar e professores, em temas que orbitam o universo da infância e juventude, reforçando as relações institucionais e instrumentalizando estes mesmos a promoverem essas pautas em sala de aula, em caráter transversal, aos conteúdos dinamizados pelos professores de acordo com cada disciplina. Esta estratégia pode ser operacionalizada entre os profissionais integrantes do COMDEDICA, em parceria com os profissionais integrantes dos Conselhos Tutelares do município, viabilizando, assim, o caráter preventivo das ações no que tange as proteções sociais e, desfazendo o estigma negativo que permeia o imaginário da sociedade no que se refere à atuação dos conselhos tutelares e o conteúdo que compõe o ECA.
- É preciso que a rede socioassistencial e o SGDCA do município, compreenda que a articulação dessa rede que eles integram não é feita apenas pelos programas e serviços ofertados pela esfera da assistência social. Precisa haver um pacto para que outras esferas que integram o SGDCA, também dinamizem ações pontuais nesse sentido, dividindo as responsabilidades e diminuindo a sobrecarga nos serviços ofertados pela proteção social municipal. Sugerimos, ainda, que se reformule o protocolo de atendimento e enfrentamento no âmbito das ações socioassistenciais, evidenciando a importância e relevância que cada uma das demais pastas (educação, saúde, cultura e lazer, entre outros), tem na articulação dos direitos das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade no município.

6.7.3. Estratégia para a formação com crianças e adolescentes

- Trabalhar os temas de pensamento crítico como estratégia para os alunos de ensino médio da esfera estadual e nos cursos de capacitação profissional.
- Está havendo uma generalização, onde a pobreza e violência são correlacionadas e possuem visões equivocadas, onde a família desestruturada ocupa um lugar central nos indícios que podem levar um adolescente ou jovem a infracionar (entendimento novecentista, arcaico, reducionista e míope sobre o entendimento ou concepção sobre a família).

6.7.4. Estratégia para a escuta qualificada

- Precisamos sistematizar, preferencialmente, em todos os serviços socioassistenciais do município, as reuniões para a discussão e estudos de casos e, também, de escuta qualificada para acolhimento das angústias e sensações inerentes ao trabalho nos equipamentos da proteção social. Esse momento de estudo e discussão de caso e de escuta qualificada da equipe, deverá ser conduzida pela equipe técnica ou de gestão destes serviços, e os integrantes da equipe técnica ou gestão de serviços, também precisam ter um espaço de escuta qualificada “institucional” para que estes se mantenham saudáveis, íntegros e combativos para o suporte emocional de suas respectivas equipes. Jung, um dos expoentes da psicanálise, nos ensina que, “podemos dominar todas as técnicas e conhecer todos os métodos, mas quando estamos em atendimento, somos apenas humanos atendendo outros humanos” (embora este apontamento já tenha sido contemplado um pouco acima no texto, entendemos ser necessário, mais uma vez, sua qualificação devido à importância e necessidade de se desenhar tal estratégia institucional).

7. PLANO

FACILITAÇÃO SOBRE O DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE VARGINHA/MG

Facilitadora: Samira Heidy da Silveira Nagib

abril de 2022

DA METODOLOGIA

A facilitação é uma metodologia utilizada para promover a mediação entre os participantes de um grupo e suas propostas, sendo o facilitador a pessoa que proporciona o espaço de escuta e lapidação das ideias, garantindo que todos os atores tenham espaços e momentos de diálogo para, em consenso, encontrar soluções e caminhos possíveis para suas ações, de forma articulada e positiva.

A proposta de facilitação foi acordada entre a presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do município de Varginha, Maria Fernanda Thiago da Cunha e a socióloga e facilitadora Samira Nagib, consultora da Paineis Pesquisas e Consultoria, empresa responsável pela elaboração e execução do Diagnóstico Situacional da Criança e do Adolescente, realizado entre os anos de 2020 e 2021, na cidade de Varginha, Minas Gerais.

Tendo realizado o seminário com a rede do SGDCA, para apresentação dos resultados do Diagnóstico Situacional da Criança e do Adolescente de Varginha, no dia 10 de março, com os 62 participantes no encontro, sendo atores das áreas da educação, saúde, cultura, assistência social e organizações da sociedade civil, que foram convidados a reconhecerem os 16 territórios de trabalho, divididos conforme a identificação do Diagnóstico Situacional, sobre a atuação das 05 unidades de Centro de Referência da Assistência Social no município, sendo: CRAS Sion, CRAS Centro, CRAS Urupês, CRAS Jardim Estrela e CRAS Novo Tempo. Durante o encontro, os participantes foram orientados a, em diálogo, promover uma “chuva de ideias” sobre demandas dos territórios identificados no dia a dia dos serviços públicos. Neste momento, receberam folhas impressas com a proposta de, em coletivo, realizarem a elaboração de um plano de ação para seus territórios. A partir desse primeiro momento, e compreendendo que o tempo disponível não seria suficiente para a construção desse plano de ação, foi apresentada a proposta de dois encontros virtuais com os grupos para que a articulação e diálogo da rede fosse fortalecida para promoção de melhorias ao município.

Foram articulados e agendados 10 encontros, sendo dois encontros por CRAS e agendados via e-mail para realização pela plataforma Google Meet.

DOS ENCONTROS E DIAS

Os encontros ocorreram durante a primeira e segunda semana do mês de abril de 2022, sendo os dias 04 até o dia 14, das 08h às 10h.

- CRAS Sion – Dias 04 e 11.
- CRAS Centro – Dias 05 e 12.
- CRAS Urupês – Dias 06 e 13.
- CRAS Jardim Estrela – Dias 07 e 14.
- CRAS Novo Tempo – Dias 08 e 13*.

*O segundo encontro agendado para o CRAS Novo Tempo foi realizado juntamente ao CRAS Urupês, devido ao feriado nacional da Sexta-Feira Santa e compreendendo o tamanho dos territórios.

DA EXECUÇÃO

Inicialmente, os encontros foram agendados na perspectiva de continuidade sobre a elaboração do plano de ação. Porém, no primeiro encontro com o grupo do CRAS Sion, identificamos que, pelas atribuições da rede, não seria confortável ou saudável para os profissionais da rede, realizar mais um plano de ação sem que houvesse uma escuta sobre a rotina de trabalho e acolhida sobre as dores das vivências dos profissionais participantes. Em diálogo, fora acordado que os encontros seriam divididos em dois momentos, sendo: o primeiro, para a realização de uma escuta ativa das dores e diálogo sobre propostas de soluções à curto, médio e longo prazo e, no segundo, a apresentação dos destaques de riscos, por territórios, identificados durante o Diagnóstico Situacional.

DOS PARTICIPANTES

Os encontros contaram com a presença, majoritariamente, de profissionais da rede socioassistencial (CRAS e CREAS) e da saúde, da educação e da sociedade civil.

Sendo os participantes:

- **CRAS Sion**
 - Primeiro encontro: Luiz Carlos (organização social ABRAÇO), Vanessa, Suzane e Rosângela (CRAS Sion), Aparecida Nefagi (CREAS) e Giovanna Brasil (sem organização ou área identificada).
 - Segundo encontro: Rosângela, Suzane e Vanessa (CRAS Sion).
- **CRAS Centro**
 - Primeiro encontro: Luciana e Isabela (CRAS Centro) e Marcia Gonzaga, Elizele Marcelino, Juliana Flausino (PSF Corcetti).
 - Segundo encontro: Luciana e Vanessa (CRAS Centro), Márcia Gonzaga (Saúde) e Juliana.
- **CRAS Urupês**
 - Primeiro Encontro: Patricia e Efigênia (CRAS Urupês).

- Segundo Encontro*: Eveline, Patrícia, Isa Ribeiro, Efigênia, Cintia Coura, Roberto e Viviane.
- **CRAS Jardim Estrela**
 - Primeiro encontro: Suelen Magalhães (CREAS), Rodolfo Oliveira (Saúde) e Rogério (CRAS).
 - Segundo encontro: Suelen Magalhães (CREAS).
- **CRAS Novo Tempo**
 - Primeiro encontro: Viviane (CREAS), Nádia (CAPSI), Roberta (Diretora unidade educacional), Roberto e Vanessa (CRAS Novo Tempo).
 - Segundo encontro: Roberto e Vanessa (CRAS).

DAS ESCUTAS POR GRUPOS

CRAS Sion - Primeiro Encontro

A proposta inicial do encontro era promover continuidade as ideias dialogadas pelo grupo no encontro de apresentação do diagnóstico situacional, realizado em 10 de março. Mas, compreendendo as demandas do grupo, optamos em utilizar o espaço para realizar uma escuta qualificada sobre as demandas daquela unidade/região, chegando ao entendimento de que não seria viável ou saudável agregar outras atribuições para um grupo que possui poucos profissionais para as demandas presentes em um município com mais de 136 mil habitantes. O CREAS possui apenas um profissional destinado para cada política de proteção (um profissional para a violação de direitos dos idosos, um profissional para o atendimento de violência contra a mulher...). Não há efetivo suficiente para as demandas de violações que ocorrem no município que teve um aumento de mais de 13 mil habitantes entre 2010 à 2020, segundo o IBGE.

Da escuta com os profissionais, foi apontado a necessidade de criação de fluxo institucional sobre as demandas da rede de garantia de direitos da criança e do adolescente, tanto para os atendimentos como para os encaminhamentos. A falta de fluxo institucional gera a personificação das demandas, fazendo com que os profissionais utilizem de sua rede de contatos para realizar encaminhamentos na rede. A criação do fluxo de comunicação deve ser fomentada pela gestão pública e não como proposta dos profissionais da rede.

As famílias que acessam as políticas públicas da assistência social são cadastradas pelo GSUAS, não tendo seus dados compartilhados com a saúde, assistência social, segurança pública e educação. Há um sistema para cada área de política pública, mas não há uma intersectorialidade de encontro dessas informações, inviabilizando que a criança e o adolescente não sejam vistos em sua integralidade e toda a rede de garantia de direitos que esta criança e adolescente está inserida.

Existe uma necessidade de formação humanizada e contínua para os integrantes da rede de garantia de direitos, para aperfeiçoamento e melhoria dos atendimentos e execução das políticas públicas.

Ao que tange as áreas que estão em articulação com os adolescentes do município, há uma demora na execução de fluxos junto ao judiciário, impossibilitando a criação de um plano de ação sobre situação de adolescentes em risco social, não gerando credibilidade à rede de garantia. O município de

Varginha possui 148 adolescentes em processo de medida socioeducativa, mas há ausência de propostas de profissionalização ou de criação de vínculo escolar de forma efetiva. Muitos desses adolescentes possuem defasagem em relação à aprendizagem, gerando evasão escolar e, assim, impedimento sobre sua participação em alguns programas de inserção social. No final do ano de 2021, foi dado início ao programa “Descubra”, sendo uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho, mas ainda há dúvidas sobre a condução do programa, tanto pela proposta pedagógica de formação social e cidadã dos adolescentes, quanto para os profissionais e empresas que irão acolher os adolescentes.



CRAS Sion – Segundo Encontro

O município integra um programa estadual de emissão de documentos chamado de UAI – Unidade de Atendimento Integrado, possuindo uma unidade de atendimento dentro de um shopping center, não sendo de fácil acesso para todos os munícipes ou sendo, financeiramente, inacessível em relação à algumas taxas sobre a emissão de documentos. É válido ressaltar que a identificação básica do cidadão é um direito constitucional e humano e muitos moradores da cidade ainda não possuem acesso à internet, direcionando essas demandas aos profissionais do CRAS, seja para o agendamento do atendimento ou acesso aos benefícios de gratuidade sobre a emissão de documentos.

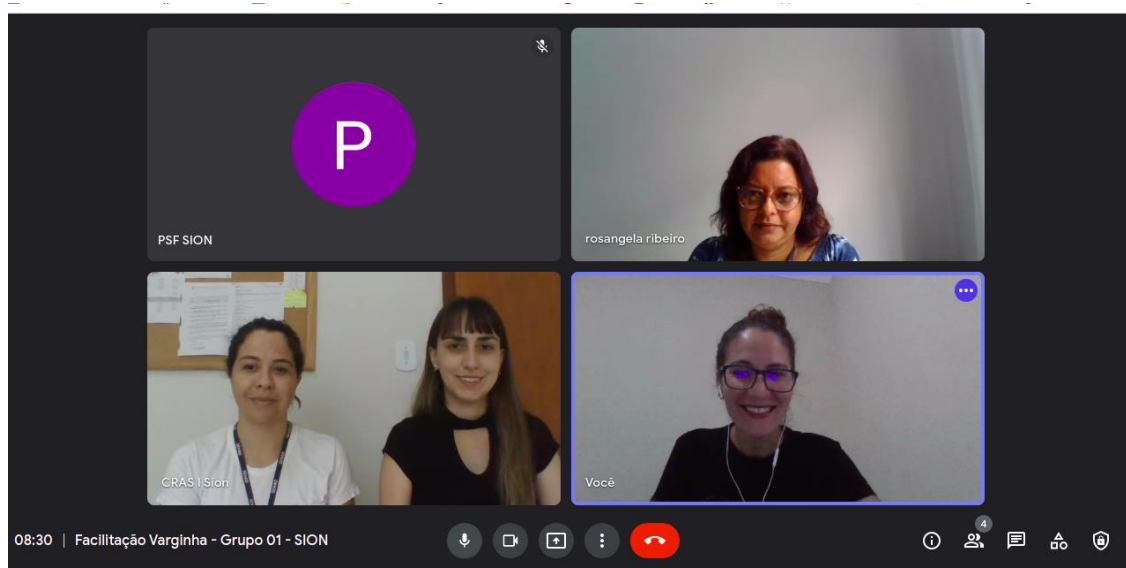
Quando o tema da garantia de direitos da criança e do adolescente surge, existe uma participação efetiva dos profissionais da Assistência Social e pouca participação das demais pastas da gestão pública, o que gera incômodo e sobrecarga de demandas para os integrantes da rede socioassistencial.

A equipe do CRAS e do CREAS realizaram um estudo prévio sobre os destaques apontados durante o diagnóstico situacional. Apontaram que era de conhecimento que o território apresentaria alguns índices negativos suposto que existe uma grande demanda na região e poucos profissionais para

atender as violações de direitos. O território é extenso e com uma população volumosa, sendo urgente a atuação do município na garantia de ampliação dos profissionais da rede socioassistencial.

No diagnóstico, foi identificado as solicitações em relação as atividades esportivas, estando a política pública de fomento ao esporte ligada à SEMEL que, em sua unidade esportiva, não atende todo o município e concentra a participação de apenas uma região da cidade.

Não há comunicação entre a rede quando um adolescente é atendido em uma unidade de saúde, dificultando o acompanhamento da assistência social sobre o desenvolvimento e garantia de inserção em programas de pré-natal para uma gravidez saudável.



CRAS Centro – Primeiro Encontro

O encontro contou com a presença de profissionais do CRAS Centro e de profissionais da área da saúde, que realizaram apenas a escuta do encontro, mesmo após tentativas da facilitadora de fomentar a participação ao diálogo.

Os profissionais do CRAS apontaram a necessidade de realizar um mapeamento sobre as organizações sociais e as lideranças dos territórios que atuam e articulam, no município, projetos de atendimento de crianças e adolescentes, realizando ampliação do diálogo sobre as demandas apontadas no diagnóstico situacional, bem como identificar a rede socioassistencial para estabelecimento de vínculos e reuniões pedagógicas formativas.

O território atendido pelo CRAS Jardim Estrela possui equipamentos públicos de esporte em seu entorno, estando o CRAS Centro desassistido de opções de esporte e lazer em seu território.

O território aponta ausência de projetos em relação à primeira infância, no âmbito de espaços escolares ou espaços de lazer, fazendo com que as ações de convivência não sejam suficientes para o atendimento dos bairros com maiores índices de vulnerabilidade.

O CRAS Centro possui grande fluxo de demanda no que tange à informações básicas para a população ou de informações sobre as políticas da assistência social, previdência social, educação ou saúde, apontando uma má gestão de tempo para ações preventivas de direitos.

CRAS Centro – Segundo Encontro

O destaque sobre a saúde mental tem sido notado durante os atendimentos no CRAS e, também, vindos de indicações das escolas. Os profissionais do CRAS já observaram situações de autolesão em adolescentes, durante o programa de fortalecimento de vínculos e, também, há notificação de duas tentativas de suicídio no território. Alguns desses riscos foram apontados sobre o tema da sexualidade e ausência de suporte da família à identidade de gênero e relações homoafetivas. A rede socioassistencial precisa compreender como identificar as urgências sobre a sexualidade e se capacitar para melhor acolher, encaminhar e orientar. E, principalmente, promover um espaço de escuta e confiança. Importante que o CREAS também tenha um profissional capacitado e especializado para esse tema, bem como a rede ser preparada para acolher esse jovem em todos os equipamentos públicos.

Há ausência de fluxo de comunicação e acompanhamento sobre adolescentes grávidas. Existe acompanhamento das áreas da saúde e da assistência social, quando esta jovem acessa benefícios sociais, mas não um acompanhamento em conjunto das áreas. O acompanhamento da rede sobre essa jovem poderia fortalecer a importância da realização de consultas de pré-natal, bem como orientações e motivações para a não evasão escolar.

As ações culturais do município ocorrem em territórios específicos, inviabilizando a participação de pessoas que estão em bairros mais afastados e não há fomento da participação popular ou escuta de propostas que despertem a formação cultural da comunidade. O CRAS já realizou ações culturais de cinema popular, que foram bem aceitas pela comunidade.

CRAS Urupês – Primeiro Encontro

O encontro teve início no horário agendado, com apenas dois participantes da rede. Um dos participantes colocou em questão a efetividade do encontro com a número de pessoas presentes no mesmo, bem como a ausência dos profissionais da educação e da saúde.

Foi acordado entre os participantes e a facilitadora que o encontro não teria continuidade, sendo necessária uma nova articulação na rede para fortalecimento da participação dos demais profissionais.

CRAS Urupês e CRAS Novo Tempo – Segundo Encontro

Em virtude do feriado nacional da Sexta-Feira Santa, o segundo encontro dos CRAS Urupês e Novo Tempo, foi articulado de forma conjunta, para garantia da realização dentro do cronograma previsto.

Sobre os destaques de riscos sociais apontados durante o diagnóstico situacional, a situação de gravidez na adolescência é algo presente no território do CRAS Urupês, sendo uma busca ativa das famílias ou sendo identificado durante as visitas domiciliares. Não há comunicação na rede quando um caso de gravidez na adolescência é atendido nas unidades de saúde. No município, antes da pandemia COVID-19, foi executado um programa chamado “Saúde na Escola”, para fomentar o diálogo e orientação sobre saúde, sexualidade e ISTs para os adolescentes com vínculo na rede educacional.

Para famílias de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social, há pouca possibilidade de mobilidade pelo município, não sendo fomentado o sentimento de pertencimento e criação de identidade e vínculo, sendo presentes apenas na comunidade ou território de moradia.

É perceptível a ausência de capacitação para os profissionais da rede sobre o tema de identidade de gênero e sexualidade, sendo algo identificado nos atendimentos nos CRAS e apontado no diagnóstico situacional. Além disso, não existe um programa de continuidade de atendimento para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

O vício em álcool e drogas é algo iniciado, muitas vezes, dentro do ambiente familiar, sendo instigado pelos pais, responsáveis ou parentes próximos. Infelizmente, não há um profissional especializado no tema para realizar atendimentos e encaminhamentos devidos.

Os Centros de Referência da Assistência Social estão executando toda a política da Assistência Social, e não apenas sendo uma porta de entrada sobre garantia de direitos.

A violência física familiar é preocupante para os profissionais, sendo notada como discurso familiar de método de correção ou forma disciplinar de autoritarismo dos pais para com os filhos. A comunidade de Varginha é ativa na denúncia sobre situação de violência familiar ou situações de abandono. Há menção, no território do Novo Tempo, onde o Conselho Tutelar foi acionado para a destituição do poder familiar em situação de abandono, onde os pais eram mantenedores da casa, sem que houvesse convívio ou criação de afetos com os filhos.

Já houve oferta do município sobre projetos de geração de renda, mas não de forma contínua ou propostas que estivessem além da área da estética, gastronomia e artesanato.



CRAS Jardim Estrela – Primeiro Encontro

O encontro teve início às 08h, com apenas uma participante e teve duração de 40 minutos. E, às 09h, por solicitação da presidente do COMDEDICA, Maria Fernanda Thiago da Cunha, a sala virtual foi reaberta para a participação de outros integrantes.

Um dos primeiros temas apontados pelos profissionais foi a necessidade de aumento das equipes de trabalho da rede socioassistencial. Cada unidade de CRAS possui 3 profissionais, sendo 2 assistentes sociais e 1 psicólogo. No caso do CREAS, existe uma pessoa para cada política pública para a cidade. Há um desgaste emocional e físico dos trabalhadores da rede, ocasionalmente adoecimento dos profissionais.

Não há profissionais para o acompanhamento de casos de trabalho infantil no município, sendo um dos riscos sociais observados entre crianças e adolescentes, principalmente, nos faróis da cidade.

As unidades de CRAS são buscadas pelos munícipes porque possuem vínculo de confiança e segurança, sendo construídas durante os atendimentos e acompanhamento de casos. Por isso, o CRAS sempre será referência no que tange às políticas constitucionais de distribuição de renda, como para informações de outras demandas públicas. Há uma disposição do município em oferecer algumas informações pela internet, mas algumas famílias não possuem saneamento básico ou distribuição de energia elétrica em suas casas e a internet não é um caminho possível para acessar essa população.

O município está realizando projetos pilotos de escola em período integral para a educação infantil e ensino fundamental I.

CRAS Jardim Estrela - Segundo encontro:

É perceptível a questão do trabalho infantil no território, inclusive, com famílias que trabalham com coleta de reciclados. Também é latente novas demandas sobre benefícios sociais advindos de famílias que estão em vulnerabilidade com o surgimento da pandemia COVID-19.

A nutrição precisa ser pensada na perspectiva de oportunidade de acesso econômico de algumas famílias. Por vezes, alimentos não saudáveis são mais baratos do que os de melhor qualidade e quantidade nutricional. E a ausência de espaços esportivos pelos territórios, ocasiona o aumento de pessoas obesas e sedentárias, gerando maior demanda para a saúde pública.

No destaque sobre saúde mental, no atendimento do CAPSi, é realizada uma avaliação para validar se há necessidade de atendimento contínuo no quesito de matriciamento mental para casos de autolesão e tentativas de suicídio. Quando o profissional identifica que o caso não é de alto risco, não há um acompanhamento preventivo sobre aquele jovem.

Existe uma demanda de formação específica para os profissionais da rede educacional sobre identidade de gênero, sexualidade e violência sexual, a fim de capacitá-los para identificar casos de risco físico e social de crianças e adolescentes.

CRAS Novo Tempo - Primeiro encontro

O território do Novo Tempo é fruto das políticas habitacionais. É um território extenso e é composto pela rede de atendimento da Assistência Social, Saúde e Educação. Existem 3 escolas, mas só atendem o ensino infantil e ensino fundamental I, fazendo com que os estudantes de fundamental II se desloquem para outros territórios.

Existe uma identificação dos profissionais da área da educação sobre casos de crianças e adolescentes que cuidam de outras crianças, evidenciando uma lacuna sobre a demanda de atendimento na rede de garantia de direitos quando pensamos sobre vagas em escolas. Existe um grande esforço dos profissionais da educação para a criação de vínculo das famílias com o espaço escolar, mesmo a escola apresentando uma boa estrutura e aconchego e estando integrado ao projeto piloto de educação integral, esse espaço não é algo de fácil vínculo com as famílias.

As ações de cultura e lazer ocorrem de forma pontual, sem que haja uma constância nessas propostas. E a distância do território, de alguma forma, realiza uma privação de participação na cidade e das ofertas que ocorrem em outros territórios.

Existe um modelo institucionalizado de concentração de demandas sociais no CRAS, sem que, necessariamente, sejam demandas do CRAS. No município, há apenas 01 unidade de CREAS para o atendimento de demandas especiais e o território do Novo Tempo apresenta uma grande solicitação de

atendimentos especiais. Há ausência de profissionais para o atendimento de pessoas com deficiência no município. Nos atendimentos do CAPSi, as violações de direitos estão impactando as crianças e adolescentes, apresentando sintomas de ansiedade e síndrome de pânico. E, também, houve um aumento em relação à violência doméstica com crianças e adolescentes durante a pandemia.

O “Descubra” é um programa estadual, sendo iniciado no município de Varginha em dezembro de 2021. É latente que seja necessário repensar e flexibilizar alguns requisitos de perfis dos adolescentes para garantir a participação. Alguns adolescentes em processo de medida socioeducativa não possuem a escolarização requerida para inserção dos programas de aprendizagem.



Sugestões para o Município de Varginha

Apontaremos aqui algumas sugestões de propostas para os destaques identificados durante o Diagnóstico Situacional e, também, durante os diálogos com os grupos de profissionais da rede de garantia socioassistencial.

- Criação de parceria institucional entre as universidades e faculdades do entorno do município, para elaboração e execução de propostas para formação e orientação sobre ISTs e saúde preventiva nas escolas, atividades culturais, lúdicas ou esportivas, sendo realizadas por estudantes de graduação que precisem realizar estágio obrigatório para conclusão de seus cursos de formação.
- Assistentes Sociais no Poder Judiciário: A presença de um(a) profissional da Assistência Social nas resoluções e encaminhamentos do poder judiciário do município promoveria agilidade e garantia dos direitos dos adolescentes em processo de medida socioeducativa.
- Formação humanizada para os profissionais da saúde, a fim de qualificar o atendimento de adolescentes que chegam com escoriações ou ferimentos causados pela violência, mas, quando apresentado no atendimento hospitalar, são justificados como quedas de bicicletas ou tropeços.

- Formação humanizada com as empresas que farão parte do programa “Descubra”, para garantia da acolhida dos adolescentes, sem que haja estigmatização dos mesmos.
- Programa para adolescentes em medida socioeducativa com equipe especializada, propostas formativas e orientadores como referências.
- Criação de projetos de profissionalização e cultura para adolescentes sem que o nível de escolarização seja requisito para a participação.
- Criação de meios de comunicação sobre benefícios e direitos sociais para a população qualificar o conhecimento sobre o tema. Utilização do rádio comunitário como meio de comunicação para informes dos equipamentos públicos.
- Criação de um CRAS Itinerante para percorrer por territórios isolados ou a zona rural do município, sendo um ponto de informação ou direcionamento sobre as demandas sociais presentes nos territórios com pouco acesso ao centro econômico e social do município.
- Criação de projeto de cinema itinerante pela cidade, bem como espaços de incentivo à oralidade popular.
- Abertura das escolas públicas, durante os finais de semana e com uma equipe específica, para promoção e qualificação do espaço como equipamento público e comunitário, em territórios onde haja poucos equipamentos de cultura, esporte e lazer.
- Fomento da articulação da rede socioassistencial, enquanto ação da gestão pública, para fortalecimento dos profissionais e melhores encaminhamentos de demandas sociais.
- Inclusão do CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) para os profissionais da rede.
- Criação de programa de gratuidade para o transporte coletivo, garantindo que famílias de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social, possam transitar por outros territórios garantindo, inclusive, o acesso à equipamentos públicos de cultura, lazer e esporte.
- Sugestão de criação de cooperativa de reciclagem para formalização e garantia de direitos trabalhistas dos coletores de materiais reciclados, promovendo cidadania e dignidade.
- Criação de uma comissão para aprofundamento e acompanhamento dos impactos do Diagnóstico Situacional da Criança e do Adolescente.
- Fomentar a intersetorialidade da rede de garantia de direitos para acompanhamento integral da criança e do adolescente.
- Criar espaços formativos sobre direitos sociais nos equipamentos públicos, com o objetivo de fomentar a formação cidadã plena e crítica dos cidadãos sobre seus direitos e deveres, bem como os espaços e equipamentos específicos para suas demandas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE OS ENCONTROS

A proposta da realização das facilitaões surgiu com o intuito de promover um espaço de lapidação de ideias e sugestões dos profissionais que atuam e, também, residem no município e que bem conhecem a realidade do município de Varginha.

A partir dos encontros realizados, ficou evidente que o município possui uma grande demanda social, mas não há profissionais suficientes que atendam todos os munícipes, o que gera um grande desgaste físico e emocional dos profissionais da rede socioassistencial. A menção sobre o aumento do quadro de colaboradores esteve presente na maioria dos encontros e aponta uma dor presente no cotidiano dos que estão em relação constante com a população e suas necessidades sociais. E, para além do aumento do quadro de colaboradores, existe uma demanda sobre capacitação e profissionais especializados em temas que estão em alta entre os adolescentes, como: sexualidade, identidade de gênero, consumo de álcool e drogas, bullying... estando o município com profissionais preparados para esses temas, teremos melhor gestão de tempo e garantia de acesso e integração social e cidadã na rede socioassistencial.

Desde o início da pandemia do COVID-19, houve um aumento de solicitações de benefícios sociais de distribuição de renda, a partir de famílias que perderam o emprego e condições de estabilidade financeira. Aqui, ressaltamos a necessidade do município repensar propostas de capacitação de empreendedorismo e geração de renda, garantindo que essas famílias possam superar esse período e aprimorar suas habilidades pessoais e profissionais.

Na demanda sobre espaços de lazer e cultura, é perceptível que o município possui poucos espaços que atendam todo o território e, ainda assim, famílias com baixa renda familiar não conseguem circular pelo município pela ausência de recursos financeiros para o transporte coletivo. Esse item é vigente em todo território nacional, onde as propostas e centros culturais estão dispostos em lugares de grande circulação populacional, mas não perto de áreas de vulnerabilidade social ou garantindo o fomento de pertencimento aos que estão estiveram à margem da sociedade e das propostas de formação cidadã e de cultura.

A ausência de fluxo institucional e diálogo da rede causa enorme desgaste entre os profissionais da rede socioassistencial, sendo esses sempre acionados pelos munícipes sobre direitos sociais diversos, ficando evidente a defasagem no tema de direitos sociais, bem como qualificação da rede durante as abordagens sociais. Precisamos lembrar que, na elaboração da Constituição Federal de 1988, a formação cidadã é garantia prevista, compreendendo que, um cidadão consciente de seus direitos sociais, possui uma participação ativa em sua comunidade e cidade.

8. CONCLUSÃO

A elaboração desta pesquisa social no município de Varginha, de forma científica e cartográfica, permitiu uma ressignificação da temática da criança e do adolescente para a gestão municipal e para os colaboradores do Sistema de Garantia de Direitos, uma vez que identificou com precisão os territórios com maior incidência de vulnerabilidades e evidenciou aspectos particulares e singulares dos contextos locais que se apresentam de maneiras diferentes em cada local.

O mapeamento das áreas que apresentam números e indicadores sociais mais críticos, propiciou identificar as localidades com crianças e adolescentes expostos às situações de fragilidades, riscos, violações de direito e vulnerabilidades, apresentados nos volumes 1 e 2, também subsidiou a elaboração das estratégias e ações do Plano Decenal, apresentados no volume 02.

Os resultados das pesquisas quantitativa e qualitativas e de percepção, ambas apresentadas no Volume 02, também enriqueceu este trabalho e possibilitou atingir o cerne e a profundidade que alguns temas exigem e que não são retratados em números ou nos bancos de dados. Em seu decorrer ficou evidente a importância da participação em conjunto dos atores que estão diretamente envolvidos com a política de atendimento do Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes, dos agentes públicos que atuam diretamente na ponta e desenvolvem serviços, programas, e projetos, e da sociedade por meio do apoio de instituições não governamentais ativistas e da própria família.

O volume 02 também apresenta o plano decenal dos direitos da criança e do adolescente, o qual deve servir como uma ferramenta que aponta diretrizes de como articular várias políticas setoriais voltadas ao atendimento do público em epígrafe preconizado em cada eixo de direito. As metas estabelecidas no plano têm a duração de dez anos e os objetivos propostos estão distribuídos conforme a demanda e o cronograma de ações, sendo necessário que os responsáveis pelas ações, se articulem e se mobilizem para a sua efetivação, levando-se em consideração as diretrizes técnicas, orçamentárias e políticas do município de Varginha.

A escolha do público e a divisão das frentes de investigação para a pesquisa de percepção por diferentes públicos tiveram por objetivo formar um corpo social a partir de todas as pontas, desde o poder público municipal até a sociedade e a família, e priorizar a inclusão das próprias crianças e adolescentes, para que a partir de seus interesses, dificuldades e necessidades participem de forma ativa e consultivamente nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação de políticas públicas a eles direcionadas, em consonância com a Resolução 191/2017 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Assim, este diagnóstico cumpriu com seu propósito, o de expor um retrato situacional do município por território, para que sejam direcionadas assertivamente ações e políticas públicas capazes de promover a transformação social necessária para que a tão sonhada doutrina da proteção integral – que norteia os escritos normativos e legislativos – possa ser efetivamente incorporada à realidade social das crianças e adolescentes.

De imediato, percebeu-se a importância em não só aproximar o poder público, os conselhos de direito e a sociedade civil a conhecer a realidade das crianças e adolescentes do município, mas de mobilizar a todos os envolvidos a unir forças e trabalhar em conjunto – no discutir, pensar e formular estratégias, ações e políticas públicas de modo mais embasado e focado nas reais necessidades das famílias de Varginha – pois a concretização da transformação social torna-se possível através da articulação e da prática de meios e ações resultantes do pensar coletivo, sem prejuízo da responsabilidade constitucional que foi dirigida a todos: família, sociedade e estado.

Semelhante a uma orquestra que precisa ser regida para estar melodicamente afinada e harmônica, percebe-se que o Sistema dos Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de Varginha está em processo de apuração, não somente para manter um serviço em consonância com as demandas, mas para que toda a estrutura da rede de atendimento atue efetivamente no reconhecimento de suas potencialidades e no seu fortalecimento, e sobretudo nas fragilidades e necessidades das famílias residentes no município.

Assim, a finalização deste projeto com a entrega do compêndio de dois volumes que compreendem o Diagnóstico Situacional da Criança e do Adolescente do município de Varginha, marca o início de uma nova etapa de trabalho, pois espera-se que a partir dele seja desdobradas ações, pesquisas e estudos de modo a aprofundar o conteúdo que a realidade contextualizada nos dois volumes exige e requer.

9. REFERÊNCIAS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar, 2019**. Brasília: MEC, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Banco de dados do **Sistema Único de Saúde-DATASUS**. Disponível em <http://www.datasus.gov.br> [acessado em 3 de agosto de 2021].

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm [acessado em 15 de agosto de 2021].

BRASIL. Decreto nº 3.877: Institui o Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal. Brasília, 2001b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3877.htm [acessado em 25 junho 2021].

BRASIL. **Portaria MDSA nº 318, de 12 de dezembro de 2016**. Estabelece normas gerais para o funcionamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/24655254/do1-2016-12-14-portaria-n-318-de-12-de-dezembro-de-2016-24655232.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **CNJ Serviço: O que faz um conselho tutelar?** Brasília: 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83767-cnj-servico-o-que-faz-um-conselho-tutelar> [acessado em 30 de julho de 2021].

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acessado em: 13 de agosto de 2021.

Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm. Acessado em: 13 de julho de 2021.

Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8625.htm. Acessado em: 07 de agosto de 2021.



www.painelpesquisas.com.br

Rua: Ibirapuera 715 - Floresta - Joiville/SC

e-mail: atendimento@painelpesquisas.com.br

Tel: (55) 47 3025 5467 Cel: (55) 47 9 9993 1043





painel
Pesquisas e Consultoria
Uma empresa do grupo 3 Elemento.

Idealização:



Financiamento:



Apoio:

